



3075

116.

# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XX — N.º 129

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 15 DE SETEMBRO DE 1965

## CONGRESSO NACIONAL

### PRESIDÊNCIA

#### SESSAO CONJUNTA

Em 15 de setembro de 1965, às 21 horas e 30 minutos

#### ORDEM DO DIA

##### Vetos Presidenciais:

- ao Projeto de Lei nº 2.740-E-65 na Câmara e nº 82-65 no Senado, que dispõe sobre a série de Classes de Pesquisador e dá outras providências (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 2.661-A-65 na Câmara e nº 96-65 no Senado, que dispõe sobre os serviços do Registro do Comércio e atividades afins e dá outras providências (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 2.661-A-65 na Câmara e nº 46-65 no Senado, que isenta do imposto de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos, mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar (veto parcial).

#### ORIENTAÇÃO PARA VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Materia a que se refere
		<b>Primeiro veto</b>
1	1º	Do art. 2º as palavras: "desde que defensores de diploma de curso superior".
		<b>Segundo veto</b>
2	2º	Do § 1º do art. 21 as palavras "dentre aqueles de que trata o item III do art. 16".
		<b>Tercerito veto</b>
3	2º	§ 2º do art. 21 (totalidade).
4	3º	Art. 6º (totalidade).

#### SESSAO CONJUNTA

Em 16 de setembro de 1965, às 21 horas e 30 minutos

#### ORDEM DO DIA

##### Vetos Presidenciais parciais:

- ao Projeto de Lei nº 2.663-B-65 na Câmara e nº 53-65 no Senado, que altera dispositivo da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1967, que autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências;
- ao Projeto de Lei nº 2.640-E-65 na Câmara e nº 35-65 no Senado, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências;
- ao Projeto de Lei nº 2.839-B-65 na Câmara e nº 125-65 no Senado, que dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.

#### ORIENTAÇÃO PARA VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Materia a que se refere
		<b>Primeiro veto</b>
1	1º	Do art. 3º a palavra: "adicional";
2	1º	Do art. 3º as palavras: "o imposto de";
3	1º	Do art. 3º as palavras: "durante o exercício de 1965".
		<b>Segundo veto</b>
4	2º	Art. 7º (totalidade).
		<b>Tercerito veto</b>
5	3º	Parágrafo único do art. 1º (totalidade).

#### Convocação de sessão conjunta para apreciação de veto presidencial

O Presidente do Senado Federal nos termos do art. 70, § 3º da Constituição e do art. 1º n.º IV do Regimento Comum designa a sessão conjunta a realizar-se no dia 15 de setembro do ano em curso às 21 horas e 30 minutos no Plenário da Câmara dos Deputados para seu prejuizo da materia para ela já programada a apreciação dos seguintes vetos presidenciais:

- ao Projeto de Lei nº 288-B-63 na Câmara e nº 233-64 no Senado, que equipara os atletas profissionais aos trabalhadores autônomos, para efeito das contribuições da Previdência Social;
- ao Projeto de Lei nº 2.839-B-65 na Câmara e nº 125-65 no Senado, que dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.

Senado Federal, 17 de agosto de 1965

AULO MOURA ANDRADE  
Presidente

#### Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal nos termos do art. 70 § 3º da Constituição Federal e do art. 1º n.º IV do Regimento Comum convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas à realizarem-se no Plenário da Câmara dos Deputados nos dias 10, 11, 12, 17, 18, 19, 24, 25, 26 e 31 do mês em curso 1, 2, 8, 9, 14, 15 e 22 de setembro próximo, conhecerem dos vetos presidenciais constantes da relação anexa.

Senado Federal, em 4 de agosto de 1965,

AULO MOURA ANDRADE  
Presidente

#### VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM APRECIADOS A PARTIR DE 10 DE AGOSTO DE 1965

Dia 15 de setembro, às 9.30:

- ao Projeto de Lei nº 7-65 (C.N.) que estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos e dá outras providências (veto parcial);

Dia 15 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.740-E-65 na Câmara e nº 82-65 no Senado, que dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 2.661-A-65 na Câmara e nº 96-65 no Senado, que dispõe sobre os serviços do Registro do Comércio e atividades afins e dá outras providências (veto parcial);

- ao Projeto de Lei nº 2.660-B-65 na Câmara e nº 46-65 no Senado, que isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar (*veto parcial*);
- ao Projeto de Lei nº 2.640-E-65 na Câmara e nº 35-65 no Senado, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências (*veto parcial*);

Dia 22 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 3.291-C-61 na Câmara e nº 261-64 no Senado, que dispõe sobre o exercício da profissão de publicitário e de agenciador de propaganda e dá outras providências (*veto parcial*).

#### Designação de sessão conjunta para apreciação de veto presidencial

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70 § 3º da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum designa a sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional a realizar-se no dia 14 de setembro do ano em curso às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, para apreciação do veto presidencial ao Projeto de Lei da Câmara nº 2.704-61 (nº 38-63 no Senado) que regula as atividades de representante comercial autônomo, sem prejuízo da matéria para ela já programada.

Senado Federal, em 26 de agosto de 1965.

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

## SENADO FEDERAL

Publicada no DCN de 14-9-65.

Republicada por ter saído com incorreções.

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, nº 18, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

#### RESOLUÇÃO Nº 86, DE 1965

Aposenta Geraldo Teodoro Ferreira, Auxiliar de Portaria, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal

Artigo único. É aposentado, com os vencimentos integrais e a gratificação adicional a que tiver direito, nos termos do art. 191, item I, da Constituição Federal, combinado com o art. 341, item III, da Resolução nº 6, de 1960, o Auxiliar de Portaria, PL-3, Geraldo Teodoro Ferreira.

Senado Federal, em 10 de setembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

### ATA DA 139ª SESSÃO, EM 14 DE SETEMBRO DE 1965 3ª Sessão Legislativa, da 5ª Legislatura

#### PRESIDENCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE, GUIDO MONDIN, VASCONCELOS TORRES E RAUL GIUBERTI

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Goldewasser Santos  
Oscar Passos  
Vivaldo Lima  
Menezes Pimentel  
Pessoa de Queiroz  
Aloysio de Carvalho  
Josaphat Marinho  
Eurico Renzede  
Raul Giuberti  
Vasconcelos Torres  
Gilberto Marinho  
Padre Calazans  
Moura Andrade  
Filinto Müller  
Gastão Müller  
Attilio Fontana  
Guido Mondin — 18.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 18 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º-Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º-Secretário lê o seguinte:

#### EXPEDIENTE

#### RESPOSTAS A PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

I — do Sr. Ministro da Educação e Cultura:

Aviso nº 1.423, de 9 do mês em curso, com referência ao Requerimento nº 420-65, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

II — do Sr. Ministro da Fazenda:

Aviso nº 379, de 9 do mês em curso, com referência ao Requerimento número 317-65, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

III — do Sr. Ministro das Minas e Energia:

Aviso GM 224-65, de 10 do mês em curso, com referência ao Requerimento nº 184-65, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

IV — do Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social:

Aviso nº 1.232, de 9 do mês em curso, com referência ao Requerimento nº 372-65, do Sr. Senador Aarão Steinbruch;

Aviso nº 1.257, de 9 do mês em curso, com referência ao Requerimento nº 403-65, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

Aviso nº 1.245, de 10 do mês em curso, com referência ao Requerimento nº 484-65, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

Aviso nº 1.248, de 10 do mês em curso, com referência ao Requerimento nº 435-65, do Sr. Senador Aarão Steinbruch;

Aviso nº 1.249, de 10 do mês em curso, com referência ao requerimento nº 419-65, do Sr. Senador Vasconcelos Torres;

## EXPEDIENTE

### DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional  
BRASÍLIA

#### ASSINATURAS

#### REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 60,
Ano .....	Cr\$ 96
Exterior	
Ano .....	Cr\$ 136,

#### FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 39,
Ano .....	Cr\$ 76,
Exterior	
Ano .....	Cr\$ 108,

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

V — do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas:

Aviso nº B-339, de 10 do mês em curso, com referência ao Requerimento nº 421-65, do Sr. Senador Vasconcelos Torres.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O expediente lido vai à publicação. (Pausa).

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura de requerimentos de informação, enviados à Mesa.

São lidos os seguintes:

#### REQUERIMENTO

Nº 620, de 1965

Senhor Presidente,

Nos termos do Regimento Interno, requiro a V. Exª que se digne solicitar ao Senhor Ministro da Fazenda as seguintes informações:

1) Por que motivo ainda não foram pagas aos municípios as cotas correspondentes ao Imposto de Renda;

2) Qual a razão por que, até presente data, não foram pagas também as cotas referentes ao Imposto de Consumo devidas aos municípios.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1965. — Raul Giuberti

#### REQUERIMENTO

Nº 621, de 1965

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Aeronáutica, sobre o Grupo Executivo da Indústria de Material Aeronáutico (GEIMA).

(Do Sr. Vasconcelos Torres)

Sr. Presidente,

De conformidade com a letra regimental, requiro informe o Poder

Executivo, através do Ministério da Aeronáutica, o seguinte:

1 — quais as medidas tomadas pelo Grupo Executivo da Indústria de Material Aeronáutico (GEIMA), criado pelo Decreto nº 50.837, de 23 de junho de 1961, para implantação da indústria aeronáutica no País?

2 — Se o GEIMA vem se incumbindo das atribuições previstas nas letras "a" a "h" do artigo 5º do citado Decreto nº 50.837-61?

3 — se o GEIMA está instalado e em funcionamento a contento?

4 — qual o saldo positivo do GEIMA no setor aeronáutico, através de estudos e medidas para implantação e desenvolvimento das indústrias de produção de material aeronáutico e aeronaves no País?

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1965. — Vasconcelos Torres

#### REQUERIMENTO

Nº 622, de 1965

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, sobre a moléstia que vem abatendo o gado bovino no município de Nova Friburgo, Estado do Rio.

(Do Sr. Vasconcelos Torres)

Sr. Presidente,

De conformidade com a letra regimental, requiro informe o Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, sobre a estranha moléstia que vem abatendo, em grande escala, o gado bovino no Município de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1965. — Vasconcelos Torres

## REQUERIMENTO

Nº 623, de 1965

*Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, sobre a liberação de verbas para saneamento de águas e esgotos do Município de Lago do Muriaé, Estado do Rio de Janeiro.*

(Do Sr. Vasconcelos Torres)

Sr. Presidente,

De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, sobre a liberação de verba para saneamento de águas e esgotos do Município de Lago do Muriaé, Estado do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1965. — Vasconcelos Torres.

## REQUERIMENTO

Nº 624, de 1965

*Solicita informações ao Poder Executivo, através da Rede Ferroviária Federal, sobre os estudos efetuados para a entrega de estações nas localidades em que foram extintos seus ramais, aos municípios onde as mesmas se encontram.*

(Do Sr. Vasconcelos Torres)

Sr. Presidente,

De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através da Rede Ferroviária Federal, sobre os estudos efetuados, visando a entrega de estações nas localidades em que seus ramais foram extintos, aos municípios onde as mesmas se encontram?

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1965. — Vasconcelos Torres.

## REQUERIMENTO

Nº 625, de 1965

*Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — DNOS — sobre o saneamento do Rio Abel, no Município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.*

(Do Sr. Vasconcelos Torres)

De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento Nacional de Obras de Saneamento — sobre os estudos efetuados para saneamento do Rio Abel, no Município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1965. — Vasconcelos Torres

## REQUERIMENTO

Nº 626, de 1965

*Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, sobre o aterro de um trecho do mar no centro da cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.*

(Do Sr. Vasconcelos Torres)

Sr. Presidente,

De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, o seguinte:

1 — se o Ministério da Viação e Obras Públicas, através do Departamento Nacional dos Portos, Rios e Canais, autorizou o aterro de um trecho do mar que está sendo feito no centro de Niterói, no local compre-

endido entre Ponta d'Areia, Ponte dos Barcos e São Domingos?

2 — em caso afirmativo, o aterro referido não vem prejudicando a atracação das lanchas que fazem o percurso entre Rio e Niterói?

3 — ainda, em caso positivo, informar qual o número do processo, quem autorizou o aterro, cópia autenticada de todo o processo e quaisquer outros dados que melhor possam elucidar o presente requerimento.

4 — se o aterro sem autorização do Departamento não contraria a lei número 3.421, de 10 de julho de 1958 e seu Regulamento, Decreto 46.434, de 15 de julho de 1959 ou outra qualquer legislação pertinente ao assunto?

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1965. — Vasconcelos Torres.

## REQUERIMENTO

Nº 627, de 1965

Requero que, por intermédio do Ministério da Viação e Obras Públicas, a Rede Ferroviária Federal S. A. informe se o atual Superintendente da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil foi nomeado para essas funções e, no caso afirmativo, se satisfaz às exigências do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

E que informe, ainda, se a R. R. F. S. A. aprovou ato tornando cessantes todas as intervenções nas Unidades Operativas que a integram.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1965. — Filinto Müller.

## REQUERIMENTO

Nº 628, de 1965

Requero que por intermédio do Ministério da Viação e Obras Públicas, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil informe:

a) quantas viagens efetuou o avião de propriedade da Estrada, no período compreendido entre 1º de julho e a presente data;

b) qual o itinerário dessas viagens;

c) quais as pessoas transportadas no avião.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1965. — Filinto Müller.

## REQUERIMENTO

Nº 629, de 1965

Requero que, por intermédio do Ministério da Viação e Obras Públicas, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil informe:

a) quantos passes (passagens gratuitas) foram concedidos pela direção da Estrada a partir de 1º de julho de 1964 até a presente data;

b) qual o critério adotado para a concessão desses passes.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1965. — Filinto Müller.

## REQUERIMENTO

Nº 630, de 1965

Requero que, por intermédio do Ministério da Viação e da Rede Ferroviária Federal S. A., a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil informe:

a) quantas viagens de Bauru a uma propriedade existente na rodovia Presidente Dutra, nas cercanias do Club dos Quinhentos, fez a caminhonete (Pick-up) Ford 100 nº 2.037.066, dirigida pelo chofer Manuel Rodrigues Maduro;

b) qual o material conduzido de Araribá para aquela propriedade;

c) se os postes, ou palanques, ou estacas, ou moirões de eucaliptos conduzidos do Horto da Estrada para a citada propriedade foram pagos e, no caso afirmativo, em que data;

d) se foram conduzidos também, para prestarem serviço na referida propriedade, servidores da Estrada, faxineiros e enceradeiros, e, no caso afirmativo, quanto tempo lá permaneceram;

e) se nas oficinas da Estrada o carpinteiro Pedro Pipoli e outros confeccionaram móveis, posteriormente adquiridos pela Cooperativa e por esta vendidos ao dono da citada propriedade, e, no caso afirmativo, quando se realizaram essas operações.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1965. — Filinto Müller.

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Os requerimentos lidos serão publicados e, em seguida, despachados pela Presidência.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Atílio Fontana.

## O SR. ATÍLIO FONTANA:

(Sem leitura do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, em nosso País, desde há alguns anos, o problema do leite para o consumo da nossa população, se vem arrastando, sem uma verdadeira solução. E' esurrihável que tal aconteça, num País que exporta grande quantidade de forragem. Ora, se há forragem deveria existir leite. No entanto, exportamos forragem e não temos leite suficiente para o consumo da população.

E, para suprir a nossa escassez, vemos-nos obrigados, de vez em quando, a importar leite em pó. Mas, a causa dessa escassez de leite reside na política errônea que o Governo, através dos órgãos controladores de preço, atualmente a SUNAB, mantém com relação ao produtor.

Essa situação, sejamos sinceros e francos, não foi criada pelo atual Governo, ela se vem arrastando há muitos anos. Foi Secretário de Agricultura de Santa Catarina, por mais de um ano, quando pude melhor observar o problema e as dificuldades que enfrenta o pecuarista. Este, não conseguindo um preço justo, remunerador para o seu produto, se vê sem condições e estímulo para continuar produzindo para o consumo da nossa gente.

Os jornais seguidamente publicam críticas à atual política de preços.

Há poucos dias, deparamo-nos com uma notícia sobre o gado leiteiro, na engorda, no Estado do Rio, vizinhanças da Guanabara, estava sendo desviado para outra finalidade que não a de produzir leite.

O mesmo ocorre aqui em Brasília, onde, para se obterem dois litros de leite, máximo permitido, fica o comprador duas, três horas na fila. O leite a 160 cruzeiros o litro, é relativamente barato, pois que pagamos por meio litro de água mineral, comprada em dúzia o mesmo preço.

Ora, o litro de leite custando a metade do preço da água mineral mais o tempo que perde o comprador na fila, geralmente a empregada doméstica que ganha mais de 150 cruzeiros por hora, o leite não sai a 150 mas a 400 cruzeiros.

Infelizmente esta é a situação. Recentemente na cidade de Boise, Estado de Idaho, nos Estados Unidos, indagamos sobre o preço nli do litro de leite. Verificamos, então, que custa 25 cents um quarto de dólar, o que equivale a 450 cruzeiros. E' quanto paga o consumidor naquele Estado, zona agrícola, denominada Vale de Boise, hoje vale do Ouro, devido à sua produção, em larga escala, de carne, leite, ovos e todo e qualquer gênero alimentício.

No ano passado tive oportunidade de colher informações idênticas nas fazendas do Norte da Alemanha, onde pude constatar que o lavrador recebe, na fazenda, 45 pfennigs, que correspondem a pouco mais de 200 cruzeiros o litro. Em contraste, há poucos dias, em Santa Catarina, observei que o nosso produtor de leite está ali vendendo o seu produto a 70 cruzeiros. Certamente não mais estarão recebendo os produtores do Estado de Goiás, porque, para fazer chegar leite pasteurizado e vendê-lo a Cr\$ 100, não estarão recebendo mais que 70 cruzeiros. Ora, sabemos que o preço do trator aqui é o dobro do que custa nos Estados Unidos, na Alemanha e os implementos do trator custam mais do dobro. O mesmo ocorre com os fertilizantes. Aqui, eles custam três vezes o que custam nos Estados Unidos, na Alemanha, na Itália, ou em qualquer outro país adiantado. O combustível não custa menos aqui. Os inseticidas para combater as doenças das lavouras, as drogas ou medicamentos para atendimento aos animais custam mais caros aqui do que lá.

Como, então, exigir-se desses homens que produzam leite pela metade do preço que custa na Alemanha e mais ou menos pela terça parte do que custa nos Estados Unidos? Não é possível! Sabemos que o consumidor tem dificuldade para pagar mais caro. Entretanto, se considerarmos o tempo que ele perde, para comprar dois litros de leite, chegamos à conclusão de que seria preferível pagar um pouco mais caro. O remédio é aquele que temos citado reiteradamente. O poder aquisitivo do povo brasileiro está muito baixo. Temos duas moedas no Brasil, dois cruzeiros, com preços diferentes aqueles das mercadorias importadas ou industrializadas e aquele que pagamos ao nosso operário, ao nosso trabalhador, ao nosso agricultor. E' preciso reajustar o preço pago a aquele que realmente ganha pouco. E' preciso pagar um pouco mais pelo leite, pagar melhor o produto da lavoura, porque somente assim poderemos estimular a produção.

Repito, Sr. Presidente: um País que exporta forragem e que não tem leite suficiente para seu povo, evidentemente precisa reconhecer que não está sendo bem orientado. Se a produção de leite é pequena, por que devemos exportar forragem? E' melhor produzir leite para nossa gente se alimentar. Como todos sabem, o leite é produto essencial à alimentação.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Exa. uma interrupção em seu discurso?

(Assentimento do orador) — Por que não se produz leite? V. Exa. diz que o povo está precisando de leite. O povo vai buscar o leite de qualquer maneira, a ponto de fazer fila e esperar mais de 2 horas. V. Exa. declarou que está havendo uma redução na produção de leite. As causas devem ser reveladas. Fala-se em poder aquisitivo. Na verdade, o consumidor comparece aos postos de venda de leite para adquiri-lo. Mas acontece que não encontra leite. Leva, de qualquer maneira, numerário para fazer face aquela despesa. Portanto, V. Exa. deve compreender que este País é paradoxal em tudo. Os problemas não têm solução. O caso do leite é um mal crônico, que vem de longa data. V. Exa. se lembra muito bem que, quando havia liberdade, no particular, apareceram na concorrência Leite Jôia, Leite Normandia, cada qual oferecendo melhores condições de embalagem, em grande quantidade, como acontece nos Estados Unidos. Depois surgiu a célebre cooperativa de leite e este passou a ser explorado para ser apenas objeto de especulação comercial, sem atender para o problema da saúde do

povo e, sobretudo da infância, que precisa do leite para criar-se bem. V. Exa., que é entendido na matéria, deve, da tribuna, dizer alto e bom som como devem os órgãos responsáveis se conduzir, para resolver pelo menos este problema, que não é insolúvel em parte alguma, só no Brasil.

O SR. ATÍLIO FONTANA — Muito grato pela colaboração do aparte do nobre Senador.

O Sr. Lino de Mattos — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ATÍLIO FONTANA — Com muito prazer.

O Sr. Lino de Mattos — Ouvi o nobre Senador pelo Amazonas perguntar qual a razão de não haver leite. A culpa cabe aos habitantes das cidades, à população citadina, porque toda a campanha, aqui no Brasil em matéria de preço, se faz contra os produtos da lavoura. Tabelação é contra os produtos da lavoura, sob o pretexto de que se trata de artigo de primeira necessidade, como se de primeira necessidade também não fosse o vestuário, também não fosse a camisa, também não fosse a gravata, também não fosse o sapato, a meia. Eu queria ver como se comportaria um cidadão da cidade se não tivesse roupa adequada. O produto da indústria não está sujeito a tabelação, porque não é considerado artigo de primeira necessidade. Então, o tabelação é contra os chamados produtos de primeira necessidade. Só contra eles recai o tabelação. Enquanto o industrial — e V. Exa. pode falar de cátedra, como industrial e pecuarista — pode ir ao Banco do Brasil ou a qualquer organização bancária e descontar duplicatas de suas vendas a prestação; o lavrador, a duras penas, hipotecando a sua propriedade agrícola, penhorando o seu gado, os objetos, as máquinas agrícolas, consegue algum dinheiro, algum financiamento. Dizem que a juros módicos, mas, na verdade, a duras penas o lavrador consegue obter financiamentos. Aí está a grande diferença o desestímulo em que se acha o lavrador. Falou V. Exa. há pouco, em plantel de gado leiteiro que está tomando o destino do matadouro. É evidente! É preferível vender o gado para o matadouro, transformado em carne, do que transformado em leite, porque é tremenda a luta do pecuarista. Esta é uma das razões, nobre Senador Vivaldo Lima, pelas quais está desaparecendo o leite, como desapareceu a borracha e está desaparecendo o café.

O Sr. Vivaldo Lima — E desaparecendo o leite, estaremos mandando ao matadouro a criança do Brasil.

O SR. ATÍLIO FONTANA — Quero agradecer, mais uma vez, a magnífica colaboração que os nobres Senadores por São Paulo e pelo...

O Sr. Vivaldo Lima — Amazonas, onde o leite também é caro o leite em pó caríssimo, fora do alcance da bolsa do povo.

O SR. ATÍLIO FONTANA — O Presidente da SUNAB precisa tomar em consideração estas nossas advertências. Temos forragem, mas não temos a produção que essa forragem poderia nos dar, como o leite; exportamos, pelo Porto de Santos, centenas de milhares de toneladas de milho, de farelo, de amendoim, de algodão e de outras leguminosas. E, mesmo, portanto, condições para nos tornarmos grande produtor de leite. Entretanto, essa política, que o nobre Senador Lino de Mattos muito bem focalizou, de manter os produtos da lavoura a baixo nível enquanto os produtos da indústria são mantidos por um preço muito superior, torna a situação insustentável.

O Sr. Lino de Mattos — Permite V. Exa. que eu mostre esse contraste?

O SR. ATÍLIO FONTANA — Com muito prazer.

O Sr. Lino de Mattos — Não sei qual é o preço de uma entrada de cinema, em Brasília. Diz aqui o Senador José Feliciano que é Cr\$ 500. Em São Paulo, está na casa dos ... Cr\$ 600 a Cr\$ 700. Em Brasília, o frequentador de cinema paga Cr\$ 500 sem protestar, sem intervenção de nenhuma autoridade, sem tabelação, sem coisa alguma, para assistir a um filme estrangeiro, durante duas horas. No entanto, faz um barulho tremendo, qua põe abaixo o mundo, porque querem cobrar por um litro de leite mais de Cr\$ 100. Então por que o litro de leite não poderia custar Cr\$ 50, permitindo ao pecuarista cuidar do seu gado e se preparar para a invernoada? Por que esperar auxílio do Governo, nobre Senador, é tolice. Todos sabemos que, em Brasília, está faltando leite. No entanto, sendo zona imensa nela se vê, apenas capim agreste. É preciso, portanto, que o pecuarista plante. Temos por exemplo o capim Jaraguá que poderia ser aproveitado. Quero dizer ainda, nobre Senador Atílio Fontana, que, no Ministério da Agricultura, em Brasília, ou melhor, na Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, enfim, nas repartições públicas federais, estaduais e municipais não se encontra semente de qualquer tipo de capim, para se comprar e plantar. Tal ocorre porque o Governo não está preparado, habilitado, para atender às necessidades do povo, do pecuarista.

O Sr. José Feliciano — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. ATÍLIO FONTANA — Com prazer.

O Sr. José Feliciano — Meu aparte é, exatamente, para prestar um esclarecimento ao nobre Senador Lino de Mattos. Entre as providências que o Secretário de Agricultura do Distrito Federal, Dr. Camargo, adotou à frente daquele órgão, incluiu-se uma de rara felicidade: a aquisição para o Distrito Federal, de cerca de dez a vinte mil sementes de capim do mundo inteiro, dos tipos mais convenientes à região. A Fazenda Tamandua, apesar de suas instalações precaríssimas, já tem um excelente canteiro de sementes e mudas embora sua existência seja muito curta; de oito meses a um ano. Encontramos lá excelentes mudas de sementes convenientes. Por incrível que pareça, porém, a Capital Federal, até hoje, não possui um Laboratório de Análise do Solo, de maneira que, a plantação dessa forragem, em solo não analisado, oferece resultados realmente desastrosos.

O Sr. Lino de Mattos — Está positivo, que o Jaraguá vai muito bem.

O SR. ATÍLIO FONTANA — O Ministério da Agricultura que poderia amparar o produtor, na verdade, assim não procede. O tabelação de preços é feito pela SUNAB de maneira errada. Tenho trocado correspondência com aquele órgão, dele recebendo sempre evasivas. Deve, pois, o Governo tomar este assunto em consideração. Se desejamos alimentar o povo em abundância, precisamos dar justa remuneração àqueles que cultivam a terra, que produzem o leite, a carne, pois do contrário, ficaremos na situação vexatória de exportarmos forragem e não termos leite. Amanhã ou depois, escasseará a carne — o que já está começando a ocorrer, pela exportação através dos portos de Santos, Paranaguá, São Francisco do Sul e Porto Alegre, sendo de ressaltar que, por este último, grande quantidade de soja *in natura* tem sido exportada, de farinha de soja, de torta de feijão e de soja e até mesmo de feijão

O Rio Grande do Sul é grande produtor de cereal. Paralelamente, entretanto, verificamos que, em quase todas as capitais brasileiras, há escassez de leite, o que, realmente, é lamentável.

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite V. Exa. um aparte?

OSR. ATÍLIO FONTANA — Com todo prazer.

O Sr. Vasconcelos Torres — Entendo que V. Exa. fala com conhecimento de causa, no que diz respeito ao que se passa no seu Estado. Quero aduzir outros argumentos, em favor de sua tese, no que diz respeito, por exemplo, à unidade da federação que represento nesta Casa. No Estado do Rio de Janeiro existem duas fabricas de leite em pó, e das maiores da América Latina: a "Nestlé", em Barra Mansa — e que V. Exa. certamente conhece devido à sua grande importância no parque industrial brasileiro — e a de Leite em Pó "Glória", no Município de Itaperuna.

Entretanto, lá, há escassez de leite, não só devido aos fatores climáticos, como, principalmente, pelo desinteresse do produtor, coisa vez mais acentuada. Pois bem, essas duas fabricas estiveram ameaçadas de terem suas portas cerradas, porque a SUNAB — essa famigerada SUNAB — sediada no Rio de Janeiro, não quer ouvir as críticas da imprensa da Guanabara. Pode-se consumir leite em pó no Estado do Rio de Janeiro, em São Paulo, e Minas Gerais, mas o leite na Guanabara tem de ser consumido *in natura*. Veja V. Exa., como vou apoiá-lo. Não havendo produção, necessariamente o desdobramento do leite em pó não pode ser feito. A SUNAB requisitou o produto *in natura*, prejudicando as fabricas, e V. Exa. sabe melhor do que eu, — por que além de Senador é um estudioso dos problemas econômicos brasileiros — que o leite em pó é consumido principalmente no Nordeste...

O Sr. Goldwasser Santos — No Norte e Nordeste.

O Sr. Vasconcelos Torres — No Norte e Nordeste, disse, muito bem, o meu nobre colega. Não são milhares, mas milhões de crianças que necessitam do leite em pó. No meu Estado, que o nobre Senador Goldwasser Santos conhece, o problema gera crises terríveis, principalmente na região da Baixada Fluminense, cognominada "o Nordeste sem seca", onde o leite em pó tem que ser consumido. A forragem, para alimentação do gado, ali está por preço extorsivo e já se constitui em desestímulo àqueles que se dedicam a esse importante setor da economia brasileira. Paralelamente, V. Exa. acentuou muito bem, ainda há a requisição da SUNAB, que constitui um terrível desencanto. V. Exa. há de me permitir que lhe transmita a opinião de pequeno produtor de leite, de roceiro da maior bacia leiteira fluminense, o Distrito de Quatis, Município de Barra Mansa. Um cidadão lhe disse: — "Vocês estão ganhando muito com a produção do leite, estão enriquecendo, cada vez mais". E ele, com aquele estímulo muito roceiro, de capiau, respondeu: — "O interessante é que, enquanto nós enriquecemos, o leite está faltando de maneira absurda; não falta produção de automóveis, não falta produção de água mineral, não falta produção de Coca-Cola, não falta produção de guaraná, mas está faltando a produção de leite. É interessante — repetia o matuto — que estamos enriquecendo e, no entanto, o leite falta cada vez mais nos centros consumidores". É opinião sensata, lógica, sertaneja, explicando o quadro da produção do leite no País. É um absurdo. Quem sabe se as palavras de V. Exa. terão o dom de alertar as nossas autoridades para

maior compreensão, relativamente às bacias leiteiras, pois o leite é alimento indispensável a este País. Realmente, os produtores vêm sendo desestimulados, a cada instante, e eu estimaria imenso que a SUNAB respondesse à argumentação de V. Exa. e, nessa altura, a mim também, o que é difícil.

O SR. ATÍLIO FONTANA — Obrigado pelo aparte de V. Exa., colaboração valiosa à afirmativa de que a falta de compreensão por parte das autoridades responsáveis, porque verificamos também isso com referência ao leite em pó. Quando não encontramos leite *in natura*, então resolvemos comprar uma lata de leite em pó. Mas quanto custa um litro de leite em pó correspondente ao leite *in natura*? Talvez quinhentos cruzeiros. Portanto estamos eliminando aqueles que fornecem o leite *in natura* para a população.

E as indústrias estão em melhores condições de pagar, porque em geral fazem o cálculo: quanto custa, tanto tira tanto de despesa, precisa de vender por tanto, e se a SUNAB concordar em que o leite em pó seja vendido por preço razoavelmente justo...

O Sr. Lino de Mattos — E financia a montagem da fábrica.

O SR. ATÍLIO FONTANA — E financia a montagem da fábrica, com diz o nobre Senador Lino de Mattos.

O Sr. Vasconcelos Torres — E paradoxalmente, embora seja o leite tabelado um preço justo ele escasseia no mercado consumidor. Veja V. Exa. um absurdo em cima de absurdo.

O SR. ATÍLIO FONTANA — Infelizmente, precisamos chamar a atenção do Presidente da SUNAB para que reexamine essa questão, inclusive o problema da carne. Agora, por exemplo, estão ameaçando até prender fazendeiros, confiscar rebanho de gado bovino para fomentar a produção.

O Sr. Vasconcelos Torres — O leite prelude o boi...

O SR. ATÍLIO FONTANA — Preciso que se trate daqueles homens que estão sujeitos a todas as intempéries e peripécias, para que possa sobreviver.

Não adianta trazer o homem interior, do campo para a cidade, para morar.

Um país como o nosso precisa desenvolver, estimular, tratar com justiça o homem que cultiva a terra, que produz os indispensáveis alimentos para a nossa população.

O Sr. Arthur Virgílio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ATÍLIO FONTANA — Pode.

O Sr. Arthur Virgílio — No passado licenci-me, por prescrição médica, e aceitei o oferecimento de um amigo meu, proprietário de uma fazenda na Bacia do Paraíba, do Estado de São Paulo, Município de Fátima, onde passei cerca de dois meses e meio. Acompanhei de perto o labor desse meu amigo fazendeiro, acompanhei o esforço, posso considerar hercúleo, de outros fazendeiros redondzeiros, aos quais visitei e cujas fazendas cheguei até a pasadas. Posso assegurar com conhecimento de causa que V. Exa. tem razão no que está dizendo. Há absolutamente nenhum estímulo para os que se dedicam a um afazimento de lucro. Esses fazendeiros vivem em permanente dificuldade, permanentemente deficit, porque as suas fazendas não dão absolutamente lucro e eles ainda recebem a pecha de barões quando são homens, como que conheci, que retirou os filhos colégio no Rio de Janeiro porque não sustentava-os na antiga Capital Federal. V. Exa. tem toda razão,



14, fazendo discurso oportuno e esperado que produza o efeito que V. Exa. deseja e todos nós esperamos.

**O SR. ATILIO FONTANA** — É mais um depoimento valioso para a nossa oração. Em última, não pretendemos fazer uma crítica sistemática, destrutiva; ao contrário, a crítica que fazemos é no bom sentido porque entendemos que somente assim estaremos criteriosamente colaborando com as autoridades responsáveis pelo problema da alimentação do povo brasileiro.

**O Sr. Martins Júnior** — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Enquanto V. Exa. tratava do leite eu estava sossegado porque na Amazônia, a produção do leite está em início, não há dúvida alguma. Nós mais temos o leite in natura e assim mesmo adicionado com aquela "aguazinha" para poder dar conta. Infelizmente não podemos compará-la com outros Estados em que até fabrica de leite em pó já existe. Mas, desde que V. Exa. falou em pecuária, essa pecuária que também na Amazônia marcha conosco, desejo dar meu depoimento. V. Exa. há pouco mencionou que, nos Estados Unidos, o leite custa de 300 ou 400 cruzeiros o litro e se naturalmente morou em algum hotel deve ter pago 10 dólares por um filé. Se não pagou 10 dólares, pagou pouco menos.

**O SR. ATILIO FONTANA** — Nobre Senador, a informação que recebi foi de habitantes da cidade, não do hotel. Ora o preço que o consumidor, que as famílias daquela cidade estavam pagando na ocasião em que lá esteve, no mês de julho último.

**O Sr. Martins Júnior** — Mas, naturalmente, V. Exa. comeu nos Estados Unidos durante o tempo em que esteve lá e não foi de graça. Leve de pagar o filé que comeu no hotel ou no restaurante, e deve ter saído que pagar de 8 a 10 dólares por um filé e comum nos Estados Unidos. E esses 10 ou 8 dólares, transformados em cruzeiros, representam soma oca respeitável. Mas, voltando à pecuária — no entender de todos os Governos o pecuarista está ganhando muito dinheiro, está se enriquecendo, e não tem providências porque, se as houvessem, a pecuária seria a salvação do Brasil. Bastaria que nós, em vez de termos 85 a 87 milhões de cabeças — como atualmente — tivéssemos 200 a 300 milhões e assim talvez o Governo brasileiro não precisasse de falar em dinheiro, porque haveríamos de tê-lo mais do que suficiente para as nossas necessidades. V. Exa. sabe isso perfeitamente. Quero então comparar: o Governo atual da minha terra determinou que a carne não podia ser vendida por mais de Cr\$ 900 quer o traseiro, quer o dianteiro, sem uma classificação, sem uma diferença de qualidade. Mas se V. Exa. vai ao mercado comprar um quilo ou uma peça de filé de peixe, vai pagar de dois mil e quinhentos a três mil cruzeiros. Se vai comprar o pirarucu — que é o peixe da Amazônia — ele atualmente está custando quase três mil cruzeiros o quilo. Mas se V. Exa. toma uma montaria e vai pescar, no fim do dia consegue dois ou três pirarucus que representam muitos quilos de peixe e daí a quatro dias, em condições de vendê-los. Com o bom não se faz isto; precisa-se, pelo menos de quatro anos para obter algum resultado. Exatamente para corroborar com V. Exa. que está falando no leite em pó. O Governo precisa de cuidar da pecuária. V. Exa. refere-se à exportação de forragem. Tivéssemos o preço relativo para o leite essa forragem não seria exportada; tivéssemos o preço conveniente, o nosso rebanho produziria tal como o de outros países. Da questão de pre-

ço em assunto de leite, entendo pouco, mas de pecuária conheço alguma coisa. Desculpe V. Exa. meu aparte.

**O SR. ATILIO FONTANA** — Muito grato pelo aparte de V. Exa.; é uma valiosa colaboração.

Sr. Presidente, é lamentável esta situação. O Brasil, que tem todas as condições para produzir carne em grande quantidade, fazer da exportação da carne para o exterior uma das fontes de divisas mais preciosas. Poderíamos fazer do nosso cruzeiro, uma vez que tenhamos maior volume de exportação, uma moeda estável, uma moeda forte, uma moeda, enfim, que pudesse gerar confiança. E, com referência ao leite, este é, reconhecidamente, um alimento, o alimento mais precioso, mais completo. V. Exa. Sr. Presidente, que é médico, sabe muito bem disso. Deveríamos tê-lo em larga escala, com fartura nos lares, em condições de ter uma população mais forte, mais desenvolvida, mais sadia, mais inteligente. Mesmo porque a alimentação tem influência até na inteligência humana.

De sorte que esta — a contribuição que, fazendo esta crítica à tribuna do Senado, espero seja tomada em consideração pelas autoridades responsáveis pelo suprimento do leite à população brasileira, no sentido de terminar esta situação angustiante que vem de longos anos se arrastando. Todos os anos há essa crise de leite e a falta de carne. Ora num país como o nosso, isso não se justifica.

Portanto, Sr. Presidente, eram estas as palavras que hoje precisávamos trazer, dando nossa colaboração ao Governo do País.

Muito obrigado. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE:**

(Raul Guberti) — Lem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende.

**O SR. EURICO REZENDE:**

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, desejo assinalar um fato que, sem dúvida alguma, é auspicioso para o nosso país.

A revolução de março, no campo democrático, representou a adoção de medida de preservação e de salvação da intervenção digna do mundo ocidental. Se casse o nosso país na órbita da suzerania completa, carnia, por via de consequência, a maior cidadela latino-americana da liberdade e da democracia.

Todos nos encaramos o regime de Cuba como um perigo constante, uma tentativa perniciosa de minar os alicerces do único regime que convém à dignidade da pessoa humana, que é o regime democrático.

Ora, se apesar da sua pequenez geográfica, se apesar de sua acanhada dimensão populacional, Cuba é uma ameaça na América, o que não diríamos se se tivesse deslocado para a faixa dos regimes comunistas o nosso País? Ah, a segregação seria total.

De outro lado, o movimento cívico-militar de 31 de março afastou o nosso País do caos financeiro ao qual era conduzido pela prática da corrupção, do empreguismo e de todas as formas e processos de decomposição nacional.

**O Sr. Arthur Virgílio** — Permite V. Exa. uma intervenção? (Assentimento do orador) — V. Exa. vai-me permitir discordar do modo como V. Exa. localiza a situação viciosa pelo envolvimento militar — ou por um golpe de Estado, que V. Exa. chama de revolução. O Brasil não estava caminhando absolutamente para a faixa dos países socialistas, mesmo porque uma democracia teria que conviver com aqueles que lhe são iguais e teria que tomar posição, no campo internacional, de acordo com os interesses dos países democráticos do mundo. Se havia alguma política de

independência no plano internacional, ela não vinha só do Governo do Sr. João Goulart, mas do governo do Sr. Jânio Quadros, com o apoio ostensivo da União Democrática Nacional. A política independente do Brasil, iniciada no Governo do Sr. Jânio Quadros, tinha como Ministro do Exterior uma das mais eminentes figuras da União Democrática Nacional e recebeu o aplauso, na Câmara, do Deputado Pedro Aleixo, que é hoje um chamado líder revolucionário e era à época, Líder do Sr. Jânio Quadros na Câmara dos Deputados. Vê V. Exa., portanto, que não posso aceitar essa acusação que V. Exa. faz de que o Governo passado estaria levando o Brasil para uma subversão que não se sabe ainda hoje o que é, que ainda não se definiu e ainda hoje não tomou forma de coisa válida, de coisa compreensível; essa acusação de que o Brasil estaria sendo levado para uma situação igual à de Cuba, por exemplo, que é completamente diferente, porque ali, de fato, houve uma revolução. Mas, devido a falta de habilidade do Departamento de Estado, que preferiu defender as empresas americanas instaladas em Cuba, esta foi para os braços de Moscou — o que é diferente porque em Cuba existe o regime comunista. Quanto a outra parte, a corrupção a que V. Exa. se refere, quero repetir que ela existiu em todos os Governos que já passaram neste País, assim como essa havendo no atual, segundo denúncias do Presidente do partido de V. Exa. Empreguismo sempre houve neste país, combatido por muitos, do qual nem todos somos responsáveis: não conheço a atitude de V. Exa. a esse respeito. Posso, entretanto, citar um exemplo, pois o eminente líder da chamada "linha dura" na Câmara, o Coronel Costa Cavalcanti — que vive a falar em moralidade e a combater a corrupção, apontando erros do Governo passado — acabou de nomear seu rebenzozinho, de ozeito anos apenas, Tesoureiro da Caixa Econômica em Pernambuco. Vê V. Exa. como é difícil falar-se em determinadas coisas, neste País. Partido algum, no Brasil, tem o direito de falar contra o empreguismo, porque ele foi praticado tanto pelo Partido Trabalhista Brasileiro como pela União Democrática Nacional e pelo Partido Social Democrático. Já citei aqui, que o Governador udenista do Ceará, quando Ministro da Viação e Obras Públicas, "entupiu" aquele Ministério — este o termo, porque nomeou, de uma só vez, para aquele órgão, cerca de dois mil funcionários. Desse modo, aceite V. Exa. esta intervenção porque, como ex-líder do Partido Trabalhista Brasileiro, não posso aceitar todas essas acusações que se fazem ao Governo anterior.

**O SR. EURICO REZENDE** — V. Exa. não aceita meu raciocínio no terreno político administrativo — o que não é surpresa para mim, mas apenas uma notícia repetida — mas também não aceito os argumentos de V. Exa., em contradição, embora veja no aparte apenas a simpatia atraente do aparteante.

**O Sr. Arthur Virgílio** — V. Exa. vai-me permitir dizer que estou baseado em fatos. V. Exa. não nega que o UDN apoiou a política externa do Sr. Jânio Quadros. Negar?

**O SR. EURICO REZENDE** — Sim, Excelência, vamos por etapas.

**O Sr. Arthur Virgílio** — Não nega!

**O SR. EURICO REZENDE** — Não!

**O Sr. Arthur Virgílio** — Não nega. que o Sr. Pedro Aleixo era o Líder do Sr. Jânio Quadros na Câmara dos Srs. Deputados. Não nega...

**O SR. EURICO REZENDE** — Excelência...

**O Sr. Arthur Virgílio** — Permita-me concluir. V. Exa. não pode negar, porque é fato histórico, público e notório, que o Ministro udenista Virgílio Távora nomeou milhares de funcionários. Também não nega que o seu correligionário, atual deputado Costa Cavalcanti, nomeou seu rebenzozinho, de 19 anos, Tesoureiro da Caixa Econômica no Recife. Portanto, esse negócio de jogar pedras no telhado dos outros, quando o da gente é de vidro, é muito perigoso.

**O SR. EURICO REZENDE** — V. Exa. vai-me permitir desdobrar as respostas, diante desta diversificação inquisitorial.

Quando à política exterior do Senhor Jânio Quadros; realmente, na euforia da sua-de-miel, a U.D.N. a ela dedicou seu aplauso e o vigor das suas palmas. Mas, quando aquela orientação, passou a ter uma característica de insensatez e de agressividade passional ao "arsenal da Democracia" que são os Estados Unidos da América do Norte, aquelas práticas, aquela experiência e aquele propósito vaidoso de se instaurar, de se abrir uma terceira frente no mundo, passou a merecer reparos, críticas, e uma atitude cautelosa da U.D.N.

Com relação ao empreguismo, é bom que se estabeleça uma diferença. Em todos os Governos há nomeações, mas no Governo do Sr. João Goulart não se tratava de nomeações; tratava-se de empreguismo escancarado, licencioso. Até manicuras, pedicuras foram convidadas a tesourarias da administração direta e da administração delegada, principalmente por intermédio das autarquias.

**O Sr. Arthur Virgílio** — Permita V. Exa. um aparte?

**O SR. EURICO REZENDE** — Eu vou acabar de responder.

**O Sr. Arthur Virgílio** — É rápido o meu aparte.

**O SR. EURICO REZENDE** — Pois não.

**O Sr. Arthur Virgílio** — Nada vejo de desprezível em uma moça ser manicura ou pedicura; é uma profissão como outra qualquer. Ela poderá ser nomeada para a função de Tesoureira, como o foi o filho do Sr. Coronel Costa Cavalcanti. Agora, se para tal cargo fosse nomeado, vamos supor, um filho do Sr. João Goulart ou o filho de um trabalhista, aí o fato seria moral. Quando tal fato ocorre com relação ao filho de um moralista, aí então, o ato não é imoral. Ora, Senhor Senador, isso não está certo!

**O SR. EURICO REZENDE** — Quando se refere às manicuras, eu me reporto às pessoas de intimidade palaciana, procuro caracterizar o favoritismo pessoal e posso também presumir que uma manicura — que via de regra não tem nenhuma dimensão intelectual — não está à altura de desempenhar determinadas funções públicas.

Durante um ano e cinco meses de Governo, V. Exa. não pôde trazer — e não trará — para esta Casa sequer um princípio de enxurrada de nomeações. No Governo do Sr. João Goulart, havia um decreto que proibia nomeações, mas esse decreto não foi cumprido, foi violado constantemente. Hoje, está aí um decreto sendo cumprido religiosamente.

**O Sr. Arthur Virgílio** — Permite V. Exa. um aparte?

**O SR. EURICO REZENDE** — Com prazer.

**O Sr. Arthur Virgílio** — V. Exa. vai-me permitir este diálogo, como costume manter comigo, interrompendo de quando em quando o discurso.

**O SR. EURICO REZENDE** — Seria desagradável para mim se V. Exa. não o fizesse.

O Sr. Arthur Virgílio — Quando faço acusações, não generalizo. Há homens — estou cansado de repetir — que podem falar contra o empreguismo, porque não o praticaram nunca. Esses homens estão na União Democrática Nacional, no Partido Social Democrático, no Partido Trabalhista Brasileiro e em outros Partidos; e não incluo entre esses. Grito assim bem alto, porque jamais pratiquei o empreguismo, quer no âmbito estadual, quer no âmbito federal. Não vejo autoridade num Partido para brigar contra o empreguismo quando todos os Partidos o praticaram, quando tiveram a oportunidade de fazê-lo, quer no âmbito federal, quer no âmbito estadual. Há, por exemplo, o caso recente do Governador revolucionário de Goiás, que entupiu as repartições do Estado com novos funcionários. Temos, também, o exemplo de Guanabara, onde diariamente o Sr. Governador Carlos Lacerda nomeia dezenas e dezenas de funcionários, usando o "eufemismo": ele não nomeia para escriptorário, para tesoureiro, mas para funções gratificadas. É só correr os jornais e V. Exa. encontrará isso. Estamos fazendo um levantamento das atuais nomeações e V. Exa. verificará que continuam as nomeações porque a política, no Brasil, ontem, hoje e durante muito tempo ainda, é feita em termos fisiológicos.

O SR. EURICO REZENDE — Pretendo encerrar esse ângulo tão cativante deste debate democrático, citando um fato — não a palha da payra, mas o grão dos fatos. No governo do Sr. João Goulart como dizem os gauchos, parece-me que o Deputado Oliveira Brito apresentou projeto proibindo nomeações, em épocas eleitorais. O Congresso Nacional aprovou essa proposição, mas o Senhor João Goulart a vetou. Não é verdade?

O Sr. Arthur Virgílio — Há um equívoco. Não é verdade. Não foi em épocas eleitorais. O projeto foi vetado porque representava uma invasão nas atribuições do Executivo. Da mesma forma que o Executivo não pode invadir atribuições do Legislativo ou do Judiciário, também o Legislativo não pode, de acordo com a Constituição, interferir no Executivo. Essa emenda, de autoria do Deputado Oliveira Brito, que foi depois auxiliar dos mais eminentes do Senhor João Goulart, representava ingerência do Legislativo nas atribuições do Executivo e, por isso, foi vetada.

O SR. EURICO REZENDE — O Sr. João Goulart não entendia muito de inconstitucionalidade.

O Sr. Arthur Virgílio — Não nego que houve nomeações. Vou apresentar como documento, um telegrama que passei ao Sr. João Goulart, protestando contra a nomeação de três mil funcionários para a Previdência Social. Depois de alertado por mim, pessoalmente, fui vencido pelos que queriam que as fizesse. Passei um telegrama ao Sr. João Goulart, como protesto, para que amanhã não me caluniasse de ter feito nomeações. Mas isso também ocorreu no Governo do Sr. Juscelino Kubitschek, que não resistiu a pressões do fisiologismo, daqueles que fazem política fisiológica, política do empreguismo, como está havendo agora com o colega de V. Exa., o Deputado Costa Cavalcanti, que nomeou um seu filho tesoureiro.

O SR. EURICO REZENDE — V. Exa. não sai da sinfonia do realejo do Sr. Costa Cavalcanti, que não devo considerar, porque se houve essa nomeação, é uma nomeação válida. Mas, voltando à etapa anterior, V. Exa. disse que o Sr. João Goulart vetou o projeto que proibia as nomeações, porque essa medida correspondia a uma erosão na competência

do Sr. Presidente da República, no que diz respeito ao provimento de cargos. Muito bem. Mas o que fez o Sr. Presidente da República, através da compreensão e do patriotismo do Congresso Nacional, impor a ele, Presidente da República, a proibição de nomear nas antevésperas eleitorais.

O Sr. Padre Calazans — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Pois não.

O Sr. Padre Calazans — Tenho a impressão de que há um pequeno equívoco com respeito ao problema dessa emenda. Não me recordo se existiu uma emenda do Deputado Oliveira Brito. É possível. Mas fui o Relator do projeto no Senado. Havia uma cláusula, um artigo que impediu o Governo Federal e os Estaduais, seis meses antes das eleições, nomear quem quer que seja e, seis meses depois, fazer qualquer transferência, etc. A Comissão aprovou essa emenda. A verdade manda que eu diga e a justiça também: foram os Governadores de Estado — para não meiar, o do meu Estado, de São Paulo — que fizeram exigências, na ocasião, para que tal emenda não passasse. Recebi, aliás, inúmeros telefonemas mas não codi. Foi chamado por um Chefe de Estado, que me havia dito que criaria graves dificuldades para ele, no próprio preenchimento de determinadas vagas. Disse-lhe que os contratados, para serviço de obras, não seriam atingidos e que considerava a medida saneadora. Mas a justiça manda que se diga que foram os Chefes de Estado, principalmente o do meu Estado, que fizeram o maior esforço, para que esse artigo da lei fosse vetado.

O SR. EURICO REZENDE — V. Exa. não discorda de m.m. V. Exa. está apenas aduzindo um argumento novo. A verdade central sobrevive e domina no debate.

Sr. Presidente, desviado do rumo de meu pronunciamento pela honrosa intervenção do nobre Senador Arthur Virgílio, retomo o fio das minhas considerações, para salientar que o Governo revolucionário, apesar de sua pequena duração, já realizou, na opinião internacional, o sentimento do respeito e da confiança. Basta dizer que, proporcionalmente, o Governo do Marechal Castello Branco foi o que trouxe, para o Brasil, a visita e a presença do maior número de chefes de Estado e de chefes de governo, em todos os tempos.

Neste período de apenas um ano e cinco meses de mandato, tivemos a honra, a glória, o conforto, o estímulo e a fascinação de termos tido o contato pessoal do Presidente da República Federal da Alemanha; do Presidente da França — General Charles De Gaulle; do Presidente do Senegal — Leopold Sédar Senghor; de Sua Majestade Imperial, o Xainxá da Pérsia; de Giuseppe Saragat, Presidente da Itália; e de Sua Alteza, o Grão-Duque de Luxemburgo.

A visita, Sr. Presidente, de seis Chefes de Estado, em apenas — repito — um ano e cinco meses de governo, proporção jamais alcançada, neste particular, por qualquer Governo republicano ou monárquico deste país...

O SR. PRESIDENTE (Vasconcelos Torres) — (Fazendo soar a campainha) — Peço licença para interromper o nobre orador, a fim de comunicar que o Senador Filinto Müller está inscrito pelo Art. 163, § 2º e, neste caso, o tempo de V. Exa. está praticamente esgotado.

O SR. EURICO REZENDE — Vou concluir, Sr. Presidente. ■ concluo

dizendo que, sob o ponto de vista de visita de Chefes de Estado, o Governo Castello Branco obteve os merecidos e aplaudidos flôres do recorde.

Mas, Sr. Presidente, não se trata apenas de um fato ornamental. O fato é filosófico, o fato tem importância política, porque caracteriza, por si mesmo, na sua nobreza e na sua relevância, que a confiança e o respeito pelo Brasil, no mundo livre, estão plenamente restabelecidos, graças ao dinamismo e ao patriotismo deste Governo que, realmente está realizando a integral emancipação econômica e política do País.

Cedendo à advertência de V. Exa., Sr. Presidente, no sentido de que meu tempo está esgotado, desejo consignar nos Anais do Senado este fato, que é auspicioso, que dignifica a nossa Democracia e que exprime que o Brasil, realmente, está vivendo um período de realizações fecundas e merecendo o aplauso, o estímulo e o incentivo de todo o mundo livre.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem! Palmas)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Vasconcelos Torres) — Nos termos do Art. 163, § 2º, tem a palavra o nobre Senador Filinto Müller.

#### O SR. FILINTO MÜLLER:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, há mais de mês, a 5 do passado, enviei a Mesa um requerimento de informações sobre fatos que vem ocorrendo na administração da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Passou-se o período de que dispõem as autoridades para prestar informações e elas não chegaram ao meu conhecimento.

Bem sei que a Secretaria da Presidência, sempre exata no cumprimento dos seus deveres, tomou as devidas providências para alertar as autoridades que deixam de enviar as informações solicitadas. Mas não é demais que eu relembre, neste momento, a circunstância do escoamento do prazo, visto como os elementos solicitados no requerimento de informações poderiam ter sido facilmente enviados ao Senado. Devo mesmo acrescentar que, ao fazer o pedido de informações, já possuía, por cópia, os elementos solicitados.

Hoje, tive oportunidade de enviar novo requerimento à Mesa, ainda sobre a administração da Noroeste do Brasil. Faço-o, Sr. Presidente, como disse no meu discurso do mês passado, com o objetivo de defender os interesses da Estrada e, também, com o objetivo de demonstrar que quem pratica atos condenáveis não tem autoridade para atacar terceiros, como está ocorrendo com relação ao engenheiro Pedro Pedrossian, acusado subrepticiamente, pela Direção da Noroeste do Brasil, de prática de atos condenáveis, que ele não praticou, como ficou sobejamente provado em inquérito realizado por uma comissão de altitude, depois da revolução de 31 de março. Posso cópia do relatório desse inquérito. No momento, realiza-se um terceiro inquérito, sobre os mesmos fatos já apurados em dois anteriores. Oportunamente, vou requerer à Rede Ferroviária Federal S. A. que informe quanto vêm custando aos cofres da Nação esses inquéritos repetidos, visando a atingir um homem de bem, que trabalhou e cumpriu com o seu dever à frente da Noroeste do Brasil.

Quero, ainda, acrescentar que estou colhendo elementos que me autorizam a representar, perante a Justiça Federal, contra a atuação do atual

Superintendente da Noroeste do Brasil. A meu ver, S. Sa., pelos atos que vem praticando, se enquadra nas disposições do Código Eleitoral, pois este proíbe a intervenção de autoridades favorecendo um candidato em prejuízo de outro.

Feitos estes reparos, desejo aproveitar os poucos minutos de que disponho para retificar alguns trechos de discurso pronunciado, na Câmara dos Deputados, pelo eminente Deputado Correa da Costa, um dos mais brilhantes e ilustres representantes de Mato Grosso. Logo após a minha oração de agosto passado, o nobre Deputado Correa da Costa ocupou a tribuna da Câmara e leu várias considerações sobre meu discurso, dando-lhe um aspecto político que não tinha. O meu objetivo era, e é sempre, defender os interesses da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que estão sendo mal cuidados. Disse eu, naquela ocasião, que se a ferrovia é de grande importância para o Brasil, e de vital importância para Mato Grosso, portanto, e meu dever defendê-la, para que não seja, por má administração, colocada em situação de não cumprir as suas finalidades.

O meu eminente conterrâneo, Deputado Correa da Costa, começou esbanjando, no seu discurso, fatos que atribui à minha falta de memória — haver eu declarado que jamais perdera eleição em Mato Grosso. Valeu-se S. Exa. da oportunidade para acenar que, por duas vezes, fui derrotado pelo atual Governador, Fernando Corrêa.

Não escondo o fato, Sr. Presidente — é público e notório. Em política, ser derrotado, não é deprimente. Em política, o que importa é lutar, é estar presente no campo da luta, defendendo os seus ideais, o programa do seu Partido, e afirmar-se presente na disputa democrática. Eu sempre estive presente nas disputas democráticas de Mato Grosso. Não afirmei aqui absolutamente, que nunca houvesse sido derrotado. O que afirmei, e repito, é que, venci sempre combatendo o Governo Federal e o Governo Estadual. Duas vezes fui eleito Senador e, nessas ocasiões, governava o meu Estado o ilustre Sr. Fernando Corrêa, meu adversário político, e S. Exa. não esteve ausente do pleito. Ao contrário, tudo o que estava ao seu alcance fez para conseguir minha derrota. Venci contra a ação do Governo do Sr. Fernando Corrêa, então frente dos destinos de Mato Grosso. Mais tarde, disputando duas vezes o Governo do Estado, fui derrotado pelo mesmo Sr. Fernando Corrêa; da primeira como da segunda vez, era governador de Mato Grosso correligionário meu.

O Sr. Corrêa da Costa, portanto, não teve razão na sua afirmativa. Não aleguei que jamais houvesse perdido eleições. Perdi-as, e não me envergonho de tê-las perdido. Mi venci, vencendo o Governo do Estado, na ocasião chefiado pelo Sr. Fernando Corrêa da Costa.

Mais adiante, o eminente Deputado reafirma aquilo que tinha sido publicado num jornal de São Paulo, respeito do anseio do PSD para coquistar a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Naturalmente, tinha vista fazê-la de trampolim para alcançar objetivos políticos. Afirmando que aqui declarei: Não faço política de empreguismo, não faço política através de concessão de cargos. A política que faço, em Mato Grosso, é serviços prestados ao meu Estado e tal e aos meus conterrâneos. Sem que posso amparar um conterrâneo eu o faço com satisfação, não visando

do a objetivos políticos. Entendo que, desta forma, sirvo também ao meu Estado natal.

A Noroeste do Brasil, Sr. Presidente, no sentido de alavanca política, não me interessa e não interessa ao meu Estado. Por mim, seu atual superintendente pode permanecer na sua direção até o fim do século, desde que faça boa administração. E' o que desejo, nada mais. Não estou pretendendo a direção da Estrada. Não me interessa a direção dessa Estrada, senão com o objetivo de vê-la bem construída, porque a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil é vital para Mato Grosso e deve cumprir as finalidades para que foi construída.

O Sr. Correa da Costa, adiante, estranha que eu, como Presidente do Partido Social Democrático, Seção de Mato Grosso, tivesse dado instruções aos meus correligionários no sentido de se criticar o Governo do Estado. E' verdade, eu as dei. Baixei duas portarias, em agosto, quando estive em Mato Grosso: uma recomendando que, na campanha política, não se fizesse qualquer referência ao Governo da República e à Revolução. Acentuei, ainda, que, no momento, está em disputa o Governo de Mato Grosso e que só no ano próximo, quando será disputado o Governo da República, será a oportunidade para analisarmos os atos do Governo Federal, entendendo-os ou não acertados. Não desejava, pois, como não desejo agora, se trate deste assunto. Na outra portaria apenas tracei normas para a campanha que se está desenvolvendo no Estado. O Deputado Corrêa da Costa, entretanto, estranhou, enormemente, tivesse eu determinado que não se criticasse o Presidente da República. Diz S. Exa. no seu discurso:

"No entanto, depois de atacar o Governo do Estado..."

O que não é exato.

"... recomendou, expressamente, que se poupasse o Governo da República."

Ora, é natural que, numa campanha política, oradores façam reparos às administrações. O Marechal Castello Branco não pode estar isento de críticas, porque, quem não erra?"

Se o nobre Deputado Corrêa da Costa entende que deve criticar o Presidente Castello Branco, S. Exa. tem o direito de fazê-lo. Mas eu não o critico. Recomendei que se lhe não fizesse críticas. Respeito-o, principalmente, como Alto Magistrado da Nação, e como amigo pessoal. Então, o Sr. Corrêa da Costa que use o seu direito de criticar, mas não estranhe que eu recomende aos meus correligionários que não critiquem o Marechal Castello Branco, eminente Presidente da República.

Mais adiante, — e aqui encerro este resumo sobre o discurso do Deputado Corrêa da Costa — S. Exa. pondera que o Presidente Castello Branco deveria rever sua atitude, não só em relação a Mato Grosso, como em relação a Goiás e outros Estados. Isto mostra que o que o ilustre representante de Mato Grosso deseja — e, repito, tenho por S. Exa. o maior apreço — é que o Presidente da República transforme a Revolução num instrumento contra o meu Partido, em favor do seu. Posso dizer a S. Exa. que está equivocado. O Presidente da República é Magistrado e agirá como tal: os candidatos terão plena liberdade de fazer sua propaganda, e aqueles que vencerem serão empossados tranquilamente.

Para finalizar, vou dar conhecimento ao Senado das instruções que bai-

xei sobre a campanha em meu Estado. Diz o nobre Deputado Corrêa da Costa que, pouco antes de baixá-las, referi-me ao Governador Fernando Corrêa como homem honrado e, de bem. Não retiro estas expressões. Considero-o, pessoalmente, homem honrado e de bem.

Na portaria de instruções que baixei — depois da primeira, referente ao Governo da República e ao Marechal Castello Branco, que fiz questão de resguardar na posse campanha política — digo o seguinte:

(Lê).

A propaganda dos candidatos do PSD, Engenheiro Pedro Pedrossian e Professor Lenine de Campos Póvoas deve ser feita exaltando-se suas qualidades pessoais e de homens públicos. Deve-se, especialmente, acentuar que são, ambos, homens de trabalho, conhecedores dos problemas do Estado e possuidores de valiosa experiência de administração.

Em relação aos candidatos adversários as referências devem ser sempre feitas em termos elevados, observando-se as seguintes recomendações específicas:

1) não se devem fazer ataques pessoais aos candidatos adversários, que, candidatando-se, exercem um legítimo direito;

2) não se devem fazer ataques a UDN como Partido Político, — pois os partidos devidamente organizados são o fundamento da democracia brasileira;

3) deve ser criticado o pequeno grupo de segunda categoria que se apossou da UDN, com exclusão de autênticos valores, para transformar o Partido em instrumento de ambições, de ódios, de perseguições;

Sr. Presidente, tudo quanto afirmo na portaria poderei provar, oportunamente, se for o caso.

4) deve ser criticado o Governo, que se ampara nesse grupo insignificante da UDN, para realizar um governo inteiramente falho, nulo, que não resolveu nenhum dos problemas fundamentais do Estado, limitando-se às obras de aparência e de exibicionismo;

5) deve ser acentuado que esse Governo não cumpriu as promessas feitas pelo Governador quando candidato. O que mostra que aquelas promessas visavam exclusivamente a iludir o povo para conquistar o poder;

6) deve ser focalizado o estado de abandono das estradas, prédios escolares, etc., construídos pelo governo peddista de João Ponço, abandono que constitui crime contra o patrimônio do Estado;

7) deve ser lembrado que o Governador quando candidato assumiu compromisso de honra de resolver o problema de energia elétrica notadamente em Campo Grande e em Cuiabá e que nada resolveu, faltando assim à palavra empenhada com o povo;

8) profligar as violências, inclusive os inúmeros assassinatos praticados por policiais em vários municípios, sem que a esses crimes correspondesse a competente ação penal;

Não posso, Sr. Presidente, responsabilizar o Governador do Estado pelos crimes, pelos bárbaros assassinatos cometidos, especialmente na Região Leste do Estado. Não posso responsabilizá-lo. Sua Excelência seria in-

capaz de mandar praticar esses crimes. Mas não posso compreender que não houvesse, sequer a indicição dos culpados, a instauração de um processo regular como consequência desses crimes de morte.

9) criticar as ameaças e violências que vem sendo feitas contra eleitores para pressioná-los a favor do candidato da UDN;

10) acentuar, finalmente, que sendo o candidato da UDN, pelas suas ligações pessoais e políticas um homem vinculado ao atual Governo do Estado, seria, caso viesse a ser eleito, um continuador desse desgoverno, razão pela qual não pode merecer o voto do eleitorado.

Cuiabá, 12 de agosto de 1965. — Filinto Müller.

Li a portaria Sr. Presidente, para justificar-me da acusação que me fez o Deputado Corrêa da Costa, de haver mandado fazer ataques ao Governador, que eu antes considerava um homem honrado. Continuo a considerá-lo um homem honrado, mas mandei criticar o seu Governo porque o considero falho e deficiente. Se não mandei criticar o Presidente Castello Branco é porque o Presidente Castello Branco — tanto — está acima de qualquer crítica, governando o País com absoluta autoridade e autoridade, dois fatores necessários à ordem política e à ordem social brasileiras.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem!)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Vasconcelos Torres) — Parte da fala do Sr. Senador Filinto Müller envolve reclamação sobre o atraso de respostas a requerimento de informações formulado por S. Exa.

Devo informar ao nobre Senador que as providências serão tomadas para que os dispositivos regulamentares que regulam a matéria sejam cumpridos.

Está esgotada a hora do Expediente.

#### COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES

Edmundo Levi.  
Arthur Virgílio.  
Martins Júnior.  
Manoel Dias.  
José Bezerra.  
Heribaldo Vieira.  
José Leite.  
Nogueira da Gama.  
Lino de Mattos.  
José Feliciano.  
José Elias.  
Daniel Krieger (12).

#### O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Passa-se a Ordem do Dia.

As dezesseis primeiras matérias constantes da pauta, em fase de votação, deixam de ser apreciadas por falta de quorum. Passa-se, assim, ao item 17.

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1964 (nº 4.295-B-62 na Casa de origem), que dispõe sobre a organização do Ministério das Minas e Energia, e dá outras providências, tendo

Pareceres (nºs. 388, 399 e 1.053, de 1965) das Comissões

— de Serviço Público Civil, favorável com as emendas que oferece de ns. 1-CSPC a 3-CSPS;

— de Finanças, favorável ao projeto e às emendas da Comissão de Serviço Público Civil; e

— de Minas e Energia (audiência requerida em virtude da aprovação do Requerimento nº 240 de 1965), favorável com as emendas que oferece de ns. 1-CME a 22-CME, com restrições do Senhor Senador Filinto Müller em relação à Emenda nº 3.

Sobre a Mesa emendas ao Projeto que vão ser lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes emendas:

#### EMENDA Nº 1 (DE PLENARIO)

Acrescente-se onde convier:

"Art. Deverão ser criados pelo menos cinco (5) Laboratórios para análises de minérios, localizados, respectivamente, na Amazônia, Norte, Nordeste, Centro e Sul do país.

Parágrafo único. Esses laboratórios deverão conter em sua lotação, no mínimo (2) dois engenheiros de minas, (2) dois geólogos e (2) dois químicos.

#### Justificativa

Não é justo que os prospectores nacionais, que já lutam com tantas dificuldades, tenham de mandar ou trazer para a Guanabara o resultado de seus trabalhos, para as necessárias análises. A emenda pretende eliminar esse entrave por demais oneroso, assim facilitando a prospeção, a pesquisa e a mineração nacional.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1965. — José Ermirio de Moraes.

#### EMENDA Nº 2 (DE PLENARIO)

##### Capítulo VI

Na letra "a" do Art. 13, suprima-se: "Presidente da Petrobrás — Petróleo Brasileiro S. A.".

#### Justificação

A Petrobrás é o órgão de execução da política nacional do petróleo.

O Conselho Nacional do Petróleo é o órgão encarregado da orientação e fiscalização dessa política.

O Presidente da Petrobrás não integra a composição do Conselho Nacional do Petróleo.

Ressalte-se, portanto, a preocupação do legislador ao elaborar a Lei nº 2.004, de 2 de outubro de 1953, quando limitou o importante campo de atuação específica do Presidente da Petrobrás.

Destarte, não se justifica a sua inclusão entre os componentes do Conselho Nacional de Minas.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1965. — Daniel Krieger.

#### EMENDA Nº 3 (DE PLENARIO)

##### Título IV

O Art. 27 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 27. Ficam criados no quadro do Ministério das Minas e Energia, em adição ao existente, os seguintes cargos:

Sala das Sessões, em 14-9-1965. — Daniel Krieger.

## MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

Ministério do Órgão  
QUADRO DE PESSOAL P. PERMANENTE  
CARGOS EM COMISSÃO

SITUAÇÃO ANTERIOR							SITUAÇÃO NOVA						
Codi- go	Nº de Car- gos	D E N O M I N A Ç Ã O	Nível e Classe	Exce- dentes	Provi- sórios	Vagos	Codi- go	Nº de Car- gos	D E N O M I N A Ç Ã O	Nível e Classe	Exce- dentes	Vagos	
	2	Presidentes	1-C	-	-	-		2	Presidente (do Conselho Nacional do Petróleo e do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica)	1-C	-	-	
	1	Diretor-Geral	2-0	-	-	-		3	Diretor-Geral (do Departamento Nacional da Produção Mineral; do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica; e do Departamento de Administração).	2-C	-	2	
	6	Diretor de Divisão	4-0	-	-	-		11	Diretor de Divisão (da Divisão de Geologia e Mineralogia e da Divisão do Fomento da Produção Mineral, do D. N.P.M.; da Divisão Técnica, do C.N.A.E.E.; da Divisão Econômica e da Divisão Técnica, do C.N.P.; da Divisão de Águas, da Divisão de Energia Elétrica e da Divisão de Tarifas, do D.N.A.E.E.; da Divisão do Pessoal, da Divisão do Material e da Divisão do Orçamento, do D.A.)	4-C	-	5	
	1	Diretor de Laboratório	4-C	-	-	-		1	Diretor de Laboratório (do Laboratório da Produção Mineral, do D.N.P.M.)	4-C	-	-	
	1	Diretor de Divisão	5-0	-	-	-		1	Diretor de Divisão (da Divisão Administrativa do C.N.P.)	5-C	-	-	
								3	Diretor de Serviço (do Serviço de Comunicações, do D.A.; do Serviço de Estatística da Produção Mineral, do D.N.P.M.; e do Serviço de Estatística de Águas e Energia Elétrica, do D.N.A.E.E.)	5-C	-	3	

## Quadro de Pessoal - Parte Permanente

## Cargos em comissão criados

Número	Discriminação	Símbolo
1	Diretor-Geral do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica	2-0
1	Diretor-Geral do Departamento de Administração	2-0
1	Diretor da Divisão de Energia Elétrica do D.N.A.E.E.	4-0
1	Diretor da Divisão de Tarifas do D.N.A.E.E.	4-0
1	Diretor da Divisão do Pessoal do D.A.	4-0
1	Diretor da Divisão do Material do D.A.	4-0
1	Diretor da Divisão do Orçamento do D.A.	4-0
1	Diretor do Serviço de Comunicações do D.A.	5-0
1	Diretor do Serviço de Estatística da Produção Mineral do D.N.P.M.	5-0
1	Diretor do Serviço de Estatística de Águas e Energia Elétrica do D.N.A.E.E.	5-0
10		



## MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

Ministério ou Órgão  
QUADRO DE PESSOAL PERMANENTE

## SÉRIES DE CLASSES OU CLASSE

SITUAÇÃO ANTERIOR							SITUAÇÃO NOVA					
Cód- go	Nº de Car- gos	D E N O M I N A Ç Ã O	Nível e Classe	Exce- dentes	Provi- sórios	Vagos	Cód- go	Nº de Car- gos	D E N O M I N A Ç Ã O	Nível e Classe	Exce- dentes	Vagos
AP-101	3	Almoxarife	16-B	-	-	-		10	Almoxarife	16-B	-	7
AP-101	7	Almoxarife	14-A	-	-	-		10	Almoxarife	14-A	-	3
	10							20				10
AP-102	5	Armasenista	10-B	-	-	-		12	Armasenista	10-B	-	7
AP-102	12	Armasenista	8-A	-	-	-		12	Armasenista	8-A	-	-
	17							24				7
EC-303	1	Arquivista	9-B	-	-	-		2	Arquivista	11-C	-	2
	5	Arquivista	7-A	-	-	-		4	Arquivista	9-B	-	3
	6							6	Arquivista	7-A	-	1
								12				6
EC-601								1	Arquiteto	22-B	-	1
EC-601	1	Arquiteto	21-A	-	-	-		1	Arquiteto	21-A	-	-
	1							2				1
GI-304	4	Ascensorista	8	-	-	-		12	Ascensorista	8	-	8
AF-602	9	Assistente de Administração	16-B	-	-	-		20	Assistente de Administ.	16-B	-	15
AF-602	15	Assistente de Administração	14-A	-	-	-		20	Assistente de Administ.	14-A	-	5
	20							40				20
AP-103	1	Assistente Comercial	16-B	-	-	-		3	Assistente Comercial	16-B	-	2
	5	Assistente Comercial	14-B	-	-	-		5	Assistente Comercial	14-B	-	-
	2	Assistente Comercial	12-A	-	-	-		7	Assistente Comercial	12-A	-	5
	8							15				7
EC-1301								2	Assistente Social	22-C	-	2
								4	Assistente Social	21-B	-	4
								7	Assistente Social	20-A	-	5
								11				11
P-1703								10	Atendente	7	-	10
P-1002								20	Auxiliar de Desenhista	12	-	20
P-1402	21	Auxiliar de Estatísticas	8-A	-	-	-		21	Auxiliar de Estatísticas	10-B	-	21
	21							21	Auxiliar de Estatísticas	8-A	-	21
								42				42
GI-303	22	Auxiliar de Portaria	8-B	-	-	2		60	Auxiliar de Portaria	8-B	-	40
	58	Auxiliar de Portaria	7-A	-	-	4		60	Auxiliar de Portaria	7-A	-	4
	80							120				44
EC-102	3	Auxiliar de Bibliotecário	7	-	-	-		6	Auxiliar de Bibliotecário	7	-	3
A-202	13	Auxiliar de Artífice	5	-	-	1		20	Auxiliar de Artífice	5	-	8
P-1204	67	Auxiliar de Engenheiro	13-B	-	-	6		100	Auxiliar de Engenheiro	13-B	-	39
	87	Auxiliar de Engenheiro	11-A	-	-	4		100	Auxiliar de Engenheiro	11-A	-	17
	154					10		200				56
A-206	35	Auxiliar de Medição	6	-	-	5		50	Auxiliar de Medição	6	-	20
A-307	12	Artífice Maquinista	6	-	-	4		15	Artífice Maquinista	6	-	7

## QUADRO DE PESSOAL PARTE PERMANENTE

## SÉRIES DE CLASSES OU CLASSE

SITUAÇÃO ANTERIOR							SITUAÇÃO NOVA						
Códi- go	Nº de Car- gos	D E N O M I N A Ç Ã O	Nível e Classe	Exce- dentes	Provi- sórios	Vagos	Códi- go	Nº de Car- gos	D E N O M I N A Ç Ã O	Nível e Classe	Exce- dentes	Provi- sórios	Vagos
A-305	66	Artífice de Manutenção	6	-	-	5		80	Artífice de Manutenção	6	-	-	19
EC-101	2	Bibliotecário	20-B	-	-	-		4	Bibliotecário	20-B	-	-	2
	2	Bibliotecário	19-A	-	-	-		4	Bibliotecário	19-A	-	-	2
	4							8					4
A-1201	2	Bombeiro Hidráulico	8-A	-	-	-		2	Bombeiro Hidráulico	10-B	-	-	2
	2							2	Bombeiro Hidráulico	8-A	-	-	2
								4					
GL-301	5	Chefe de Portaria	13	-	-	-		8	Chefe de Portaria	13	-	-	3
TC-901								2	Cirurgião Dentista	22-C	-	-	2
								4	Cirurgião Dentista	21-B	-	-	4
								6	Cirurgião Dentista	20-A	-	-	6
								12					12
P-601	1	Classificador de Pedras	14-C	-	-	-		2	Classificador de Pedras	14-C	-	-	1
	2	Classificador de Pedras	12-B	-	-	1		4	Classificador de Pedras	12-B	-	-	2
	4	Classificador de Pedras	11-A	-	-	1		6	Classificador de Pedras	11-A	-	-	3
	7					2		12					6
P-12 05	5	Condutor de Topografia	13-B	-	-	2		19	Condutor de Topografia	13-B	-	-	16
	21	Condutor de Topografia	11-A	-	-	2		19	Condutor de Topografia	11-A	-	-	-
	26					4		38					16

TC-3, P. 1/100

SITUAÇÃO ANTERIOR							SITUAÇÃO NOVA						
Códi- go	Nº de Car- gos	D E N O M I N A Ç Ã O	Nível e Classe	Exce- dentes	Provi- sórios	Vagos	Códi- go	Nº de Car- gos	D E N O M I N A Ç Ã O	Nível e Classe	Exce- dentes	Provi- sórios	Vagos
TC-302	3	Contador	22-C	-	-	-		6	Contador	22-C	-	-	3
	5	Contador	21-B	-	-	-		10	Contador	21-B	-	-	5
	8	Contador	20-A	-	-	2		12	Contador	20-A	-	-	6
	16					2		28					14
EC-601		Conservador de Museu	19-A	-	-	-		5	Conservador de Museu	20-B	-	-	5
	5							5	Conservador de Museu	19-A	-	-	-
	5							10					5
AP-503	5	Datilógrafo	9-B	-	-	0		20	Datilógrafo	9-B	-	-	16
	15	Datilógrafo	7-A	-	-	0		20	Datilógrafo	7-A	-	-	9
	20					0		40					21

SITUAÇÃO ANTERIOR							SITUAÇÃO NOVA						
Códig- go	Nº de Car- gos	D E N O M I N A Ç Ã O	Nível e Classe	Exce- dentes	Provi- sórios	Vagos	Códig- go	Nº de Car- gos	D E N O M I N A Ç Ã O	Nível e Classe	Exce- dentes	Provi- sórios	Vagos
P-1001	6 10 <u>38</u> 54	Desenhista Desenhista Desenhista	16-C 14-B 12-A	- - -	- - -	2 - <u>2</u> 4		16 28 <u>36</u> 80	Desenhista Desenhista Desenhista	16-C 14-B 12-A	- - -	- - -	12 18 - 30
EC-302	1 <u>1</u> 1	Documentarista	19-A	-	-	-		2 <u>2</u> 4	Documentarista Documentarista	20-B 19-A	- -	- -	2 <u>1</u> 3
TC-501	1 3 <u>5</u> 9	Economista Economista Economista	22-C 21-B 20-A	- - -	- - -	- - <u>7</u> 15		3 5 <u>7</u> 15	Economista Economista Economista	22-C 21-B 20-A	- - -	- - -	2 2 <u>2</u> 6
A-802	1 <u>8</u> 9	Eletricista Instalador Eletricista Instalador	12-D 8-A	- -	- -	- <u>6</u> 8		2 <u>4</u> 6 8 20	Eletricista Instalador Eletricista Instalador Eletricista Instalador Eletricista Instalador	12-D 10-C 9-B 8-A	- - - -	- - - -	1 <u>4</u> 6 <u>1</u> 21
TC-80	P. 1/100												

SITUAÇÃO ANTERIOR							SITUAÇÃO NOVA						
Códig- go	Nº de Car- gos	D E N O M I N A Ç Ã O	Nível e Classe	Exce- dentes	Provi- sórios	Vagos	Códig- go	Nº de Car- gos	D E N O M I N A Ç Ã O	Nível e Classe	Exce- dentes	Provi- sórios	Vagos
A-803	2 <u>2</u> 2	Eletricista Operador	8-A	-	-	-		1 2 3 <u>4</u> 10	Eletricista Operad... Eletricista Operador Eletricista Operador Eletricista Operador	12-D 10-C 9-B 8-A	- - - -	- - - -	1 2 3 <u>2</u> 6
TC-602	77 <u>77</u> 154	Engenheiro Engenheiro	22-B 21-A	- -	- -	13 <u>43</u> 56		100 100 <u>200</u>	Engenheiro Engenheiro	22-B 21-A	- -	- -	36 66 102
TC-603	30 <u>31</u> 61	Engº Minas e Metalurgia Engº Minas e Metalurgia	22-B 21-A	- -	- -	9 <u>26</u> 35		25 23 <u>50</u>	Engº Minas e Metalurgia Engº Minas e Metalurgia	22-B 21-A	- -	- -	4 <u>20</u> 24
TC-605	8 9 <u>17</u>	Engenheiro Tecnologista Engenheiro Tecnologista	22-B 21-A	- -	- -	1 <u>6</u> 7		25 25 <u>50</u>	Engenheiro Tecnologista Engenheiro Tecnologista	22-B 21-A	- -	- -	18 22 40

SITUAÇÃO ANTERIOR							SITUAÇÃO NOVA						
Códig- go	Nº de Car- gos	D E N O M I N A Ç Ã O	Nível e Classe	Exce- dentes	Provi- sórios	Vagos	Códig- go	Nº de Car- gos	D E N O M I N A Ç Ã O	Nível e Classe	Exce- dentes	Provi- sórios	Vagos
AF-204	100	Escrevente-Datilógrafo	7	-	-	6		150	Escrevente-Datilógrafo	7	-	-	54
AF-202	47 <u>161</u> 208	Escruturário Escruturário	10-B 8-A	- -	- -	4 <u>7</u> 11		180 180 <u>360</u>	Escruturário Escruturário	10-B 8-A	- -	- -	137 <u>26</u> 166
TC-1401	1 <u>9</u> 10	Estatístico Estatístico	20-B 19-A	- -	- -	- <u>1</u> 1		10 <u>10</u> 20	Estatístico Estatístico	20-B 19-A	- -	- -	9 <u>1</u> 10
AF-502	3	Estenodatilógrafo	11	-	-	-		5	Estenodatilógrafo	11	-	-	2
GL-401	15	Fetitor	5	-	-	2		25	Fetitor	5	-	-	12
P-502	2 <u>2</u> 2	Fotógrafo	9-A	-	-	-		1 2 <u>3</u> 6	Fotógrafo Fotógrafo Fotógrafo	13-C 11-B 9-A	- - -	- - -	1 2 <u>1</u> 4

SITUAÇÃO ANTERIOR							SITUAÇÃO NOVA					
Codi- go	Nº de Car- gos	DENOMINAÇÃO	Nível e Classe	Exce- dentes	Provi- dências	Vagos	Codi- go	Nº de Car- gos	DENOMINAÇÃO	Nível e Classe	Exce- dentes	Vagos
P-1003	3	Fotogrametrista	14-B	-	-	-		4	Fotogrametrista	14-B	-	1
	3	Fotogrametrista	12-A	-	-	-		4	Fotogrametrista	12-A	-	1
	6							8				2
TO-404	1	Geólogo	22-C	-	-	-		10	Geólogo	22-C	-	9
	2	Geólogo	21-B	-	-	-		18	Geólogo	21-B	-	16
	2	Geólogo	20-A	-	-	-		22	Geólogo	20-A	-	20
	5							30				45
GL-203	4	Guarda	12-C	-	-	-		5	Guarda	12-C	-	1
	7	Guarda	10-B	-	-	-		10	Guarda	10-B	-	3
	10	Guarda	8-A	-	-	-		12	Guarda	8-A	-	2
	21							27				6
P-1608	1	Laboratorista	9-B	-	-	-		10	Laboratorista	9-B	-	9
	6	Laboratorista	8-A	-	-	-		10	Laboratorista	8-A	-	4
	7							20				13
A-1603	1	Mecânico Eletricista	8-A	-	-	-		3	Mecânico Eletricista	10-B	-	3
	1							3	Mecânico Eletricista	8-A	-	2
								6				5
A-1306	1	Mecânico de Máquinas	12-D	-	-	-		3	Mecânico de Máquinas	12-D	-	2
								6	Mecânico de Máquinas	10-C	-	6
	12	Mecânico de Máquinas	8-A	-	-	1		11	Mecânico de Máquinas	9-B	-	8
	13					1		28	Mecânico de Máquinas	8-A	-	16
A-1305	2	Mec.de Motores a Combust.	10-C	-	-	-		4	Mec.de Motores a Comb.	12-D	-	4
	1	Mec.de Motores a Combust.	9-B	-	-	1		10	Mec.de Motores a Comb.	10-C	-	10
	13	Mec.de Motores a Combust.	8-A	-	-	1		11	Mec.de Motores a Comb.	9-B	-	1
	16					1		35	Mec.de Motores a Comb.	8-A	-	20
A-1801	21	Mestre	14-B	-	-	2		22	Mestre	14-B	-	3
	19	Mestre	13-A	-	-	2		22	Mestre	13-A	-	5
	40					4		44				8
TO-801	2	Médico	22-B	-	-	-		7	Médico	22-B	-	5
	3	Médico	21-A	-	-	-		7	Médico	21-A	-	4
	5							11				9

## SITUAÇÃO ANTERIOR

## SITUAÇÃO NOVA

Codi- go	Nº de Car- gos	DENOMINAÇÃO	Nível e Classe	Exce- dentes	Provi- dências	Vagos	Codi- go	Nº de Car- gos	DENOMINAÇÃO	Nível e Classe	Exce- dentes	Vagos
A-1303								1	Mecânico Operador	12-D	-	1
	1	Mecânico Operador	10-C	-	-	-		2	Mecânico Operador	10-C	-	1
	2	Mecânico Operador	9-B	-	-	-		3	Mecânico Operador	9-B	-	1
	4	Mecânico Operador	8-A	-	-	-		4	Mecânico Operador	8-A	-	1
	7							10				3
TO-401	6	Motorista	12-C	-	-	2		20	Motorista	12-C	-	16
	24	Motorista	10-B	-	-	2		35	Motorista	10-B	-	12
	40	Motorista	8-A	-	-	1		45	Motorista	8-A	-	5
	70					3		100				33
AP-201	27	Oficial de Administração	16-C	-	-	3		50	Oficial de Administração	16-C	-	26
	65	Oficial de Administração	14-B	-	-	3		87	Oficial de Administração	14-B	-	25
	87	Oficial de Administração	12-A	-	-	6		111	Oficial de Administração	12-A	-	32
	179					12		250				83
TO-403	1	Paleontólogo	20-B	-	-	-		5	Paleontólogo	20-B	-	4
	1	Paleontólogo	19-A	-	-	-		5	Paleontólogo	19-A	-	4
	2							10				8
CT-109	1	Piloto Aviador	15	-	-	-		3	Piloto Aviador	15	-	4



SITUAÇÃO ANTERIOR							SITUAÇÃO NOVA						
Cód- go	Nº de Car- gos	DENOMINAÇÃO	Nível e Classe	Exce- dentes	Provi- sórios	Vagos	Cód- go	Nº de Car- gos	DENOMINAÇÃO	Nível e Classe	Exce- dentes	Vagos	
GL-302	6 <u>11</u> 17	Porteiro Porteiro	11-B 9-A	- -	- -	1 <u>1</u>		12 <u>12</u> 24	Porteiro Porteiro	11-B 9-A	- -	7 <u>1</u> 8	
EO-602	9	Preparador de Museu	12-A	-	-	-		10	Preparador de Museu	12-A	-	1	
EO-202	11 19 <u>25</u> 55	Químico Químico Químico	22-C 21-B 20-A	- - -	- - -	- 2 <u>25</u> 27		16 28 <u>36</u> 80	Químico Químico Químico	22-C 21-B 20-A	- - -	5 11 <u>36</u> 52	
EO-203	9 17 <u>22</u> 48	Químico Tecnologista Químico Tecnologista Químico Tecnologista	22-C 21-B 20-A	- - -	- - -	- 1 <u>7</u> 8		12 21 <u>27</u> 60	Químico Tecnologista Químico Tecnologista Químico Tecnologista	22-C 21-B 20-A	- - -	3 5 <u>12</u> 20	
GL-104	57	Servente	5	-	-	4		120	Servente	5	-	67	
A-1501	5 8 <u>22</u> 35	Sondador Sondador Sondador	10-C 8-B 6-A	- - -	- - -	- - <u>1</u> 1		5 11 <u>27</u> 43	Sondador Sondador Sondador	10-C 8-B 6-A	- - -	- 3 <u>6</u> 9	
AF-401	9	Telegrafo	14	-	-	3		15	Telegrafo	14	-	6	
AF-601	1 6 <u>7</u>	Técnico de Administração Técnico de Administração	20-B 19-A	- -	- -	- <u>1</u> 1		20 20 <u>40</u>	Técnico de Administração Técnico de Administração	20-B 19-A	- -	19 <u>15</u> 34	

SITUAÇÃO ANTERIOR							SITUAÇÃO NOVA						
Codi- go	Nº de Car- gos	DENOMINAÇÃO	Nível e Classe	Exce- dentes	Provi- sórios	Vagos	Codi- go	Nº de Car- gos	DENOMINAÇÃO	Nível e Classe	Exce- dentes	Vagos	
AF-402								6 <u>6</u> 12	Técnico Aux.Mecanização Técnico Aux.Mecanização	11-B 9-A	- -	6 <u>6</u> 12	
P-701	1 10 <u>11</u>	Técnico de Contabilidade Técnico de Contabilidade	15-B 13-A	- -	- -	- <u>1</u>		10 10 <u>20</u>	Técnico de Contabilidade Técnico de Contabilidade	15-B 13-A	- -	9 <u>1</u> 10	
P-1601	3 <u>4</u> 7	Técnico de Laboratório Técnico de Laboratório	14-B 12-A	- -	- -	- -		10 10 <u>20</u>	Técnico de Laboratório Técnico de Laboratório	14-B 12-A	- -	7 <u>6</u> 13	
AF-401								4 <u>4</u> 8	Técnico de Mecanização Técnico de Mecanização	16-B 14-A	- -	4 <u>4</u> 8	
P-1604								10 10 <u>20</u>	Tecnologista Tecnologista	14-B 12-A	- -	10 <u>10</u> 20	
CT-214	<u>4</u> 4	Telefonista	6-A	-	-	-		5 <u>5</u> 10	Telefonista Telefonista	7-B 6-A	- -	5 <u>1</u> 6	
	2	Tesoureiro-Auxiliar	18	-	-	-		3	Tesoureiro-Auxiliar	18	-	3	
GL-402	178	Trabalhador	1	-	-	24		250	Trabalhador	1	-	96	
P-2201	2 4 <u>6</u>	Tradutor Tradutor	16-B 14-A	- -	- -	- 2 <u>2</u>		3 3 <u>6</u>	Tradutor Tradutor	16-B 14-A	- -	1 <u>1</u> 2	
A-1501	5 8 22 <u>35</u>	Sondador Sondador Sondador	10-C 8-B 6-A	- - -	- - -	- - <u>1</u> 1		5 11 27 <u>43</u>	Sondador Sondador Sondador	10-C 8-B 6-A	- - -	- 3 <u>6</u> 9	
EL-103	2 9 <u>11</u>	Zelador Zelador	8-B 7-A	- -	- -	1 2 <u>3</u>		10 10 <u>20</u>	Zelador Zelador	8-B 7-A	- -	9 <u>3</u> 12	

## MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

Ministério ou Órgão  
QUADRO DE PESSOAL P. PERMANENTE  
CARGOS FORA DO SISTEMA

SITUAÇÃO ANTERIOR							SITUAÇÃO NOVA						
Codi- go	Nº de Car- gos	D E N O M I N A Ç Ã O	Nível e Classe	Exce- dentes	Provi- sórios	Vagos	Codi- go	Nº de Car- gos	D E N O M I N A Ç Ã O	Nível e Classe	Exce- dentes	Vagos	
	1	CONSULTOR JURÍDICO (MME)	-	-	-	-		1	CONSULTOR JURÍDICO (MME)	-	-	-	
	17	ASSISTENTE JURÍDICO	-	-	-	-		20	ASSISTENTE JURÍDICO	-	-	3	
	2	ASSESSOR PARA ASSUNTOS LE- GISLATIVOS	-	-	-	-		2	ASSESSOR PARA ASSUNTOS LEGISLATIVOS	-	-	2	
	1	Geofísico @ 91.000			CARGO	POR ENQUADRAR		1	Geofísico ( @ 91.000	-	-	-	

## QUADRO DE PESSOAL P. SUPLEMENTAR

## SÉRIES DE CLASSES OU CLASSE

SITUAÇÃO ANTERIOR							SITUAÇÃO NOVA						
Códig- go	Nº de Car- gos	D E N O M I N A Ç Ã O	Nível e Classe	Exce- dentes	Provi- sórios	Vagos	Códig- go	Nº de Car- gos	D E N O M I N A Ç Ã O	Nível e Classe	Exce- dentes	Vagos	
P-1203	1	Agrimensor	20-B	-	-	-							
P-209	9	Auxiliar de Rural	3	-	-	-							
P-208	1	Capataz Rural	3	-	-	-							
A-601	2 1 4 17 <u>24</u>	Carpinteiro Carpinteiro Carpinteiro Carpinteiro	12-D 10-C 9-B 8-A	- - - -	- - - -	- - - -							
P-602	2 6 <u>8</u>	Glas.Prod.An. e Vegetais Glas.Prod.An. e Vegetais	14-B 12-A	- -	- -	- -							
A-501	1	Cosmógrafo	5-A	-	-	-							
A-406	1	Encadernador	8-A	-	-	-							
TC-101	1 2 4 <u>7</u>	Engenheiro Agrônomo Engenheiro Agrônomo Engenheiro Agrônomo	22-B 21-B 20-A	- - -	- - -	- - -							

SITUAÇÃO ANTERIOR							SITUAÇÃO NOVA						
Codi- go	Nº de Car- gos	D E N O M I N A Ç Ã O	Nível e Classe	Exce- dentes	Provi- sórios	Vagos	Codi- go	Nº de Car- gos	D E N O M I N A Ç Ã O	Nível e Classe	Exce- dentes	Vagos	
A-903	1	Entalador e Estofador	8-A	-	-	-							
A-1703	2 2 4	Ferreiro Ferreiro	9-B 8-A	- -	- -	- -							
A-407	2 1 3	Impressor Impressor	12-D 9-B	- -	- -	- -							
A-603	2 3 5	Marceneiro Marceneiro	10-C 8-A	- -	- -	- -							
TC-805	2 1 3	Médico Sanitarista Médico Sanitarista	22-B 21-A	- -	- -	- 1							
GB-305	9	Mensageiro	1	-	-	1							
P-206	5	Mestre Rural	8	-	-	-							
P-207	12	Operário Rural	6	-	-	2							

SITUAÇÃO ANTERIOR							SITUAÇÃO NOVA					
Codi- go	Nº de Car- gos	D E N O M I N A Ç Ã O	Nível e Classe	Exce- dentes	Provi- sórios	Vagos	Codi- go	Nº de Car- gos	D E N O M I N A Ç Ã O	Nível e Classe	Exce- dentes	Vagos
A-101	1 6 27 <u>34</u>	Pedreiro Pedreiro Pedreiro	10-C 9-B 8-A	- - -	- - -	- 4 4 <u>8</u>						
A-105	1	Pintor	8-A	-	-	-						
EC-514	1	Prof. Ens. Pré-Prim. e Primário	11	-	-	-						
EC-306	1	Revisor	14-B	-	-	-						
GL-102	1	Servçal	6-B	-	-	-						
P-205	1	Técnico Rural	11-A	-	-	-						
CT-402	1 4 <u>5</u>	Tratorista Tratorista	9-B 7-A	- -	- -	- -						

## MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

Ministério ou Órgão

QUADRO DE PESSOAL P. SUPLEMENTAR

CARGO FORA DO SISTEMA

SITUAÇÃO ANTERIOR							SITUAÇÃO NOVA						
Codi- go	Nº de Car- gos	D E N O M I N A Ç Ã O	Nível e Classe	Exce- dentes	Provi- sórios	Vagos	Codi- go	Nº de Car- gos	D E N O M I N A Ç Ã O	Nível e Classe	Exce- dentes	Vagos	
	1	Consultor Jurídico (CNAEE)	-	-	-	-							

## EMENDA Nº 4 (DE PLENÁRIO)

## Título IV

Suprima-se o Art. 23.

## Justificação

Os motivos que instruíram as substituições feitas no Art. 27.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1965. — *Daniel Krieger*.

## EMENDA Nº 5 (DE PLENÁRIO)

## Título V

Suprima-se os artigos 34, 35, 36 e seus parágrafos e o Art. 37.

## Justificação

Os artigos 34 e 35 incluídos no título "Do Regime Financeiro", são desnecessários, porque tratam de matéria de legislação em vigor de caráter geral para todos os Ministérios de Estado.

O artigo 36 e seus parágrafos e o Art. 37, com a legislação superveniente — Lei nº 4.405, de 8 de outubro de 1964 (que regulamentou o Art. 1.º III, § 2º, da Constituição Federal), criando o imposto único sobre minerais do País, dispondo sobre o produto de sua arrecadação e instituindo o "Fundo Nacional de Mineração" — não possuem mais razão de ser. Daí, também a necessidade de supressão dos mesmos.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1965. — *Daniel Krieger*.

## O SR. PRESIDENTE:

(*Guido Mondin*) — As emendas que acabam de ser lidas estão devidamente justificadas.

Em discussão o projeto e as emendas. (Pausa).

Não havendo quem peca a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Está encerrada.

O projeto sairá da Ordem do Dia, para pronunciamento das Comissões de Constituição e Justiça sobre o projeto e as emendas e das Comissões de Serviço Público e Civil, de Minas e Energia e de Finanças, sobre as emendas que acabam de ser lidas.

Discussão, em turno único da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 66, de 1965, do Projeto de Resolução nº 1 de 1965, que suspende a execução do art. 11 da Lei nº 2.772 de 21 de julho de 1961, do Estado de Santa Catarina.

Foi apresentada emenda, que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

## E' lida a seguinte

## EMENDA Nº 1

Art. 1º Entre "execução" e "do art. 11", acrescente-se: "do item 1º".

## Justificação

A emenda tem por fim dar maior precisão ao texto do projeto, mencionando o item do art. 11 da Lei número 2.772, de Santa Catarina, cuja inconstitucionalidade foi arguida no Mandado de Segurança nº 12.459 e reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1965. — *Atílio Fontana*.

Em discussão a Redação Final do Projeto de Resolução nº 1 e a Emenda que acaba de ser lida. (Pausa).

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, dou-a como encerrada.

O Projeto volta à Comissão de Redação, a fim de que a mesma se pronuncie sobre a Emenda.

## O SR. DANIEL KRIEGER:

Pego a palavra, Sr. Presidente.

## O SR. PRESIDENTE:

(*Guido Mondin*) — Tem a palavra o nobre Senador Daniel Krieger, como Líder do Governo.

## O SR. DANIEL KRIEGER:

(Como Líder do Governo — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, na qualidade de Líder do Governo, venho solicitar a V. Exa. a convocação de sessão extraordinária para às 21 horas e 30 minutos de hoje, a fim de que se vote, em regime de urgência urgentíssima, o projeto-de-lei sobre o Imposto de Vendas e Consignações.

Posso afirmar a V. Exa. de que à noite haverá número para a votação, porque diversos Senadores virão pelo avião Electra da VARIG, e integrarão o quorum necessário às deliberações do Senado da República.

Era o requerimento que desejava fazer a V. Exa.

## O SR. PRESIDENTE:

(*Guido Mondin*) — A Mesa defere o requerimento, por isso que também tem conhecimento de que hoje à noite haverá quorum para as deliberações. Quase o tivemos à tarde. A noite estará completo.

Ficam assim convocados os Senhores Senadores para uma sessão extraordinária hoje, às 21 horas e 30 minutos. Consequentemente, é desconvoada a sessão conjunta do Congresso Nacional de hoje à noite. (Pausa) Há ainda oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Edmundo Levi. (Pausa).

S. Exa. não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador José Feliciano.

## O SR. JOSÉ FELICIANO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, venho dirigir a oSr. Presidente da República um apelo em nome do povo goiano

para que seja sediada em Goiânia a direção da Estrada de Ferro Goiás. A organização de uma empresa de ferrovias fez com que fosse localizada a sede em outra cidade que não aquela, capital do meu Estado.

A Estrada de Ferro Goiás, com a extensão de algumas centenas de quilômetros, depois de um longo trabalho das classes produtoras, dos homens públicos e do povo em geral conseguiu o Estado de Goiás que a sede dessa Estrada fosse localizada em Goiânia. Consequentemente, na cerca de dez anos estão sendo construídas as instalações daquela ferrovia em nossa Capital.

Grande já é o parque ferroviário em Goiânia. Suas oficinas, a administração central, a casa de operários e muitas outras instalações técnicas estão localizadas naquela Capital, e recentemente o Ministério da Viação e Obras Públicas e a Rede Ferroviária Federal fizeram com que, em uma nova organização, fosse a sede transferida para outra localidade.

Ora, Sr. Presidente, S. Exa. bem poderá aquilatar as dificuldades que esta medida irá trazer para o povo goiano, não apenas para os funcionários da Estrada de Ferro Goiás, aqueles que obtiveram casa própria transferiram seus domicílios, seus próprios domicílios eleitorais e assim organizaram sua vida em torno da sede da Estrada de Ferro Goiás em Goiânia. Além do aspecto burocrático, da administração temos que considerar ainda o reflexo na economia do meu Estado: cerca de 80% dos produtos industrializados usados em Goiás são de origem paulista. A estrada trafega creio que cerca de 90% de sua capacidade em atenção ao comércio importador e exportador de Goiás para São Paulo e vice-versa. Assim, com a transferência da sede da estrada para outra região, afetar-se-á de forma fundamental o setor da produção do

meu Estado e também a parte comercial daquela unidade da Federação.

S. Presidente, não vejo maiores motivos de interesse administrativo para que o Ministério da Viação e Obras Públicas e a Rede Ferroviária Federal resolvam transferir a sede daquela ferrovia. Além do tráfego ser feito em função da exportação de mercadorias produzidas em Goiás e de mercadorias importadas de São Paulo, acreditamos que pouco existirá para outras regiões do país.

Assim, fica aqui o nosso apelo ao que determine medidas necessárias a localização da sede da Estrada de Ferro de Goiás na capital do Estado, isto é, em Goiânia. *(Muito bem)*.

#### O SR. PRESIDENTE:

*(Guido Mondino — Tem a palavra o nobre Senador Vasconcelos Torres.)*

#### O SR. VASCONCELOS TORRES:

*(Sem revisão do orador)* — Senhor Presidente e Srs. Senadores, a Estrada de Ferro Central do Brasil tem sido criticada, em prosa e verso, desde o período da sua fundação até os dias de hoje. Eu mesmo, quando Deputado Federal, tive oportunidade de fazer reparos a algumas das suas administrações. Mas não é justo que se observe apenas o lado mau; e quando se constata fatores positivos, silenciarmos a respeito. É uma questão de ética parlamentar. Alguém que prosaiga no momento em que tem de exaltar, deve fazê-lo.

E' o que, neste instante, Sr. Presidente, pretendo realizar, enaltecendo a administração do Coronel Renato Araújo, Diretor-Superintendente da Estrada de Ferro Central do Brasil. E por que o faço? Simplesmente porque estou vendo, no meu Estado, uma administração dinâmica, eficiente, honrada, capaz — e diria mesmo — modesta, porque sem fazer alarde dos bons serviços que tem praticado. Na zona litorânea do Estado que representa nesta Casa, quem por lá viaja, como habitualmente o faço, vê, a cada quilômetro, a presença do Coronel Renato de Araújo — os trilhos velhos sendo substituídos por novos. Há um pormenor bem impressionante para a segurança: o da iluminação dos Sinais eletrônicos colocados no Ramal Itaguaçu-Mangaratiba.

Além disso, estão sendo executadas obras nos subúrbios da Guanabara, através da Comissão de Transportes Ferroviários Suburbanos da Estrada de Ferro Central do Brasil, e também, diga-se do passagiro, na Estrada de Ferro Leopoldina.

Só a Comissão de Transportes Ferroviários Suburbanos está empregando, no corrente ano, com o transporte suburbano, cerca de 18 bilhões de cruzeiros, dos quais 11 bilhões destinam-se aos subúrbios da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Essa mesma Central, sob a operosa direção do Coronel Renato Araújo, está executando melhorias dentro de seus recursos do orçamento de capital e do orçamento de custeio. Os recursos totais empregados são superiores aos que serão arrecadados mesmo com a recente tarifa, calculados, aproximadamente, em 12 bilhões e 200 mil cruzeiros por ano.

Sr. Presidente, a Comissão de Transportes Ferroviários Suburbanos está, como disse há pouco, executando, no trecho da Estrada de Ferro Central do Brasil, obras de remodelação da via permanente e outras, tais como construção civil, viaduto, sinalização. Este conjunto de obras visa a melhoria de todo o sistema operacional suburbano, a fim de oferecer aos usuários da ferrovia, melhor transporte. E, dentro das obras em curso gostaria de ressaltar, neste instante, a da Via Permanente do Trecho Paciência — Santa Cruz, a remodelação total do pátio da Estação de Bangu, a remodelação total do Trecho Bangu — Senador Camará, a remodelação

dos pátios de Triagem, Magno, Honório Gurgel e Costa Barros, a modificação total do pátio da Estação de Engenho de Dentro, para melhoria das condições de tráfego.

Na parte de construção civil, ainda sob a eficiente administração do Sr. Renato de Araújo, há que ressaltar as obras da Estação Francisco Sá, na Linha Auxiliar e, ainda no correr deste ano será iniciada a construção de um abrigo para manutenção e depósito de trens elétricos em Santa Cruz, em terreno que está sendo cedido pelo Ministério da Agricultura.

O mesmo ocorre no que diz respeito à sinalização, que está sendo completada com a importação de material norte-americano, para a instalação do sistema de Controle de Tráfego Centralizado (C.T.C.), em todos os subúrbios do Rio de Janeiro, sendo que grande parte desse material já se encontra no País, e o início da instalação desse sistema será feito, com urgência, no Trecho Bangu — Santa Cruz.

Na parte de eletrificação, convém salientar que a Rede Ferroviária Federal (RFFSA) recebeu todo o equipamento necessário à construção de quatro novas subestações retificadoras, que serão instaladas em Triagem, Gramacho, Itaguaçu e Pavuna.

Com essas providências, será elevado o poder energético de toda a Estrada de Ferro Central do Brasil, que ficará em condições de suprir as necessidades da Estrada de Ferro Leopoldina.

Sr. Presidente, tenho acompanhado de perto, porque me interessa pelos problemas ferroviários, o processo da nossa principal ferrovia dirigida agora por esse brilhante oficial do Exército, coronel Renato Araújo.

Pelas estatísticas que tenho, nota-se a segurança do tráfego, que vai aumentando de ano para ano. Atualmente, a Central transporta diariamente, para os subúrbios do Rio de Janeiro, mais de 500 mil pessoas; o número de trens diários é de 400.

Estão sendo feitos exames para corrigir falhas humanas! Há um completo exame psicológico: os maquinistas são cuidadosamente examinados, do ponto de vista da saúde e do fator psicológico.

Instruções de exame de saúde periódico têm sido rigorosamente estabelecidas e cumpridas. Paralelamente a isso, há agora cursos muito eficientes para instrução dos futuros maquinistas da nossa principal Ferrovia.

Sr. Presidente, como representante do Estado do Rio de Janeiro habitualmente vários trechos dessa Ferrovia, porque não ando só de automóvel, nem de avião. De vez em quando vou a Barra do Piraí, Barra Mansa, Volta Redonda, Restinga, e me valho da franquia legal de apenas exibir minha carteira de portador, que me assegura o direito a passagem — e, em conversa, não só com passageiros mas, também, com ferroviários — agora estou intimamente ligado pela data a segurança e eficiência que vem das melhorias da Central — vou apontando todos esses fatos.

No "Dia do Ferrovianista" — no dia passado — foi feita a homenagem oficial de uma comissão tal feita, pela a homenagem que se prestava ao Coronel Renato Araújo, renhendo, uma comissão visto como merecedor os Distúrbios — ao clarear a ao meio dos assuntos e ao início do caso que ali estava juramentado. Com o Coronel Renato Araújo está, realmente ocorrendo o fundamento da liderança. Assim, tem-se imposto a administração de todos nós. Afirmação dos meus e estaduários que, na primeira oportunidade, a senhoria a Tribuna do Senado para exaltar os qualidades excepcionais desse grande administrador, desse brilhante Oficial do Exército Brasileiro, Fazendo esse peque-

no relatório sobre as atividades da Central do Brasil, quero confundir a empresa com seu administrador, dizendo que homens dessa categoria merecem o nosso respeito e, no meu caso, muito particularmente, a de homem filiado a um partido de oposição, mas que reconhece os méritos indiscutíveis de uma boa administração, como de fato é a do Coronel Renato Araújo.

Era o que tinha a dizer. *(Muito bem. Muito bem)*.

#### O SR. PRESIDENTE:

*(Guido Mondino)* — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a próxima, extraordinária, a realizar-se às 21 horas e 30 minutos, a seguinte

#### ORDEN DO DIA

1

Votação em turno único do Requerimento nº 617, de 1965 pelo qual a Comissão Especial para o estudo e a coordenação de medidas tendentes a estabelecer o controle dos preços de exportação de matérias-primas solicita a convocação do Sr. Ministro da Fazenda a fim de perante aquele órgão fazer exposição sobre relacionados com a exportação de produtos agropecuários e minerais.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 85, de 1965, de autoria da Comissão Diretora, que prorroga por um ano a licença concedida a Antônio Augusto Gentil Cabral, Noticiário da Secretaria do Senado Federal.

3

Votação, em turno único do Projeto de Resolução nº 88, de 1965 de autoria da Comissão Diretora, que põe a disposição do Governo do Estado do Ceará a Oficial Legislativo, PL-6, Moema Fernandes Távora.

4

Votação, em turno único do Projeto de Resolução nº 87, de 1965 de autoria da Comissão Diretora, que torna sem efeito a nomeação de Sérgio de Pontes, candidato habilitado em curso, para o cargo de Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

5

Votação em turno único do Projeto de Resolução nº 89, de 1965 de autoria da Comissão Diretora, que nomeia José Carlos Alves dos Santos, candidato habilitado em concurso, para cargo de Auxiliar Legislativo.

6

Votação em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1965, originado da Câmara dos Deputados (nº 61-A, de 1963, na Casa de origem) que mantém o ato do Tribunal de Contas da União de negatório de registro ao contrato de compra e venda celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como autorizada venditora e Carlos Grandino, como comprador comprado, tendo parecer favorável, sob nº 150 e 151, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça e de Finanças.

7

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 163 de 1965 (nº 3.025-B-65 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a regulamentação do comércio e uso de produtos fitossanitários e de outras providências, tendo parecer favorável, sob nº 1.971, de 1965, da Comissão de Projetos do Executivo.

8

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 164, de

1965 (nº 3.029-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República que prorroga prazo estabelecido na Lei nº 2.341, de 22 de novembro de 1954, que concedeu financiamento para operações imobiliárias através da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Naval, tendo parecer favorável sob número 1.062, de 1965, da Comissão de Finanças.

9

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 165, de 1965, (nº 3.030-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República que abre, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000.000 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), destinado ao combate à malária tendo parecer favorável, sob nº 1.061, de 1965, da Comissão de Finanças.

10

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 166, de 1965 (nº 3.033-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que torna obrigatório, pelas empresas concessionárias de serviços públicos o emprego de madeiras preservadas e dá outras providências, tendo parecer favorável sob nº 1.073, de 1965, da Comissão de Projetos do Executivo.

11

Votação, em curso único, do Projeto de Lei da Câmara nº 167, de 1965 (nº 3.034-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República que dispõe sobre a obrigatoriedade de serem ouvidas as autoridades florestais na aprovação de plantas e planos de loteamento para venda de terrenos em presenças, tendo parecer favorável, sob nº 1.074, de 1965, da Comissão de Projetos do Executivo.

12

Votação, em primeiro turno do Projeto de Lei do Senado nº 20, de 1964, de autoria do Sr. Senador Edmundo Levi, que acresce parágrafo único ao artigo 13 da Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, que institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia tendo pareceres (números 376, 377 e 378 de 1965), das Comissões: de Constituição e Justiça favorável; de Educação e Cultura pela rejeição; e de Legislação Social pela rejeição, com votos vencidos dos Srs. Senadores Aarão Steinbruch e Edmundo Levi.

13

Votação, em primeiro turno do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1964 de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres que regula a cobrança do imposto de vendas e concessões nos Estados, tendo parecer sob nº 1.065 de 1965 da Comissão de Constituição e Justiça pela tramitação e a conjunto com o PL-3.038-B-65, em anexoamento na Câmara dos Deputados.

14

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1964 de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres que regula a cobrança do imposto de vendas e concessões nos Estados, tendo parecer sob nº 1.065 de 1965 da Comissão de Constituição e Justiça pela tramitação e a conjunto com o PL-3.038-B-65, em anexoamento na Câmara dos Deputados.

Encerrada a sessão.

*(Letante-se a sessão às 16 horas e 40 minutos)*.



## ATA DA 140ª SESSÃO, EM 14 DE SETEMBRO DE 1965

PRESIDÊNCIA DOS SRS.: MOURA ANDRADE E GILBERTO MARINHO.

As 21 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores:

Goldewasser Santos  
José Guilomard  
Oscar Passos  
Vivaldo Lima  
Edmundo Levi  
Arthur Virgílio  
Martins Junior  
Pedro Carneiro  
Manoel Dias  
Menezes Pimentel  
João Bezerra  
Pessoa de Queiroz  
Heribaldo Vieira  
Júlio Leite  
José Leite  
Aloysio de Carvalho  
Josaphat Marinho  
Eurico Rezende  
Raul Giuberti  
Vasconcelos Torres  
Gilberto Marinho  
Nogueira da Gama  
Padre Calazans  
Lino de Mattos  
Moura Andrade

.....  
José Feliciano  
José Elias  
Filinto Müller  
Gastão Müller  
Adolpho Franco  
Mello Braga  
Atilio Fontana  
Guilherme Mondim  
Daniel Krieger

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 34 Senhores Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Senhor 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Senhor 1º Secretário lê o seguinte:

## EXPEDIENTE

## PARECER

## Nº 1.080, de 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 1965 (nº 3.031-A-65, na Casa de origem), que retifica, sem aumento de despesa, a Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 1965.

Relator: Sr. Lino de Mattos.

O Senhor Presidente da República, na forma do artigo 4º "Caput", do Ato Institucional apresentou ao Congresso, acompanhado de Exposição de Motivos do Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, projeto de lei alterando, sem aumento de despesa, a Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 1965.

II — Justificando a providência em tela, diz o Titular da Pasta da Fazenda, no referido documento:

a) as leis ns. 4.502, 4.503 e 4.506, todas de 30 de novembro de 1964, alteraram, a partir de 1º de janeiro do corrente ano, a estrutura administrativa dos principais órgãos componentes do sistema arrecadador e fiscalizador do Ministério e, também, o Departamento de Arrecadação, com a incumbência de supervisionar todo o sistema;

b) as alterações introduzidas modificaram também a nomenclatura de

alguns órgãos, como a Divisão do Imposto de Renda e a Diretoria das Rendas Internas, que passaram a denominar-se Departamento do Imposto de Renda e Departamento das Rendas Internas, respectivamente, e as antigas Coletorias Federais, que se constituíram nas atuais Exatorias Federais, conforme determina a Lei número 4.503, e cuja subordinação passou do âmbito da Direção Geral da Fazenda Nacional para o recém-criado Departamento de Arrecadação;

c) em virtude de haver ocorrido quase simultaneamente a sanção daqueles novos diplomas legais — Leis ns. 4.502, 4.503 e 4.506, todas de 30 de novembro de 1964, com a da Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964, que estima a receita e fixa a despesa da União para o corrente exercício, deixaram de ser consideradas, nessa última, as alterações de nomenclatura e denominação dos órgãos fazendários de que cogitaram aquelas;

d) torna-se, assim, imprescindível, adaptar à lei orçamentária aquelas alterações, para efeito de tornar executáveis as medidas consubstanciadas nos citados diplomas legais.

IV — Essas alterações são feitas da seguinte forma:

"Subanexo 4.14 — Ministério da Fazenda.

Onde se lê:

4.14.16 — Diretor-Geral da Fazenda Nacional (Coletorias Federais).

4.14.23 — Diretoria das Rendas Internas

4.14.27 — Divisão do Imposto de Renda

Lê-se:

4.14.16 — Departamento de Arrecadação (exatorias Federais)

4.14.23 — Departamento de Rendas Internas

4.14.27 — Departamento do Imposto de Renda"

V — Aprovada na Câmara dos Deputados, veio a proposição ao Senado, sendo despachada a esta Comissão.

Como se verifica da exposição supra, a retificação solicitada é, mais do que procedente, verdadeiramente imperativa, pois foram modificadas as estruturas de determinados órgãos administrativos, com os quais estão em correspondência os dispositivos da lei orçamentária e, assim, estes não, também, de ser alterados.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1965. — Pessoa de Queiroz, Presidente. — Lino de Mattos, Relator. — Menezes Pimentel. — Edmundo Levi. — Atilio Fontana. — Daniel Krieger. — Oscar Passos. — Eurico Rezende.

## PARECER

## Nº 1.081, de 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 1965 (nº 3.028-A-65, na Câmara), que autoriza a abertura do crédito suplementar, pelo Ministério da Fazenda, de Cr\$ 292.433.000 e torna inaplicável igual montante na Orçamento vigente, em dotações que especifica.

Relator: Sr. Lino de Mattos.

Nos termos do artigo 4º, caput, do Ato Institucional o Sr. Presidente da República enviou à consideração do Congresso projeto de lei que autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, de crédito suplementar da ordem de Cr\$ 292.433.000 (duzentos e noventa e dois milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil cruzeiros), tornando inaplicável igual montante na Lei de Meios vigente, nas dotações que especifica.

2. A Mensagem presidencial baseou-se em Exposição de Motivos do Sr. Ministro da Fazenda, que esclarece fazer a solicitação em causa pelos seguintes fundamentos:

a) a Contadoria Geral da República, em virtude da insuficiência de pessoal técnico em todas as suas Delegações nos Estados, vê-se obrigada à constante designação do pessoal qualificado, que se locomove para a prestação de tal assistência técnica;

b) ocorre, entretanto que a dotação orçamentária global destinada a tal fim é insuficiente e se encontra quase esaurida, com ameaça de interromper-se o serviço, daí decorrendo graves prejuízos para a contabilidade da União;

c) propõe-se, destarte, a alteração em exame, da qual não advirá aumento de despesa, "eis que oferece compensação, tornando inaplicável parcela da dotação, constante da parte fixa, na importância igual ao valor da despesa que pretende realizar além do crédito, ou seja, Cr\$ 292.433.000";

d) o recurso indicado é o da abertura do crédito suplementar para efeito de mera regularização do excesso de despesa que se verificar na parte variável da dotação, pois, conforme ficou esclarecido a compensação oferecida recai sobre a parte fixa.

3. Não há como discordar da proposição. Além dos motivos de ordem prática invocados, atinentes à normalidade do funcionamento de um importante setor do Ministério da Fazenda, a legislação vigente agasalha a hipótese. E o que acentua, aliás, a Comissão de Finanças da outra Casa do Congresso, ao mencionar o artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, nos seguintes termos:

"Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

III — Os resultantes da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei".

Obedecidas, assim, as exigências enumeradas no dispositivo legal em apêndice e atendida, por igual, a conveniência superior do serviço público, opinamos pela aprovação do projeto em lide.

E' o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1965. — Pessoa de Queiroz, Presidente. — Lino de Mattos, Relator. — Daniel Krieger. — Menezes Pimentel. — Edmundo Levi. — Atilio Fontana. — Oscar Passos. — Eurico Rezende.

## PARECER

## Nº 1.082, de 1965

Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 1965 (nº 3.029-B-65, na Câmara), que concede isenção de impostos para importação de bens destinados ao desenvolvimento da indústria mecânica de precisão.

Relator: Sr. Eurico Rezende.

O projeto ora submetido a nossa apreciação, decorreu de solicitação do Poder Executivo e tem por objeto importação de bens destinados ao desenvolvimento da indústria mecânica de precisão, pelo prazo de quatro anos.

Na Exposição de Motivos de que se faz acompanhar o projeto realçou o Sr. Ministro da Indústria e Comércio que: "a indústria mecânica fina,

de precisão — na qual se enquadram produtos como máquinas de escrever, de somar e calcular, de processamento de dados, teletipos, instrumentos de controle, medição e regulação — está a merecer estímulos para a sua expansão e consolidação, a fim de serem plenamente aproveitadas as possibilidades que se entrebrem ao país".

Acentuou ainda Sua Excelência que da expansão e consolidação desta indústria muito tem a esperar o Brasil, tanto no que diz respeito ao suprimento de seu mercado, como no tocante também às possibilidades do mercado externo.

A isenção ora proposta constitui um dos incentivos de que temos lançado mãos para promover uma mais efetiva implantação das indústrias consideradas necessárias ao país, tais como a automobilística, a naval, e eletrodomésticas etc.

A Comissão, fazendo remissão aos ilustrados pareceres já expendidos sobre a matéria e sua evidente relevância como fator de melhoria do nosso parque industrial, manifesta-se favoravelmente à proposição.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1965. — Pessoa de Queiroz, Presidente. — Eurico Rezende, Relator. — Menezes Pimentel. — Lino de Mattos. — Edmundo Levi. — Atilio Fontana. — Daniel Krieger. — Oscar Passos.

## PARECER

## Nº 1.083, de 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1965 (nº 3.055-B-65, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 103.000.000 (cem milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes de reajustamento da contribuição brasileira ao Fundo Especial de Assistência para o Desenvolvimento.

Relator: Sr. Pessoa de Queiroz.

Pelo presente projeto, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 103.000.000 (cem milhões de cruzeiros), para atender, no corrente exercício, as despesas decorrentes do reajustamento da contribuição brasileira ao Fundo Especial de Assistência para o Desenvolvimento, criado pelas III Reuniões do Conselho Interamericano Econômico e Social, realizadas em Lima, em dezembro de 1961, para financiar as atividades da Aliança para o Progresso.

II. A proposição, de iniciativa da Presidência da República, veio ao Congresso acompanhada de Exposição de Motivos do Senhor Ministro das Relações Exteriores, em que este justificando a medida pleiteada, diz, em síntese:

a) em dezembro de 1964, em resolução aprovada pelas III Reuniões Anuais do Conselho Interamericano Econômico e Social, da Organização dos Estados Americanos, realizadas em Lima, foi criado o "Fundo Especial de Assistência para o Desenvolvimento";

b) o Brasil contribua, até então, voluntariamente, para o Programa de Cooperação Técnica, com quantias em moeda nacional calculadas ao câmbio de Cr\$ 18,50 por US 1,00. Dessa forma artificial, aceita tacitamente pela OEA até cerca de dois anos atrás, o Governo brasileiro chegara a contribuir para o referido Programa com

somas fictícias de quase um milhão de dólares;

c) com a aprovação do Fundo Especial de Assistência para o Desenvolvimento, as contribuições voluntárias nacionais passaram a ser convertidas ao câmbio do dia, ou seja, a contribuição anual do Brasil constante do nosso orçamento, de ..... Cr\$ 20.000.000, seria paga não a um câmbio artificial, mas ao câmbio vigente na época do pagamento;

d) além de beneficiar-se do orçamento anual do Fundo para aplicação na América Latina, orçado em US\$ 9.000.000,00 o Brasil usufrui vantagens diretas de programas, em nosso país, tais como:

US\$

- 1 — Programa da Sudene (assistência Técnica), com ..... 900.000,00
- 2 — Centro Pan-Americano de Febre Aftosa, com ..... 580.000,00
- 3 — Programa de Administração de Empresa, com ..... 150.000,00
- 4 — Centro de Treinamento para Desenvolvimento Regional com ..... 270.000,00
- 5 — Programa de Normalização (integração econômica), com .... 270.000,00

e) em suma, o Brasil recebe assistência num montante de US\$ ..... 1.900.000,00 mediante contribuição de Cr\$ 20.000.000 ao câmbio do dia;

f) em seu relatório ao Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso, o Secretariado dessa entidade sugere, como contribuição adequada brasileira, a soma de US\$ 570.000,00;

g) o Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica solicitou providências do Ministério das Relações Exteriores, para que a contribuição brasileira pudesse ser elevada, em 1966, à soma de US\$ 300.000,00 ainda inferior ao montante orçado como adequado para a nova contribuição, pelo Fundo Especial;

h) não obstante, o Ministro Extraordinário para o Planejamento estima necessário que se aprove, desde já, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000 o que permitirá anunciar-se, na próxima reunião do CIAP, nossa contribuição voluntária de cerca de 50 a 60 mil dólares referentes ao exercício de 1965, como prova de nosso empenho e primeiro passo para remediar uma situação que está em desacordo com nossa participação e endosso aos esforços do CIAP; e

i) em compromisso informal, o Secretário Executivo do CIAP assegurou ao Embaixador Roberto Campos que não é intenção do Fundo Especial converter então metade, ou pouco mais, da contribuição brasileira em moeda forte. Boa parte dos cruzados seria utilizada em gastos dos diferentes programas do Fundo no Brasil.

III. Como se verifica, o pedido do crédito está plenamente justificado.

E' certo que, em virtude da aprovação do Fundo Especial de Assistência para o Desenvolvimento, as contribuições brasileira passarão a ser realizadas ao câmbio do dia, e essa mudança de câmbio representa uma despesa acentuada para o Brasil, mas, em compensação, o nosso país receberá considerável assistência, em diversos setores de atividades.

IV. Face ao exposto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1965 — *Menezes Pimentel*, Presidente — *Pessoa de Queiroz*, Relator — *Daniel Krieger* — *Eurico Rezende* — *Lino de Mattos* — *Oscar Passos* — *Edmundo Levi* — *Atílio Fontana*.

## PARECER

Nº 1.084, de 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 179, de 1965 (nº 3.059-B-65, na Câmara dos Deputados), que autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 11.283.990.500 (onze bilhões, duzentos e oitenta e três milhões, novecentos e noventa mil e quinhentos cruzeiros) ao Ministério da Agricultura, para o fim que especifica.

Relator: Sr. Lino de Mattos

Nos termos do artigo 4º, "caput", do Ato Institucional, o Sr. Presidente da República submete à consideração do Congresso projeto de lei autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 11.283.990.500 (onze bilhões, duzentos e oitenta e três milhões, novecentos e noventa mil e quinhentos cruzeiros).

2. Conforme esclarece a Exposição de Motivos do Sr. Ministro da Fazenda e que integra o processado, o crédito em apreço decorre de solicitação do Sr. Ministro da Agricultura e visa a

"dar sequência a programas essenciais de trabalho, já previstos desde o exercício anterior, e a outros, que assumiram caráter de emergência face às novas condições climáticas e econômicas existentes".

3. Tal programação incluiria um plano especial para o nordeste; a intensificação do combate à febre aftosa, em especial no Rio Grande do Sul; o incremento da produção e distribuição de sementes melhoradas; o incremento de programas de extensão rural, visando a dinamizar a assistência aos agricultores; o desenvolvimento da produção agropecuária no Estado do Rio de Janeiro, através de um Plano Integrado; a intensificação da suinocultura e da avicultura, com o propósito, inclusive, de liberação da carne bovina para exportação; e, ainda, outras atividades ligadas ao desenvolvimento da produção agropecuária, inclusive equipamentos e instalações básicas, e ressarcimento de compromissos residuais assumidos por diversos órgãos técnicos do Ministério da Agricultura.

4. Esclarece o documento do titular da pasta da Fazenda que a liberação dos recursos pretendidos não oneraria o Tesouro, uma vez que o próprio Ministério interessado oferece, como compensação, o congelamento de créditos equivalentes, relacionados como "Restos a Pagar" do exercício passado.

5. Adverte ainda a aludida Exposição de Motivos que a pretensão do Ministério da Agricultura tem apoio no artigo 48, § 1º, do Código de Contabilidade da União, razão por que foi autorizado o Banco do Brasil a colocar a mencionada importância à sua disposição.

6. A abertura de crédito especial pretendida pelo projeto, objetiva a regularização das despesas.

7. A menção dos propósitos visados pelo projeto torna claro, com efeito, o caráter urgente das despesas, em especial as relativas à região nordeste do País.

Nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1965. *Pessoa de Queiroz*, Presidente — *Lino de Mattos*, Relator — *Menezes Pimentel* — *Edmundo Levi* — *Atílio Fontana* — *Daniel Krieger* — *Oscar Ramos* — *Eurico Rezende*.

## PARECER

Nº 1.085, de 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 178, de 1965 (nº 3.058-B-65 na Câmara), que concede isenção de licença de importação, tributos e emolumentos consulares para donativos destinados às obras de assistência social, mantidas pela Sociedade das Obras Sociais e Educadoras — Estado da Bahia.

Relator: Sr. Pessoa de Queiroz.

De iniciativa do Poder Executivo (Mensagem nº 581, de 1965), o presente projeto concede "isenção de licença de importação, dos impostos de importação e de consumo, da taxa de despacho aduaneiro, das taxas portuárias, inclusive armazenagem, melhoramentos dos portos e renovação de Marinha Mercante, e dos emolumentos consulares para os donativos até o limite de 5.000 (cinco mil) toneladas anuais, constituídas de gêneros alimentícios, roupas usadas, medicamentos, material audio-visual de base, material de uso pessoal, livros, material de construção, material de aulas domésticas e trabalhos manuais, recebidos até 1966, inclusive, pela Sociedade das Obras Sociais e Educadoras, Diocese de Juazeiro, para sua distribuição gratuita através de obras de assistência social mantidas pela mesma Sociedade, na Diocese de Juazeiro, Estado da Bahia". (artigo 1º).

2. O Sr. Ministro da Fazenda, em sua Exposição de Motivos sobre a matéria (nº 539, de 1965), esclarece que a medida teve sua origem no pedido feito pelo Presidente da Sociedade de Obras Sociais e Educativas, Diocese de Juazeiro, Estado da Bahia.

Ressalta, ainda, na referida Exposição de Motivos, que:

"Considerando o fim a que se destina o material a ser recebido deste Ministério opina favoravelmente ao atendimento da solicitação".

3. A proposição, na Câmara dos Deputados, após obter o parecer favorável das diversas Comissões técnicas ouvidas a respeito, foi aprovada sem emendas.

4. A isenção concedida visa a beneficiar a classe pobre, a menos favorecida economicamente, pois atinge diversos materiais, que foram doados para serem distribuídos em caráter gratuito, através de obras de assistência social.

O aspecto financeiro do problema deve ser ultrapassado, no caso, pelo aspecto social, uma vez constituir um dever, não só do Governo como do legisladores de uma Nação, a implantação de medidas tendentes a proteção e à melhoria das condições de vida de seu povo.

5. Diante do exposto e tendo em vista que o Ministério da Fazenda órgão incumbido da orientação da política econômico-financeira do país encampou o pedido da Sociedade das Obras Sociais e Educadoras da Diocese de Juazeiro, manifestando-se favoravelmente a sua transformação em lei, a Comissão de Finanças opina pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1965. *Menezes Pimentel*, Presidente — *Pessoa de Queiroz*, Relator — *Daniel Krieger* — *Lino de Mattos* — *Edmundo Levi* — *Atílio Fontana* — *Daniel Krieger* — *Oscar Ramos* — *Eurico Rezende*.

## PARECER

Nº 1.086, de 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 1965 (na Câmara nº 3.060-B), que autoriza a abertura ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de crédito especial para o custeio dos vencimentos e vantagens dos servidores da Fundação Brasil Central. Relator: Sr. Lino de Mattos.

O Sr. Presidente da República, em mensagem ao Congresso Nacional, submete à nossa deliberação projeto de lei segundo o qual é autorizada a abertura de crédito especial ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para fazer face às despesas com vencimentos e vantagens, no exercício em curso, do pessoal da Fundação Brasil Central, enquadrado pelas Leis números 4.242 e 4.345, respectivamente, de 17 de julho de 1963 e 26 de junho de 1964; e, bem assim, Decreto nº 54.224, de 1º de setembro de 1964.

A matéria faz-se acompanhar da competente exposição de motivos do Sr. Ministro da Fazenda, que reconhece a procedência da necessidade de crédito, até porque, sobre a mesma, pronunciou-se previamente a Contadoria Geral da República, à qual se deve, aliás, a fixação do montante do crédito em Cr\$ 337.828.560.

Diante disso, parece-nos, a providência requerida pela mensagem presidencial merece nossa aprovação.

Ante o exposto, a Comissão de Finanças opina favoravelmente ao projeto em causa.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1965. — *Pessoa de Queiroz*, Presidente. — *Lino de Mattos*, Relator. — *Menezes Pimentel*. — *Edmundo Levi*. — *Atílio Fontana*. — *Daniel Krieger*. — *Oscar Passos*. — *Eurico Rezende*.

## PARECER

Nº 1.087, de 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 181-65, que autoriza a abertura de créditos especiais, no montante de Cr\$ 4.269.970.880 (quatro bilhões, duzentos e sessenta e nove milhões, novecentos e setenta mil, oitocentos e oitenta cruzeiros) a diversos Ministérios, ao Poder Judiciário e ao Tribunal de Contas da União.

Relator: Sr. Lino de Mattos

O presente projeto, oriundo do Poder Executivo, visa a autorizar a abertura de créditos especiais, no montante de Cr\$ 4.269.970.880 (quatro bilhões, duzentos e sessenta e nove milhões, novecentos e setenta mil, oitocentos e oitenta cruzeiros) ao Poder Judiciário (Cr\$ 34.549.111), ao Tribunal de Contas da União (Cr\$ ..... 23.804.739), e a diversos Ministérios: Agricultura (Cr\$ 40.268.500), Educação e Cultura (Cr\$ 87.864.828), Fazenda (Cr\$ 3.922.235.255), Marinha (Cr\$ 154.000.000), Minas e Energia (Cr\$ 6.948.447).

Esclarece a Mensagem que "o presente trabalho representa a reunião, em um único projeto de lei, de diversos expedientes anteriores, (...), nos quais se encontra devidamente demonstrada a necessidade de cada um dos créditos pedidos em apreço".

Com efeito, a proposição é acompanhada de documentação específica, para os diversos itens, os motivos, os fins e o texto legais que os regem, evidenciando não apenas a necessidade de cada um dos créditos, mas também a necessidade de regularização da situação financeira do país, dada a despesa com os exercícios passados (de 1962 a 1965).

Comprovada, portanto, a necessidade dos créditos solicitados, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1965. — *Pessoa de Queiroz*, Presidente. — *Lino de Mattos*, Relator. — *Daniel Krieger*. — *Eurico Rezende*. — *Oscar Passos*. — *Edmundo Levi*. — *Atílio Fontana*. — *Menezes Pimentel*.

## PARECERES

Ns. 1.088 e 1.089, de 1965

### PARECER

Nº 1.088, DE 1965

Da Comissão de Projetos do Executivo sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 174, de 1965 (nº 3.054-B-65), na Câmara que dispõe sobre o Serviço Nacional de Recenseamento e das outras providências.

Relator: Sr. Lino de Mattos

Pela Mensagem nº 554, de agosto próximo passado, o Sr. Presidente da República encaminhou o presente projeto, acompanhado da Exposição de Motivos do DASP, visando à instituição, em caráter permanente, do Serviço Nacional de Recenseamento (SNR), órgão integrante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

2. O projeto relaciona as diversas atribuições desse órgão, dando-lhe em seguida a organização básica.

3. Dispõe ainda a proposição sobre o quadro do pessoal pertencente àquele serviço, seu aproveitamento e seu regime de trabalho.

4. Como se sabe, o Serviço Nacional de Recenseamento foi criado, com existência temporária, em 1938, pelo Decreto-lei nº 969. Mesmo a Lei 651, de 13 de março de 1949, que regulamentou a execução do recenseamento geral de 1950, não instituiu em caráter permanente aquele importante Serviço.

5. O projeto em apêço, em face das relevantes funções cometidas ao órgão recenseador do IBGE, e às necessidades censitárias do País, objetiva instituir de maneira permanente e específica, as atribuições de suas funções e a organização de seus serviços, com quadro de pessoal próprio.

6. Justificam a apresentação da matéria as crescentes necessidades de informações de cunho censitário, uma vez que os recenseamentos constituem, na atualidade, a pedra angular dos sistemas estatísticos.

7. Não há como deixar de reconhecer que os importantes inquéritos sócio-econômicos, bem como os parâmetros para o planejamento e a aferição de outros levantamentos só podem ser convenientemente elaborados em bases censitárias técnicas e científicas.

8. De fato, quaisquer estimativas seguras, todas as previsões de produção, todo e qualquer plano administrativo de governo terão que basear-se em sólidos dados estatísticos que representem a realidade nacional.

9. A proposição vem, assim, ao encontro de imperiosa necessidade de se instituir de maneira orgânica um dos mais importantes serviços do país.

10. Importa, aliás, ressaltar, que o projeto, simplesmente formaliza um estado de fato, de vez que não modifica substancialmente a estrutura do serviço recenseador atualmente vigente.

11. Diante do exposto, a Comissão de Projetos do Executivo opina pela sua aprovação, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1965. — *José Guimard*, Presidente. — *Lino de Mattos*, Relator. — *José Feliciano*. — *Adolfo Franco*. — *Edmundo Levi*. — *Mello Braga*.

PARECER Nº 1.089, DE 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 174, de 1965 (nº 3.054-B-65, na Casa de origem), que dispõe sobre o Serviço Nacional de Recenseamento e das outras providências.

Relator: Sr. Lino de Mattos.

De iniciativa do Poder Executivo, o presente projeto dispõe sobre o Serviço Nacional de Recenseamento e das outras providências.

Determinando que o Serviço Nacional de Recenseamento fica instituído como órgão permanente, integrado na estrutura do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a proposição fixa, ainda, a organização administrativa do novo serviço, disciplinando, também, em sentido lato, as suas atribuições.

A soma de providências, necessárias à consubstanciação das medidas legislativas previstas no projeto, exige, para sua execução, a aplicação de recursos financeiros que, nos termos de seu art. 12, deverão correr à conta das disponibilidades do IBGE.

No que tange ao aspecto dado a esta Comissão apreciar, portanto, em se tratando de recursos próprios de órgão autárquico — que não se traduzem na discriminação orçamentária da União — cujo emprêgo, além do mais, resulta de solicitação do Poder Executivo, julgamos o projeto em condições de ser acolhido, razão por que opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1965. — *Pessoa de Queiroz*, Presidente. — *Lino de Mattos*, Relator. — *Oscar Passos*. — *Eurico Rezende*. — *Atílio Fontana*. — *Edmundo Levi*. — *Daniel Krieger*. — *Menezes Pimentel*.

## PARECER

Nº 1.090, de 1965.

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 177, de 1965 (nº 3.057-B-65, na Casa de origem), que estende à Comarca de São Vicente a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Santos, no Estado de São Paulo.

Relator: Sr. Lino de Mattos

O Sr. Presidente da República, com a Mensagem nº 582, de 1965, encaminhou ao exame do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, projeto de lei que estende à Comarca de São Vicente a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Santos, no Estado de São Paulo.

As razões, que informam a iniciativa do Chefe do Governo estão explicitadas nos seguintes tópicos da citada exposição ministerial:

“O Presidente do Tribunal Superior do Trabalho encaminhou a este Ministério, para ser transmitido à Câmara dos Deputados, como proposição do Executivo, Projeto de Lei que consubstancia proposta do Diretório de São Vicente do Partido de Representação Popular, pleiteando a criação de uma Junta de Conciliação e Julgamento naquela Comarca, sediada no Estado de São Paulo.

2. Alega aquele Diretório que a Comarca, criada há cerca de dois anos e com população superior a 80.000 habitantes e que, não possuindo a Junta que ora pleiteia, se estabelece, assim, verdadeiro conflito de jurisdição, de vez que as questões trabalhistas encaminhadas a São Vicente são necessariamente devolvidas à Comarca de Santos, disso redundando perda irreparável de tempo, muito

lucrará com a criação de sua Junta.

3. Ao apreciar o assunto, aquele Egrégio Tribunal, considerando a ausência, no processo de boletins estatísticos das reclamações trabalhistas ocorridas na Comarca de São Vicente, desde seu desmembramento da de Santos, mas atendendo, por outro lado, a que a aludida Comarca possui regular população obreira, superior mesmo às de algumas já com sedes de Juntas, propõe, como mais prático no momento, seja estendida a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Santos à Comarca de São Vicente, restabelecendo-se, assim, situação anterior até que se conheçam os elementos relativos ao exercício de 1965”.

Do exposto, verifica-se a procedência da medida consubstanciada no projeto ora sob nosso exame, ainda mais porque da mesma defluirá ônus para o erário, por se tratar de simples processo de delimitação jurisdicional. Opinamos, assim, pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1965. — *José Guimard*, Presidente. — *Lino de Mattos*, Relator. — *José Feliciano*. — *Adolfo Franco*. — *Edmundo Levi*. — *Mello Braga*.

### O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — Sobre a mesa requerimento do Sr. Senador Eurico Rezende, que será lido pelo Senhor 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

### REQUERIMENTO

Nº 631, de 1965

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal,

O senador signatário, nos termos do Regimento, quer se digne Vossa Excelência de requisitar do Instituto Brasileiro do Café, por intermédio do Senhor Ministro da Indústria e Comércio, as seguintes informações:

1. A que se refere as Ordens P.62-982 e 63-205, de 25 de outubro de 1962 e 17 de junho de 1963, respectivamente?
2. Na hipótese de tratarem de instauração de inquéritos administrativos, em que fase estão esses procedimentos investigatórios?
3. Apurou-se desvirtuamento de disposições regulamentares?
4. Apurou-se, de responsabilidade dos indicados, prejuízos financeiros para a autarquia?
5. Os inquéritos estão se processando dentro dos prazos regulamentares?
6. Na hipótese de estar havendo protelação, qual a justificativa ou motivo de força maior?

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1965. — *Eurico Rezende*.

### O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — O Requerimento lido será publicado e, em seguida, despachado pela Presidência.

### O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — Sobre a mesa Comunicação do Sr. Senador Filinto Müller, Líder do Partido Social Democrático, que val ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

### COMUNICAÇÃO

Brasília, 14 de setembro de 1965. Sr. Presidente Moura Andrade

Devendo viajar para Mato Grosso e estando ausentes os Vice-Líderes do PSD, venho indicar à V. Exª o

nome do Senador José Leite, conforme aquiescência da Bancada, para responder pela liderança da mesma.

Com elevado apêço, *Filinto Müller*, Líder do PSD.

### O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — A Comunicação que acaba de ser lida vai à publicação.

O Sr. Senador José Leite responderá pela Liderança do Partido Social Democrático, na ausência do Líder e dos Vice-Líderes daquele Partido.

### O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura de requerimento de urgência.

E' lido o seguinte:

### REQUERIMENTO

Nº 632, de 1965

Nos termos do art. 326, nº 5 b, do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 172, de 1963, que define a competência dos Estados para a cobrança do imposto sobre vendas e consignações.

Sala das Sessões, em 4 de setembro de 1965. — *Daniel Krieger*, Líder da UDN. — *Filinto Müller*, Líder do PSD. — *Oscar Passos*, Líder do PTB, em exercício.

### O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — O requerimento lido será votado ao fim da Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos. (Pausa)

Passa-se à

### ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (*Moura Andrade*)

Item 1º.

Votação, em turno único, do Requerimento nº 617, pelo qual a Comissão Especial para o estudo e a coordenação de medidas tendentes a estabelecer o controle dos preços de exportação de matérias-primas solicita a convocação do Senhor Ministro da Fazenda, a fim de, perante aquele órgão, fazer exposto sobre assuntos relacionados com a exportação de produtos agropecuários e minerais.

A discussão foi encerrada em 8 de corrente.

Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado. A Mesa fará a devida comunicação ao Senhor Ministro da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (*Moura Andrade*)

Item 2º.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 85, de 1965, de autoria da Comissão Diretora, que prorroga por um ano a licença concedida a Antônio Augusto Gentil Cabral, Noticiário da Secretaria do Senado Federal. Em votação o Projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado. O Projeto vai à Comissão Diretora para a redação final.



*E' o seguinte o projeto aprovado:*

**PROJETO DE RESOLUÇÃO**  
Nº 85, DE 1965

*Prorroga por um ano a licença concedida a Antonio Augusto Gentil Cabral, Noticiarista da Secretaria do Senado Federal.*

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' prorrogada, por um ano, a licença concedida pela Resolução nº 33, de 1964, que pos a disposição do Governo do Estado do Ceará, sem vencimentos, nos termos do artigo 300, item I, de Regulamento da Secretaria do Senado Federal, o Noticiarista de Radiodifusão, PL-8, Antônio Augusto Gentil Cabral.

Projeto publicado no DCN — Seção II — de 2-9-1965.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade)

Item 3.

*Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 86, de 1965, de autoria da Comissão Diretora, que põe a disposição do Governo do Estado do Ceará a Oficial Legislativo, PL-6, Moema Fernandes Távora.*

*Em votação o Projeto.*

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

*Está aprovado. O Projeto vai a Comissão Diretora para a redação final.*

*E' o seguinte o projeto aprovado:*

**PROJETO DE RESOLUÇÃO**  
Nº 86, DE 1965

*Põe à disposição do Governo do Estado do Ceará a Oficial Legislativo, PL-6, Moema Fernandes Távora.*

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' posta a disposição do Governo do Estado do Ceará, sem vencimentos, pelo prazo de 17 meses, nos termos do artigo 300, item I, do Regulamento da Secretaria, a Oficial Legislativo, PL-6, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Moema Fernandes Távora.

Projeto publicado no DCN — Seção II — 2-9-1965.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade)

Item 4.

*Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 87, de 1965, de autoria da Comissão Diretora, que torna sem efeito a nomeação de Sérgio de Pontes, candidato habilitado em concurso, para o cargo de Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.*

*Em votação o Projeto.*

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

*Está aprovado. O Projeto vai a Comissão Diretora para a redação final.*

*E' o seguinte o projeto aprovado:*

**PROJETO DE RESOLUÇÃO**  
Nº 87, DE 1965

*Torna sem efeito a nomeação de Sérgio de Pontes, candidato habilitado em concurso, para o cargo de Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.*

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' tornada sem efeito, de acordo com o artigo 35, alínea c, nº 2, do Regimento Interno, a no-

meação de Sérgio de Pontes, candidato habilitado em concurso público, para o cargo de Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Projeto publicado no DCN — Seção II — de 3-9-1965.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade)

Item 5.

*Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 89, de 1965, de autoria da Comissão Diretora, que nomeia José Carlos Alves dos Santos, candidato habilitado em concurso, para cargo de Auxiliar Legislativo.*

*Em votação o Projeto.*

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

*Está aprovado. O Projeto vai a Comissão Diretora para a redação final.*

*E' o seguinte o projeto aprovado:*

**PROJETO DE RESOLUÇÃO**  
Nº 89, DE 1965

*Nomeia José Carlos Alves dos Santos, candidato habilitado em concurso público, para o cargo de Auxiliar Legislativo.*

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' nomeado, de acordo com o artigo 85, alínea c, item 2, do Regimento Interno, para o cargo de Auxiliar Legislativo, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, José Carlos Alves dos Santos.

Projeto publicado no DCN — Seção II — 2-9-1965.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade)

Item 6.

*Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1964, originário da Câmara dos Deputados (nº 64-A, de 1963, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de compra e venda celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora, e Carlos Grandino, como outorgado comprador, tendo pareceres favoráveis (números 150 e 151, de 1965) das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.*

*Em votação o Projeto.*

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

*Está aprovado.*

*Vai a Comissão de Redação.*

*E' o seguinte o projeto aprovado:*

**PROJETO DE DECRETO-LEGISLATIVO**  
Nº 17, DE 1964

(Nº 64-A, de 1963, na Câmara)

*Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao contrato de compra e venda celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora e Carlos Grandino, como outorgado comprador.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro do contrato de compra e venda do imóvel situado na Rua Mooca nº 2.214, na Cidade de São Paulo, firmado em 31 de outubro de 1960, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante ven-

dedora e Carlos Grandino, como outorgado comprador.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade)

Item 7.

*Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 163, de 1965 (nº 3.026-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a fiscalização do comércio e uso de produtos fitossanitários e de outras providências, tendo parecer favorável, sob nº 1.071, de 1965, da Comissão de Projetos do Executivo.*

*Em votação o Projeto.*

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

*Está aprovado.*

*Vai a sanção.*

*E' o seguinte o projeto aprovado:*

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA**  
Nº 163, DE 1965

(Nº 3.026-B-65, na Casa de origem) *Dispõe sobre a fiscalização do comércio e uso de produtos fitossanitários, e de outras providências.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' estabelecida a obrigatoriedade da fiscalização do comércio e uso de produtos fitossanitários em todo o território nacional.

Art. 2º Entende-se por produtos fitossanitários as substâncias ou preparações, de natureza química ou biológica, e os organismos vivos quando destinados ao emprego na prevenção, repelência e destinação de insetos, fungos, ervas daninhas, nematódios, ácaros, roedores e outras formas de vida animal ou vegetal e outros agentes que afetam as plantas e os produtos agrícolas.

Parágrafo único. Incluem-se como defensivos da lavoura os engenhos destinados aos fins mencionados neste artigo, desde que sejam essenciais às características do processo de combate.

Art. 3º Ao Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária, através do Serviço de Defesa Sanitária Vegetal, compete especificar e caracterizar os produtos químicos, as preparações e as matérias-primas de composição de defensivos de uso na lavoura, para efeito desta Lei e de outros dispositivos legais relacionados com a importação, exportação, fabricação, manipulação, venda e uso de tais produtos no País.

Art. 4º A fiscalização de que trata a presente Lei abrange o comércio, armazenamento, trânsito e uso de produtos fitossanitários, bem como as empresas que exploram serviços fitossanitários.

Art. 5º E' competente para exercer a fiscalização de que trata a presente Lei o Ministério da Agricultura, por intermédio do Serviço de Defesa Sanitária Vegetal, do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária.

Parágrafo único. Mediante convênio, poderá o Ministério da Agricultura delegar competência aos atribuições previstas no artigo 5º da presente Lei às Secretarias ou Departamentos de Agricultura dos Estados, Territórios ou Distrito Federal.

Art. 6º O Poder Executivo manterá, no prazo de noventa dias, o regulamento e demais medidas complementares que se fizerem necessárias à execução da presente Lei.

Art. 7º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Projeto publicado no D. C. N., Seção II, de 23 de agosto de 1965.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade)

Item 8.

*Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 164, de 1965 (nº 3.029-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que prorroga prazo estabelecido na Lei nº 2.341, de 22 de novembro de 1954, que concedeu financiamento para operações imobiliárias, através da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Naval, tendo parecer favorável, sob nº 1.062, de 1965, da Comissão de Finanças.*

*Em votação o Projeto.*

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

*Está aprovado.*

*Vai a Comissão de Redação.*

*E' o seguinte o projeto aprovado:*

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA**  
Nº 164, DE 1965

(Nº 3.029-B-65, na Casa de origem) *Prorroga prazo estabelecido na Lei nº 2.341, de 22 de novembro de 1954, que concedeu financiamento para operações imobiliárias através da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Naval.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica prorrogado até 30 de junho de 1970 o prazo estabelecido no artigo 2º da Lei nº 2.341, de 22 de novembro de 1954.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade)

Item 9.

*Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 165, de 1965 (nº 3.030-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que abre, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000.000 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), destinado ao combate à malária, tendo parecer favorável, sob número 1.361, de 1965, da Comissão de Finanças.*

*Em votação o Projeto.*

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

*Está aprovado. O projeto irá à sanção.*

*E' o seguinte o projeto aprovado:*

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA**  
Nº 165, DE 1965

(Nº 3.030-B-65, na Casa de origem) *Abre, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000.000 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), destinado ao combate à malária.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000.000 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), com vigência por dois exercícios, destinado ao combate à malária na região dos vales dos Rios Araguaia e Tocantins, e da Estrada Belém-Brasília, a cargo da Campanha de Erradicação da Malária.

Art. 2º O crédito especial de que trata esta Lei será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.



**O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade)****Item 10:**

*Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 166, de 1965 (nº 3.033-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que torna obrigatório, pelas empresas concessionárias de serviços públicos, o emprego de madeiras preservadas, e dá outras providências, tendo parecer favorável com emendas, sob nº 1.073, de 1965, da Comissão de Projetos do Executivo.*

*Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.*

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

*Está aprovado.*

*E o seguinte o projeto aprovado:*

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 166, DE 1965**

*(Nº 3.033-B-65, na Casa de origem) Torna obrigatório, pelas empresas concessionárias de serviços públicos, o emprego de madeiras preservadas, e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Passa a ser de uso obrigatório em todo o território nacional, em serviços de utilidade pública explorados por empresas estatais, paraestatais e privadas, e principalmente as destinadas aos transportes ferroviário e rodoviário, serviços telegráficos, telefônicos e de fornecimento de eletricidade, o emprego de madeiras preservadas, especialmente preparadas e trabalhadas para esse fim.

Parágrafo único. A obrigatoriedade a que se refere o presente artigo será observada exclusivamente com relação às essências florestais passíveis de tratamento.

Art. 2º Considera-se madeira preservada a que for tratada com substâncias químicas, que assegurem satisfatória conservação das peças, especialmente quando em contato com o solo ou sob condições que contribuem para a diminuição de sua durabilidade.

Parágrafo único. Deverão ser usadas para esse fim substâncias preferentemente nacionais.

Art. 3º Aplicam-se à importação de matérias-primas ou preparados de emprego específico na preservação das madeiras os dispositivos do artigo 4º e seus parágrafos, da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957.

§ 1º O Departamento de Recursos Naturais Renováveis, do Ministério da Agricultura, indicará os produtos ou preparados, de uso essencial na preservação das madeiras, que devam gozar dos benefícios do artigo 4º da citada Lei nº 3.244.

§ 2º A importação dos produtos de que trata este artigo far-se-á na forma das instruções baixadas pelo Conselho de Política Aduaneira.

Art. 4º O Departamento de Recursos Naturais Renováveis será devidamente aparelhado, a fim de poder orientar e fiscalizar, diretamente ou mediante acordo com órgãos estaduais, os trabalhos que se relacionem com a extração e tratamento de madeiras.

Art. 5º O Departamento de Recursos Naturais Renováveis fiscalizará o cumprimento desta Lei e aplicará as respectivas sanções, graduando-as conforme a gravidade de que se reves-tirem.

Parágrafo único. As entidades a que se refere o artigo 1º ficarão sujeitas, pela violação desta Lei, à multa de 5 (cinco) a 20% (vinte por cento) do valor da madeira que deixar de ser preservada, respondendo por ela a pessoa jurídica, em caso de empresa privada, ou o diretor do serviço, em caso de empresa estatal ou paraestatal.

Art. 6º O Poder Executivo expedirá, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação desta Lei, o regulamento necessário à sua execução.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE;**

*(Moura Andrade) — Passa-se à votação da emenda.*

*Em votação a emenda de autoria da Comissão de Projetos do Executivo Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).*

*Está aprovada.*

*E o seguinte a emenda aprovada:*

**EMENDA Nº 1 — CPE**

*Ao Art. 1º*

*Suprimam-se as palavras:*

*"e principalmente as"*

**O SR. PRESIDENTE:**

*(Moura Andrade) A matéria vai à Comissão de Redação. Item 11:*

*Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 167, de 1965 (nº 3.034-B-65 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a obrigatoriedade de serem ouvidas as autoridades florestais na aprovação de plantas e planos de loteamento para venda de terrenos em prestações, tendo parecer favorável, sob nº 1.074, de 1965, da Comissão de Projetos do Executivo.*

**O SR. PRESIDENTE:**

*(Moura Andrade) — Em votação o projeto.*

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

*Aprovado. Vai à sanção.*

*E o seguinte o projeto aprovado:*

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 167, DE 1965**

*(Nº 3.034-B-65, na Casa de origem)*

*Dispõe sobre a obrigatoriedade de serem ouvidas as autoridades florestais na aprovação de plantas e planos de loteamento para venda de terrenos em prestações.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 1º do Decreto-lei nº 58, de 10 de dezembro de 1957, passa a ter a seguinte redação:

*"§ 1º Tratando-se da propriedade urbana, o plano e a planta de loteamento devem ser previamente aprovados pela Prefeitura Municipal, ouvidas, quanto a lhes disser respeito, as autoridades sanitárias, militares e, desde que se trate de área total ou parcialmente florestada, as autoridades florestais".*

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade)**

**Item 12:**

*Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 20, de 1964, de autoria do Sr. Senador Edmundo Levi, que acresce parágrafo único ao artigo 13 da Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, que institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais*

*de Odontologia, tendo pareceres (nºs. 376, 377 e 378, de 1965), das Comissões: de Constituição e Justiça, favorável; de Educação e Cultura, pela rejeição, e de Legislação Social, pela rejeição com votos vencidos dos Senhores Senadores Aarão Steinbruch e Edmundo Levi.*

*Em votação o projeto.*

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

*Rejeitado. Será arquivado.*

*E o seguinte o projeto rejeitado:*

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 20, DE 1964**

*(Do Senador Edmundo Levi)*

*Acresce parágrafo único do art. 13 da Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 13 da Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, que instituiu o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia, fica acrescido do seguinte:

*Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se também aos profissionais formados por Faculdades ou Escolas de Odontologia de âmbito regional, cujos diplomas estejam registrados ou anotados nos órgãos estaduais de saúde assegurando-se lhes, consequentemente, pleno gozo do exercício da profissão e dos direitos regulados por esta lei.*

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade)**

**Item 13:**

*Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 68, de 1964, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que regula a cobrança do imposto de vendas e consignações nos Estados tendo parecer, sob nº 1.065, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça, pela tramitação em conjunto com o PL-3.038-65, em andamento na Câmara dos Deputados.*

*Em votação o parecer nas suas conclusões.*

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

*Está aprovado.*

O projeto será anexado ao Projeto de Lei da Câmara nº 172.

*E o seguinte o parecer aprovado:*

**PARECER Nº 1.065, DE 1965**

*Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 68, de 1964, que regula a cobrança do imposto de vendas e consignações.*

*Relator: Sr. Josaphat Marinho*

O Projeto de Lei nº 68, de 1964, regula a cobrança do imposto de vendas e consignações, visando a alterar a Lei nº 4.229, de 23 de dezembro de 1963.

Ocorre, porém, que está em curso na Câmara dos Deputados, tendo vir ao Senado o Projeto nº 3.038, de 1965, de iniciativa do Poder Executivo, destinado, exatamente, a dar nova disciplina à matéria.

Assim, parece-nos que o projeto — que foi originariamente distribuído ao nobre Senador Eurico Rezende — deve ser anexado ao que virá da outra Casa do Congresso procedendo-se a um só exame do assunto.

*E o que propomos*

**O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade)****Item 14:**

*Votação, em turno único, do Parecer nº 1.021, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça, pelo arquivamento das Mensagens números 400 e 489 (ns. 199-65 e 253-65, no Senado), pelas quais o Senhor Presidente da República submeteu ao Senado a escolha dos Senhores Moacyr Araújo Pereira e Aluísio Lins de Vasconcelos Chaves, para membros dos Conselhos Administrativos da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro e do Pará.*

*Em votação o parecer.*

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

*Está aprovado.*

Em consequência, ambas as Mensagens serão arquivadas.

*E o seguinte o parecer aprovado:*

**PARECER Nº 1.021, DE 1965**

*Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Requerimento nº 522, de 1965, relativo à retirada de matéria constante da ordem do dia.*

*Relator: Sr. Josaphat Marinho*

Por solicitação do nobre Senador Aloysio de Carvalho, veio a esta Comissão o requerimento pelo qual é pedida a retirada da ordem do dia das mensagens indicativas dos nomes dos Srs. Moacyr Araújo Pereira e Aluísio Lins de Vasconcelos Chaves para membros dos Conselhos Administrativos da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro e do Pará.

O requerimento, de autoria do nobre Senador Daniel Krieger, é fundado em que a Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, revogou o § 2º do art. 22 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que tornava necessária a prévia aprovação do Senado para aquelas designações.

As mensagens em questão foram encaminhadas ao 1º-Secretário do Senado Federal que o Sr. Presidente da República resolveu considerar insubsistentes as indicações feitas, exatamente em face da nova lei.

Em verdade, a Lei nº 4.728 (e não 4.228, ou 4.278, como consta, por equívoco, dos dois textos referidos), de 14 de julho de 1965, estabelece em seu art. 1º, parágrafo único, que as nomeações dos Membros dos Conselhos das Caixas Econômicas Federais nos Estados, assim como as designações dos respectivos Presidentes, independentemente, de aprovação do Senado Federal.

Assim dispondo a lei, como dispõe, e à vista de ofício do Ministro para Assuntos do Gabinete Civil, o que cabe, efetivamente, é a retirada da matéria da ordem do dia, arquivando-se as Mensagens respectivas: de nº 400, de 9 de junho, e nº 489, de 6 de julho, ambas deste ano.

E o parecer, esclarecido que está o assunto, como objetivou o requerimento do nobre Senador Aloysio de Carvalho.

**O SR. PRESIDENTE:**

*(Moura Andrade) — Esgotada a matéria da Ordem do Dia — No Expediente foi lido requerimento de urgência, cuja votação tem a sua oportunidade agora.*

Esse Requerimento, que recebeu o nº 632, é de autoria dos Srs. Senadores Daniel Krieger, Filinto Müller e Oscar Fiasco. Nos termos do art. 326, do Regimento Interno, nele é solicitada urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 172, de 1965, que define a competência dos Estados para a co-

branca do Imposto sobre Vendas e Consignações.

Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Em consequência, passa-se imediatamente ao estudo da matéria.

Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende, relator da Comissão de Finanças.

#### O SR. EURICO REZENDE:

(Lê o seguinte parecer) — Senhor Presidente, o projeto em exame tem origem em mensagem do Sr. Presidente da República. Como bem se depreende da ementa, assim como da simples leitura de seu contexto, não tem a União interesse direto na matéria. Usa, porém, a competência consignada no art. 5º, inciso XV, letra "b" da Constituição — "legislar sobre normas gerais de direito financeiro" — para definir a competência dos Estados na cobrança do imposto sobre vendas e consignações.

Como diz a exposição de motivos do Sr. Ministro da Fazenda, "não fôsse a urgência da eliminação de crescentes conflitos de incidência do imposto, que a Lei nº 4.299 está trazendo ao comércio inter-estadual, conviria aguardar a reforma constitucional que se pretende fazer, conforme foi anunciado pelo Governo. Ocorre, porém, que se avolumam as reclamações dos contribuintes, sendo, portanto, necessária uma providência imediata, ainda que de caráter nitidamente temporário".

Realmente, após 15 anos de vigência do Decreto-lei nº 915, de 1938, a Lei nº 4.299, de 23 de dezembro de 1943, fixando novo critério na distribuição da competência dos Estados, para a cobrança do tributo em apêço, introduziu no país sério fator de confusão, atritos e conflitos de competência entre as unidades federativas. A solução encontrada para todos e por todos os Estados foi a multiplicidade de incidências. Solução cômoda e simples, tem como consequência o agravamento da carga tributária e a elevação dos preços. Assim, além das dissensões e atritos entre os Estados, a elevação impositiva e a majoração de preços para o consumidor.

A forma maior das confusões e perplexidades reside na conceituação do que sejam produtos agrícolas, pastoris e extrativos que a Lei de 1943 não fez. O Ministério da Fazenda promoveu duas reuniões de Secretários de Finanças dos Estados, tentando fórmula de entendimento e conciliação. Nenhuma, porém, alcançou plenamente o desiderato. Mas ficou bem claro e certo de que se tornava imprescindível incluir em lei uma definição do que sejam, para os efeitos fiscais em apreciação, produtos agropecuários. Esta solução, que satisfaz os Estados produtores de matéria prima e gêneros alimentícios, dentro do critério estabelecido pela Lei nº 4.299, não atende, porém, segundo este critério — pagamento do tributo no lugar onde se efetua a operação de compra ou consignações — os interesses dos Estados produtores de artigos industrializados.

O projeto oriundo do Poder Executivo, além de fixar a definição do que sejam produtos agropecuários, permitia aos Estados produtores de bens industriais participar da arrecadação. "Todavia — reza a exposição do Ministro Otávio Bulhões — com o propósito de evitar o excesso de tributação, adotou-se o alvitre das deduções. Considerou-se, ainda, a desigualdade existente entre os Estados exportadores de produtos primários e os exportadores de produtos industriais, roteiro da Lei nº 4.299, motivo

porque se assegurou aos primeiros a cobrança de 80% do respectivo imposto e aos segundos a cobrança do imposto de 30%".

A Câmara dos Deputados, porém, repeliu a fórmula, consubstanciada no § 1º do art. 2º, preferindo manter o critério da lei de 1943. O texto que chega à apreciação do Senado aperfeiçoa o daquele diploma legal, suprimindo-lhe as deficiências, omissões e ambiguidades. Não vemos como pretender, nesta Casa do Congresso, retornar ao alvitre do projeto do Executivo ou procurar qualquer outro, que ponha fim à situação de balbúrdia ora existente.

Sem qualquer dúvida, o texto aprovado pela Câmara dos Deputados correspondente ao pensamento da grande maioria do Congresso, não devendo nem podendo o Senado alterá-lo substancialmente.

Somos, em consequência, favoráveis à aprovação do projeto, tal como chegou a esta Comissão, oferecendo-lhe dez emendas que tem por objetivo aprimorá-lo tecnicamente. A justificativa de cada uma explica e fundamenta as modificações e acréscimos propostos.

#### EMENDA Nº 1 — CF

A) Acrescente-se, no final do caput do art. 1º, a seguinte expressão: "ressalvados os casos expressos nesta lei".

B) Suprima-se, no § 1º do artigo 1º, a mesma expressão: — "Ressalvados os casos expressos nesta lei".

#### Justificação

O "caput" do art. 1º estabelece a regra geral do projeto, segundo a qual o imposto é devido no lugar em que se efetua a operação de compra ou consignação. O § 1º define o que se considera "lugar de operação". Como se verifica da leitura do projeto, as exceções, como a contida no art. 2º, se referem à norma fixada no "caput" do art. 1º e não ao conceito que se contém no § 1º do mesmo artigo. Assim sendo, a ressalva, em boa técnica legislativa, deve ser incluída no "caput" e não no § 1º do art. 1º.

#### EMENDA Nº 2 — CF

Ao § 2º do art. 1º: Substituam-se as palavras: "situado o vendedor ou consignantes" — pelas palavras: — "situado o estabelecimento do vendedor ou consignante".

#### Justificação

A introdução da palavra "estabelecimento" constitui, a rigor, emenda de redação, que visa a tornar mais precisa e clara a definição do lugar da operação, prevista neste parágrafo. Pela emenda fica explícito que o lugar da operação é aquele onde está situado o estabelecimento diretamente responsável pela venda ou consignação. Com isto evitam-se as possíveis confusões que ocorreriam no caso de a mesma pessoa jurídica possuir estabelecimentos em mais de um Estado — hipótese, de resto, nada incomum.

#### EMENDA Nº 3 — CF

Passar o § 3º do art. 1º para o art. 2º, onde será § 2º, reenumerando-se os demais, dando-lhe a seguinte redação:

§ 2º O disposto neste artigo, aplica-se, igualmente, aos casos de transferência para posterior venda dos mesmos produtos para o exterior ainda que tenham sofrido, no Estado exportador, beneficiamento, liga ou manipulação que lhes não altera a natureza, cabendo ao Estado de origem a eventual diferença de imposto, quando o valor da operação for superior ao da transferência.

#### Justificação

A emenda visa a transposição da norma estabelecida no § 3º do arti-

go 1º, para os casos regulados pelo art. 2º. A transposição tem por fim aplicar a referida norma aos casos de venda para o exterior de produtos primários, anteriormente transferidos dos Estados produtores. Assim, em vez de caracterizar-se uma exceção a mais à regra geral do art. 1º, a disposição passa a representar um complemento lógico da norma constante do "caput" do art. 2º.

Propõe-se, ainda, alteração de redação da norma, com a intenção de lhe dar maior clareza.

#### EMENDA Nº 4 — CF

Ao art. 1º — Introduza-se novo parágrafo ao art. 1º, que será o 3º, com a seguinte redação:

§ 3º O disposto no parágrafo anterior (2º), aplica-se igualmente aos casos de venda ou consignação de mercadorias em trânsito do exterior para o país.

#### Justificação

A emenda visa a regular hipótese não prevista expressamente no § 2º do art. 1º: — o caso de venda efetuada por importador, ou representante de firma estrangeira, mediante simples endosso nos conhecimentos marítimos.

#### EMENDA Nº 5 — CF

Ao art. 2º — Suprima-se as palavras: — "e sub produtos"

#### Justificação

Tendo em vista a definição constante da longa enumeração do § 1º do mesmo artigo, bem como o disposto no § 3º, a expressão que a emenda manda suprimir, além de desnecessária, pode gerar confusões na conceituação dos produtos originários da agricultura e das indústrias extrativas.

#### EMENDA Nº 6 — CF

Ao art. 2º — Suprima-se as palavras: — "ou associados de cooperativas".

#### Justificação

A entrega de produtos às cooperativas, por seus associados, não constitui operação tributável. A inclusão das palavras "ou associados de cooperativas" leva a equiparar as entregas dos associados às cooperativas, hoje livres de tributo, às transferências de produtos realizadas entre estabelecimentos de uma mesma pessoa jurídica, o que não se justifica e só prejudicaria os cooperativados.

#### EMENDA Nº 7 — CF

Ao art. 2º Substituam-se as palavras finais do caput do art. 1º, a começar de "considerar-se-a" lugar da operação... etc." pelas seguintes palavras: — "o imposto será devido apenas ao Estado produtor, por ocasião da respectiva transferência".

#### Justificação

Trata-se de emenda de redação, coerente com a alteração proposta pela emenda nº 1 no caput do artigo 1º. Tem por finalidade situar os casos de transferência de produtos primários não como um novo conceito de lugar de operação — que se afigura estranho — mas como ressalva expressa à regra geral de que o imposto é devido no lugar da operação.

#### EMENDA Nº 8 — CF

Ao art. 2º Acrescente-se um novo parágrafo, do seguinte teor:

§ — Na hipótese deste artigo, fica sempre assegurada ao Estado de destino a incidência do imposto nas vendas efetuadas, no varejo, diretamente aos consumidores.

#### Justificação

Com esta emenda protege-se o fisco do Estado de destino, sem nenhum dano ao consumidor. E isto porque,

na situação ora vigente, as empresas que desfrutam do privilégio de não pagar o tributo na venda final ao consumidor não o abatem do preço, em benefício deste, mas o usam em proveito de seu maior lucro, tendo em conta que a maioria esmagadora dos concorrentes não gozam da mesma situação privilegiada.

#### EMENDA Nº 9 — CF

Ao art. 2º Dê-se a seguinte redação ao atual § 3º.

§ — Se surgirem divergências entre os Estados quanto à classificação dos produtos referidos neste artigo, caberá ao Conselho Nacional de Economia dirimir a controvérsia, por iniciativa própria ou por solicitação de qualquer Estado ou de contribuinte, através de seu órgão de classe.

#### Justificação

A emenda tem por fim, em primeiro lugar, atribuir ao Conselho Nacional de Economia a competência para dirimir as controvérsias. Trata-se de órgão colegiado da maior categoria, mais indicado e com mais autoridade para a atribuição. Nada impede que ele ouça ou peça parecer a órgãos técnicos do Ministério da Agricultura ou de qualquer outro Ministério. Muitas vezes, a decisão se torna tecnicamente tão difícil, que ela tem de encerrar uma parcela maior ou menor de natureza política. O Conselho pode fazê-lo; não porém, um órgão administrativo comum.

A emenda ainda permite que o Conselho Nacional de Economia proceda por iniciativa própria — o que não lhe deve ser vedado — e prevê a hipótese, muito comum, de solicitação, para dirimir divergência, de parte de qualquer contribuinte, através de seu órgão de classe. O contribuinte pode ter maior interesse, no caso, que os Estados divergentes. E muito bem pode acontecer que nenhum destes provoque a decisão do Conselho.

#### EMENDA Nº 10 — CF

Acrescente-se, onde convier, o seguinte artigo:

Art. Não estão sujeitas ao imposto de que trata esta lei as transferências efetuadas, de um Estado para outro, pelo próprio produtor, para seus estabelecimentos, de matérias primas e partes complementares adquiridas para emprego ou utilização no processo de industrialização de seus produtos.

#### Justificação

A hipótese configurada na emenda é diversa da de que trata o artigo 2º. Aqui se cogita da transferência de material que, submetido a posterior processo de industrialização, se transforma noutro produto. Quem promove a transferência é o próprio produtor, que apenas transporta a matéria prima de um para outro de seus estabelecimentos, sítios em Estados diversos. A incidência do imposto, se houvesse, passaria a constituir tributo autônomo, que nada teria a ver com o imposto incidente sobre o produto novo, resultante da transformação. Sendo o preço da matéria prima apenas um componente do custo do produto industrial, como substituir, tecnicamente, um imposto pelo outro? Seria tão absurdo pretender, nesse caso, substituir o imposto de venda como fazê-lo incidir na simples transferência ou mero transporte da matéria prima.

E' Sr. Presidente, o Parecer favorável ao texto da Câmara, com dez Emendas propostas pela Comissão de Finanças. (Muito bem!)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Há, sobre a mesa, Emendas que vão ser lidas pelo Sr. 1º Secretário.

## São lidas as seguintes

## EMENDAS

## EMENDA Nº 11

Acrescente-se onde couber o seguinte artigo:

Art. — "Nas transferências, para outro Estado, de produtos não compreendidos no Art. 2º, efetuados diretamente pelo próprio produtor para formação de estoque em filial, sucursal, agência ou representante, para posterior venda, o imposto será devido na proporção de 50% no ato da transferência ao Estado de origem, e 50% no ato da venda ou consignação, ao Estado de destino, à base das alíquotas vigentes, respectivamente, em cada Estado".

## Justificação

O dispositivo visa a assegurar a divisão, em proporções iguais aos Estados de origem e de destino, do imposto sobre vendas e consignações nos casos em que os próprios produtores efetuem transferências de seus produtos para serem comercializados em território de unidades diferentes da Federação. Essa divisão da receita tributária vai proporcionar tratamento justo aos dois Estados nos quais a mesma pessoa jurídica executa a operação nas fases de industrialização e comercialização do produto, respectivamente.

S. S., 14.9.65. — Vasconcelos Torres.

## EMENDA Nº 12

Ao Artigo 2º, acrescente-se o seguinte parágrafo:

§ — Aplica-se o disposto neste Artigo, também quando seja para industrialização no Estado de destino, pela mesma pessoa natural ou jurídica ou associada de cooperativa.

## Justificação

A emenda enquadra-se, perfeitamente, no espírito do artigo 2º, qual seja o de assegurar ao Estado produtor a percepção de imposto sobre mercadorias ali originadas.

O acréscimo desse parágrafo dá maior clareza à lei, evitando que indústrias localizadas nos grandes centros e que adquirem em outros Estados os produtos através de postos de compra, armazém de beneficiamento ou outra forma de tratamento primário, pretendam transferir aquelas matérias-primas sem pagar o devido imposto ao Estado produtor.

Sala das Sessões, em 14.9.65. — Átilio Fontana.

## EMENDA Nº 13

Dê-se ao artigo 2º e parágrafos a seguinte redação:

Art. 2º Nas transferências de mercadorias pelos respectivos fabricantes ou produtores, para os seus próprios estabelecimentos, agentes ou representantes ou depositários em outros Estados, o imposto de vendas e consignações será devido ao Estado produtor ou de origem dos produtos adiantadamente, por ocasião da remessa, calculado sobre o preço da transferência, mas com a redução de 50% (cinquenta por cento).

§ 1º Por ocasião da venda ou consignação no Estado para onde foram transferidas as mercadorias, o imposto de vendas e consignações, será pago a esse Estado sobre o preço normal da operação, deduzido o que foi pago no Estado de origem da mercadoria.

§ 2º Considera-se preço e transferência, para os efeitos do disposto neste artigo, o preço normal da venda da mesma mercadoria para o mercado atacadista local.

§ 3º Aplica-se o disposto neste artigo, ainda que o produto transferi-

do deva ser submetido, no Estado de destino, a processo da industrialização.

## Justificação

O substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados (Projeto de Lei nº 3.038-65) restabelece o sistema da Lei nº 4.299, desamparando por completo os Estados industrializados, que não receberão qualquer parcela nas transferências de seus produtos manufaturados para outras unidades da Federação.

Mantém assim a mesma discriminação constante da legislação anterior, para efeito da tributação antecipada nas transferências entre produtos industrializados e produtos agrícolas, primários e extrativos.

Essa discriminação é realmente inconveniente, pois beneficia extraordinariamente uns Estados em detrimento de outros, torna difícil e complicada a diferenciação e conceituação dos produtos pela natureza e acarreta um caudal imenso de controvérsias administrativas e judiciais.

A aplicação ou execução da Lei nº 4.299 é exemplo eloquente dos graves inconvenientes dessa discriminação.

Justifica-se, assim, nova redação ao Artigo 2º e seus parágrafos.

Sala das Sessões, em 14.9.65. — José Ermírio.

## EMENDA Nº 14

Acrescente-se ao art. 2º o seguinte parágrafo:

"O disposto neste artigo não se aplica aos casos de transferência, de um Estado para outro, de produtos efetuados pela mesma pessoa física ou jurídica para os seus próprios estabelecimentos, que se destinarem à industrialização, desde que o imposto de vendas e consignações tenha sido pago, no Estado produtor, pelo menos uma vez, por ocasião da anterior aquisição.

## Justificação

A emenda tem por finalidade evitar a dupla cobrança do imposto de vendas e consignações sobre os produtos agrícolas, pecuários e extrativos que sejam objeto de transferência, de um Estado para outro, pela mesma pessoa física ou jurídica, para os seus próprios estabelecimentos, como matéria-prima ou complementar destinada à industrialização.

Nessas condições, a Emenda estabelece que não será devido novo tributo, por antecipação, na mencionada transferência, desde que, anteriormente, o mesmo produto haja pago, ao Estado produtor, pelo menos uma vez, o imposto de vendas e consignações, por ocasião da sua aquisição, pelo industrial, que dele faça remessa para outro Estado.

Em conclusão: a Emenda assegura ao Estado de origem dos produtos agrícolas, pecuários e extrativos, a cobrança, pelo menos uma vez, do imposto de vendas e consignações em relação àquelas que constituem matéria-prima ou complementar de mercadorias industrializadas em outro Estado, pela mesma pessoa física ou jurídica. Ao mesmo tempo, a Emenda objetiva desonerar de excessivas e gravosas incidências tais produtos, principalmente os alimentares, com o propósito de não elevar o custo industrial e, conseqüentemente, o preço de sua venda ao consumidor, no momento em que o programa econômico-financeiro governamental tem por meta a contenção geral dos preços e a estabilização do poder aquisitivo da moeda nacional.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1965. — José Ermírio.

## EMENDA Nº 16

Acrescente-se onde couber:

Art. Os Estados estabelecerão, em leis específicas, prêmios ou benefícios em moeda nacional destinados ao estímulo da exportação para o Exterior, de mercadorias nacionais manufaturadas.

§ 1º Os prêmios ou benefícios aos exportadores dessas mercadorias corresponderão ao valor do imposto de vendas e consignações devido pela operação efetuada para a remessa prevista neste artigo, podendo ser instituído critério de restituição, compensação ou outros semelhantes, para esse efeito.

§ 2º As disposições deste artigo deverão abranger, igualmente as matérias-primas adquiridas no mercado interno e comprovadamente aplicadas nas mercadorias manufaturadas que sejam objeto de exportação para o Exterior.

§ 3º As leis estaduais adotarão as providências necessárias ao controle e fiscalização do disposto neste artigo.

## Justificação

A emenda objetiva instituir estímulos de natureza tributária para o incremento das exportações de produtos manufaturados nacionais. Esses estímulos corresponderão ao montante dos ônus referentes aos impostos de vendas e consignações que incidem sobre as operações praticadas pelos exportadores para a adequada colocação, em condições competitivas com os demais países, de nossos artigos manufaturados.

A emenda tem foros de legitimidade, pois a lei federal por ser editada com base no artigo 5º, item XV, letra c, da Constituição Federal, que atribui à União competência para legislar sobre produção e consumo, inclusive a exportação.

No mérito, a emenda consagra solução já adotada em legislações de vários Estados, como São Paulo, Guanabara, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que se anteciparam as providências governamentais de natureza tributária em favor do aumento do fluxo de nossas exportações de país industrial.

Agora, dentro do programa econômico-financeiro do Poder Executivo federal cumpre instituir normas de caráter geral, destinadas à observância por todas as unidades da Federação, em defesa dos maiores e legítimos interesses da economia brasileira.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1965. — Vivaldo Lima.

## O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Em discussão o projeto com as emendas. (Pausa) Não havendo quem peça a palavra encerro a discussão.

A Mesa solicita o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça, sobre as emendas.

Tem a palavra o Relator, Senador Edmundo Levi.

## O SR. EDMUNDO LEVI:

O Sr. Presidente, solicito o prazo de vinte minutos para elaborar o parecer.

## O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Mesa deferiu o pedido do Senador Edmundo Levi, concedendo vinte minutos para que S. Exª faça o estudo das emendas e prolate o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Igual prazo é concedido à Comissão de Finanças para se pronunciar sobre as emendas.

Vou suspender a sessão, a fim de que as duas Comissões citadas se pronunciem sobre a matéria. Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa às 22 horas e 35 minutos, e reaberta às 23 horas e 15 minutos)

## O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está reaberta a sessão.

Tem a palavra o Sr. Senador Edmundo Levi, para em nome da Comissão de Constituição e Justiça, emitir parecer sobre as emendas de Plenário.

## O SR. EDMUNDO LEVI:

(*Para emitir parecer — Não foi revisado pelo orador*) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, o Projeto ora em apreciação envolve matéria de mais alta repercussão na vida do País. Pena que tenhamos de apreciá-lo num tour de force, porque instrumentos desta natureza devem ser examinados meditadamente, a fim de que possamos encontrar uma solução que condiga com os interesses de cada Estado, dando a cada um aquilo que é justo, na medida das suas necessidades e da sua capacidade de produção.

O projeto tem por finalidade definir a competência dos Estados para a cobrança do imposto sobre vendas e consignações. Já chegou ao Senado em forma de substitutivo, aprovado pela Câmara. Recebeu várias emendas, algumas já apreciadas e outras que serão agora examinadas. Em si o projeto não incorre em eiva de in-juridicidade.

As emendas apresentadas têm por fim, naturalmente, melhorá-lo, corrigir-lhe algumas falhas de redação torna-lo mais compreensível e de melhor execução.

Examinado, assim, embora perfunctoriamente, o aspecto jurídico do projeto façamos um cotejo das emendas apresentadas com o texto, a fim de que possamos dizer da sua juridicidade ou da sua constitucionalidade.

A primeira emenda refere-se ao caput do Art. 1º e vem da Comissão de Finanças.

Diz:

"Acrescente-se no final do 'caput' do Artigo 1º a seguinte expressão: 'ressalvados os casos expressos nesta lei.'"

O Art. 1º é, assim completado, pois tem a seguinte redação:

"O imposto sobre vendas e consignações, a que se refere o Art. 19, item 4, da Constituição Federal, é devido no lugar onde se efetuar a operação de venda ou consignação."

E agora, acrescido:

"ressalvados os casos expressos nesta Lei."

Logo em seguida, a Emenda, que é desdobrada em dois itens, diz respeito ao § 1º, do Art. 1º, mandando suprimir essa expressão "ressalvados os casos expressos nesta Lei", transposta, como se viu, para o caput do Art. 1º.

A Emenda nº 2 visa ao § 2º, do Artigo 1º. O § 2º do Art. 1º tem a seguinte redação:

"Quando a mercadoria ou o produto estiver em trânsito ao ser efetuada a venda ou consignação, considerar-se-á como lugar de operação aquele onde estiver situado o vendedor ou o consignante".

A Emenda determina:

"substitua-se as palavras 'situado o vendedor ou consignantes' pelas palavras 'situado o estabelecimento do vendedor ou consignante'".

É perfeitamente jurídico e situa melhor a proposição.



A Emenda nº 3 atinge o § 3º do Art. 1º, que manda transpor para o Art. 2º, onde será o § 2º. O § 2º manda:

"O disposto neste artigo, aplica-se, igualmente, aos casos de transferência para o exterior, ainda que tenham frido, no Estado exportador, bens de qualquer natureza, cabendo ao Estado de origem a eventual diferença do imposto quando o valor da operação for superior ao da transferência".

Como vêem, é o § 1º do Artigo 2º a constituir o § 2º, embora com redação alterada, que não pode de injuridicidade ou inconstitucionalidade. Entretanto, da sua conveniência dirá a Comissão competente.

Emenda nº 4:

"Introduza-se novo parágrafo ao Artigo 1º, que será o 3º, com a seguinte redação:"

"§ 3º: O disposto no parágrafo anterior aplica-se, igualmente, aos casos de venda ou de consignação de mercadorias em trânsito do exterior para o país."

Também pela constitucionalidade e pela juridicidade.

Emenda nº 5:

"Ao Art. 2º suprimam-se as palavras: "e subprodutos".

A supressão mandada é perfeitamente jurídica. Entretanto, a Comissão competente dirá se é ou não conveniente.

Emenda nº 6:

"Ao Art. 2º — "suprimam-se as palavras: "Ou associados de cooperativas."

O Art. 2º é da seguinte redação:

Art. 2º Nas transferências de produtos e subprodutos da pecuária, agrícolas ou extrativos, de um Estado, para depósito e posterior venda ou consignação, em outro, pela mesma pessoa natural ou jurídica ou associados de cooperativas, considerar-se-á lugar da operação de venda ou consignação para os efeitos de cobrança do imposto no Estado de origem, aquela onde foram produzidos os produtos.

Nada impede, do ponto de vista jurídico e constitucional, a sua tramitação.

Emenda nº 7:

Ao Art. 2º, substituam-se as palavras finais do caput do artigo a começar de "considerar-se-á lugar da operação ... etc", pelas seguintes palavras: "O imposto será devido apenas ao Estado produtor por ocasião da respectiva transferência."

Também pela juridicidade e pela constitucionalidade.

Emenda nº 8:

Ao Art. 2º: "Acréscete-se um novo parágrafo do seguinte teor: "Na hipótese deste artigo fica sempre assegurada ao Estado de destino a incidência do imposto nas vendas efetuadas no varejo, diretamente aos consumidores".

A emenda de meridiana clareza, perfeitamente jurídica e constitucional.

Pela sua tramitação.

Emenda nº 9:

Ao Art. 2º. Dê-se a seguinte redação ao § 3º: "Se surgirem divergências entre os Estados

quanto à classificação dos produtos referidos neste artigo, caberá ao Conselho Nacional de Economia dirimir a controvérsia, por iniciativa própria ou por solicitação de qualquer Estado ou de contribuinte, através de seu órgão de classe.

Perfeitamente jurídica, além de trazer um elemento de equilíbrio para qualquer controvérsia que surja entre os Estados, na cobrança do imposto.

Pela aprovação.

Emenda nº 10.

Acréscete-se onde convier o seguinte:

"Artigo ... Não estão sujeitas ao imposto de que trata esta lei as transferências efetuadas, de um Estado para outro, pelo próprio produtor, para seus próprios estabelecimentos, de matérias-primas e partes complementares adquiridas para emprego ou utilização no processo de industrialização de seus produtos".

Não sofre de injuridicidade. Entretanto, sua conveniência será objeto de apreciação da Comissão competente.

Agora, passemos às emendas do Plenário.

Emenda nº 11.

Acréscete-se onde couber o seguinte:

"Artigo ... Nas transferências, para outro Estado, de produtos não compreendidos no art. 2º, efetuadas diretamente pelo próprio produtor, para formação de estoque em filial, sucursal, agência ou representante, para posterior venda, o imposto será devido na proporção de 50% no ato da transferência ao Estado de origem, e 50% no ato, da venda ou consignação, ao Estado de destino, à base das alíquotas vigentes respectivamente em cada Estado".

Não há óbice a opor, quanto à constitucionalidade e juridicidade. Entretanto, da sua exequibilidade decidirá a Comissão competente.

Emenda nº 14: Acréscete-se o seguinte parágrafo — O disposto neste artigo não se aplica aos casos de transferência de um Estado para outro, de produtos efetuada pela mesma pessoa física ou jurídica, para os seus próprios estabelecimentos, que se destinarem à industrialização, desde que o Imposto de Vendas e Consignações tenha sido pago no Estado produtor, pelo menos uma vez, por ocasião da anterior aquisição.

A Emenda nº 14, aparentemente, ou talvez numa análise mais demorada, se choque com a emenda que acabou de ser lida, isto é, a de número 11. Entretanto, sob o aspecto jurídico e constitucional apenas, não é possível embargar-lhe o passo, porque não fere qualquer princípio neste sentido.

Somos pela sua aprovação.

Emenda nº 15: Acréscete-se, onde couber:

Art. ... Os Estados estabelecerão, em leis específicas, prêmios ou benefícios em moeda nacional destinados ao estímulo da exportação, para o exterior, de mercadorias não manufaturadas.

§ 1º Os prêmios ou benefícios devidos aos exportadores dessas mercadorias corresponderão ao valor do Imposto de Vendas e Consignações devido pela operação efetuada para remessa pre-

vista neste artigo, podendo ser instituído critério de restituição, compensação ou outros semelhantes para esse efeito.

§ 2º As disposições deste artigo deverão abranger igualmente as matérias-primas adquiridas no mercado interno e comprovadamente aplicadas nas mercadorias manufaturadas que sejam objeto de exportação para o exterior.

§ 3º As leis estaduais adotarão as providências necessárias ao controle e fiscalização do disposto neste artigo".

Vêem V. Exas. que a emenda interfere, diretamente, na administração do Estado. Parece-me que, assim, da maneira imperativa como está, fere o princípio de autonomia dos Estados. Poderia ser facultativa, nunca determinante.

Do ponto de vista constitucional, Sr. Presidente, parece-me inviável. É o parecer. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende, para dar parecer sobre as emendas de Plenário, pela Comissão de Finanças.

O SR. EURICO REZENDE:

(Para emitir parecer — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a Comissão de Finanças opina favoravelmente à Emenda nº 11, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, por entender-se adequada à melhor aplicação do projeto.

Quanto à Emenda nº 12, verifico que há um requerimento do Sr. Senador Atilio Fontana, pedindo a sua retirada. Não há, portanto, o que opinar.

A Emenda nº 13, do Sr. Senador José Ermírio, dá nova redação ao art. 2º, esclarece melhor conceito de fabricantes, produtores e mercadorias transferidas. A Comissão de Finanças a subscreve.

A Emenda nº 14, ainda de autoria do Sr. Senador José Ermírio, reza que o disposto no art. 2º não se aplica aos casos de transferência de um Estado para outro, uma vez efetuado pela mesma pessoa física ou jurídica.

A redação torna mais claro o entendimento do texto aprovado pela Câmara dos Deputados. Somos, portanto, pela sua aprovação.

A Emenda nº 15, de acordo com as razões apresentadas pelo Relator da Comissão que anteriormente opinou, igualmente, não merece aprovação da Comissão de Finanças. Somos, portanto, de parecer contrário.

Sr. Presidente, parece-me que a matéria está com seu exame esgotado.

É o parecer da Comissão de Finanças. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Vai-se passar à votação do projeto, com prejuízo das emendas.

O SR. DANIEL KRIEGER:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra V. Exª.

O SR. DANIEL KRIEGER:

(Para uma questão de ordem) — Sr. Presidente, houve um equívoco quando se fez referência ao Art. 19, Item 4º da Constituição Federal. Trata-se do Art. 19, porém Item 2º. Pediria a V. Exª que, ao submeter a matéria à votação, fizesse a devida retificação.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Comissão de Redação fará o necessário exa-

me o a matéria fica submetida à sua apreciação por ocasião da consideração final.

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas.

Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 172, de 1935

(Nº 3.038-B-65, na Casa de origem) Define a competência dos Estados para a cobrança do imposto sobre vendas e consignações.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O imposto sobre vendas e consignações, a que se refere o artigo 19, item IV, da Constituição Federal, é devido no lugar onde se efetuar a operação de venda ou consignação.

§ 1º Considera-se lugar da operação, ressalvados os casos expressos nesta Lei, aquele onde se encontrar a mercadoria ou produto na ocasião da venda ou consignação.

§ 2º Quando a mercadoria ou produto estiver em trânsito, ao ser efetuada a venda ou consignação, considerar-se-á como lugar da operação aquele onde estiver situado o vendedor ou consignante.

§ 3º No caso de venda ou consignação para o estrangeiro, mediante embarque através de outro Estado, o imposto será devido exclusivamente ao Estado de origem, mesmo que os produtos sofram, no Estado por onde forem exportados, beneficiamento, liga ou manipulação que não lhes altere a natureza.

§ 4º Nos casos de fornecimento de material por empreiteiros ou construtores, considerar-se-á como lugar da operação aquele onde estiver situada a obra.

Art. 2º Nas transferências de produtos e subprodutos da pecuária, agrícolas ou extrativos, de um Estado, para depósito e posterior venda ou consignação, em outro, pela mesma pessoa natural ou jurídica ou associados de cooperativas, considerar-se-á lugar da operação de venda ou consignação, relativa a essa transferência, para os efeitos de cobrança do imposto no Estado de origem, aquele onde foram produzidos os produtos.

§ 1º Consideram-se agrícolas, pecuárias ou extrativos, para os fins desta Lei, os produtos dos gêneros vegetal, animal ou mineral, em estado natural ou submetidos a simples operações de embalagem, empacotamento, fracionamento, moagem, separação, serragem, limpeza, eliminação de impureza, polimento, congelamento, pausteurização, desidratação, refino, cozimento, maceração, salga, defumação, descascamento, prensagem e outras que se lhes possam assemelhar.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos minerais do País, de que cogitam o art. 15, item III, da Constituição Federal e legislação complementar, os quais continuam sujeitos à tributação do imposto único federal.

§ 3º Se surgirem divergências entre os Estados, quanto à classificação dos produtos referidos no parágrafo anterior, caberá ao Ministério da Agricultura, através do órgão competente, por solicitação de qualquer Estado interessado, dar a classificação ao produto sobre o qual surgir a divergência.

Art. 3º O imposto devido ao Estado de origem, nos termos do artigo 2º, poderá ser exigido por antecipação, na ocasião da transferência, cabendo ao mesmo Estado o tributo correspondente ao maior valor obtido na venda ou consignação.



Art. 4º O disposto nesta Lei aplica-se aos casos pendentes de decisão administrativa ou judicial, decorrentes da aplicação da Lei nº 4.299, de 23 de dezembro de 1963, e bem assim aos casos que envolvem dupla cobrança do imposto nas transferências de produtos, realizadas durante a vigência da citada Lei, sendo reconhecido ao contribuinte que o tenha pago no Estado do produtor, pelo menos uma vez, o direito de não efetuar novo pagamento pela transferência de produtos para os seus próprios estabelecimentos, seus agentes, representantes ou depositários em outros Estados.

Art. 5º Se o contribuinte houver pago o imposto num Estado, quando devido a outro, fica obrigado a recolhê-lo a este Estado, independentemente de qualquer penalidade ou correção monetária, e terá assegurado o direito à restituição do que houver pago indevidamente, feita a prova de ter pago ou iniciado o pagamento onde for devido.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor 30 dias após a sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas a Lei número 4.299, de 23 de dezembro de 1963, e demais disposições em contrário.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Vai-se passar à votação das emendas.

Sobre a mesa requerimento de destaque, para rejeição, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte

#### REQUERIMENTO

Nº 633, de 1965

Nos termos dos arts. 212, letra t e 310, letra c, do Regimento Interno, requiro destaque para rejeição da emenda nº 3-CF ao Projeto de Lei da Câmara nº 172-65.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1965. — Eurico Rezende

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tendo em vista o requerimento que acaba de ser aprovado, é rejeitada a Emenda nº 3-CF, da Comissão de Finanças.

Sobre a mesa requerimento de destaque, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte

#### REQUERIMENTO

Nº 634, de 1965

Nos termos dos arts. 212, letra t e 310, letra c, do Regimento Interno, requiro destaque para rejeição da emenda nº 5-CF ao Projeto de Lei da Câmara nº 172-65.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1965. — Eurico Rezende

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em consequência, está rejeitada a emenda número 5, da Comissão de Finanças.

O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura de Requerimento de autoria do nobre Senador Atilio Fontana:

E' lido e aprovado o seguinte

#### REQUERIMENTO

Nº 635, de 1965

Nos termos do art. 211, letra "1", requiro a retirada da emenda de número 12 de minha autoria, oferecida ao Projeto de Lei da Câmara número 172, de 1965.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1965. — Atilio Fontana

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em consequência, é retirada a Emenda nº 12, de autoria do Senador Atilio Fontana. (Pausa).

Vai-se passar à votação das Emendas.

Serão votadas, em primeiro lugar, as Emendas da Comissão de Finanças, de nºs 1 a 10, exceto as de nºs 3 e 5 que foram rejeitadas.

#### O SR. JOSAPHAT MARINHO:

Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Senador Josaphat Marinho.

#### O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, desejo fazer ressalva (ou impugnação) à Emenda nº 1. O ilustre Relator, na Comissão de Finanças, suprime no § 1º do art. 1º as expressões "ressalvados os casos expressos nesta lei" e inclui esta mesma expressão na parte final do caput do art. 1º.

Assim, o art. 1º estabelecerá que o imposto é devido no lugar onde se efetuar a operação de venda ou consignação, ressalvados os casos expressos nesta lei, como quer a emenda. A justificativa da emenda da Comissão diz o seguinte:

"Como se verifica da leitura do projeto, as exceções, como a contida no art. 2º, se referem a norma fixada no 'caput' do art. 1º, e não ao conceito que se contém no § 1º do mesmo artigo.

Assim sendo, a ressalva, em boa técnica legislativa, deve ser incluída no 'caput', e não no § 1º do artigo 1º".

Data vênia, há manifesto equívoco. O caput do art. 1º estabelece a norma, o princípio segundo o qual o imposto é pago onde se efetuar a operação de venda ou consignação. No § 1º é que se estabeleceu o conceito de lugar da operação, e as exceções subsequentes referem-se ao conceito de lugar da operação, e não ao princípio, como sugere a emenda.

Tanto é assim — repare o Senado — que no § 2º se diz:

"Quando a mercadoria ou produto estiver em trânsito, ao ser efetuada a venda ou consignação, considerar-se-á como lugar da operação aquele onde estiver situado o vendedor ou consignante".

Há uma emenda da Comissão quanto à parte final deste artigo que diz: "o estabelecimento do vendedor ou consignante". Mas, no § 4º, volta-se a fixar exatamente o que se quis estabelecer na ressalva ao § 1º:

"Nos casos de fornecimento de material para empreiteiros ou construtores, considerar-se-á como lugar da operação aquele onde estiver situada a obra".

E ainda, no art. 2º, a que se refere expressamente a justificativa da Emenda, o de que se trata não é do princípio, isto é, do lugar do pagamento, mas do conceito de lugar da operação. Expressamente diz o artigo:

"Nos transferências de produtos e subprodutos, etc., considerar-se-á lugar da operação..."

Enfim, o que se verifica é que, no § 1º o projeto definiu lugar da operação,

declarando ressalvados os casos expressos nesta lei. Quais são os casos? Os ressalvados no § 2º, no § 4º do art. 2º.

Não me parece, data vênia do ilustre relator, que se justifique a transferência da ressalva do § 1º para o contexto principal do artigo e não me parece razoável, sobretudo, pelos perigos que a transferência pode determinar. E' que, quando se declara no "caput" do artigo 1º, "que o imposto é devido no lugar onde se efetuar a operação de venda ou de consignação, ressalvados os casos expressos nesta lei", abrange-se, com amplitude que não se sabe até onde chegará, a exceção à regra que o legislador quis taxativa e definida.

O projeto não queria abrir exceção à regra de que o imposto é pago no lugar da operação.

O Sr. Daniel Krieger — Permite V. Exª um aparte? (Assentimento do orador) — E o projeto vindo da Câmara atende perfeitamente o objetivo que V. Exª está visando?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Como está, sim. Bastaria, a meu ver, a rejeição da Emenda nº 1.

O Sr. Daniel Krieger — V. Exª, então, deve pedir que ela seja votada em separado.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Confesso a V. Exª, com a cordialidade com que apreciamos essas matérias na Casa, que não cuidei do destaque, porque V. Exª, com admirável reidão de líder, adotou todas as providências para que se procedesse, hoje, ao exame deste projeto, resguardando, assim, a nossa responsabilidade por sua aprovação. E como em face dessa atitude coube também a V. Exª a tarefa de coordenar a votação da matéria, eu não queria impor qualquer obstáculo. Prefiro trazer estes esclarecimentos ao Plenário antes da votação, porque, se o Plenário encontrasse justificativa nas minhas ponderações, poderia marcar para o pedido de destaque, mantendo o texto que veio da Câmara. Assim, não se faria ressalva do "caput" do artigo. Manter-se-ia a ressalva no § 1º, e não se alteraria, consequentemente, o texto, evitando possíveis dúvidas da interpretação do dispositivo.

O Sr. Filinto Müller — Permite V. Exª um aparte? (Assentimento do orador) — Tive oportunidade de falar com V. Exª, antes da sessão. Quanto à segunda parte, V. Exª tem toda razão quando diz que a transposição das ressalvas para o caput do art. 1º amplia essas ressalvas. Mas fiquei satisfeito vendo que V. Exª não pediu o destaque sugerido. O dispositivo, realmente amplia, mas se refere às ressalvas contidas "nesta lei". Se falasse nas ressalvas contidas em lei, eu ficaria alarmado, porque poderiam surgir novas leis com ressalvas que pudessem ser prejudiciais. Mas, como diz "nesta lei", são as ressalvas contidas nesta lei que aceitamos. Daí porque peço a V. Exª que não requiera o destaque, embora reconhecendo suas razões, que são absolutamente procedentes.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Sou grato à intervenção de V. Exª, mas peço sua atenção para uma circunstância: não se trata de alteração meramente formal. Só por isto é que insisto nas ponderações.

O Sr. Filinto Müller — Exato.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — O projeto faz ressalva não quanto ao princípio, nobre Senador Filinto Müller, isto é, quanto à obrigatoriedade de que o imposto é devido no lugar onde se efetuar a operação de venda ou consignação. E isto é fundamental. O projeto não quer alterar

que se entende por lugar da operação. Daí porque entendo que a transferência não tem sentido meramente formal, tem sentido substancial porque permitirá dúvida.

Se aprovada a emenda, quais seriam as alterações?

O Sr. Filinto Müller — As que estão contidas na lei.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Ai, nobre Senador, sobrevém a dúvida.

O Sr. Filinto Müller — Estou pronto a votar com V. Exª, pois V. Exª tem razão.

O Sr. Daniel Krieger — Permite o nobre orador? (Assentimento) — O que o Senado quer é votar bem. Diante dos argumentos de V. Exª, já requeri destaque para rejeição da emenda.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Sou grato a V. Exª pela iniciativa. E, concluindo quero apenas esclarecer ao nobre Senador Filinto Müller que, se aprovada a emenda, iríamos declarar que o imposto seria pago no lugar da operação de venda ou consignação, ressalvadas as exceções. Mas o que está nos parágrafos deste artigo não é ressalva ao princípio, apenas ressalva ao que se entende, em determinados casos, por lugar da operação. Daí porque a emenda daria margem a uma interpretação prejudicial à aplicação do princípio.

Eram os esclarecimentos, Sr. Presidente, que desejava trazer ao conhecimento do Plenário, agradecendo a intervenção do nobre Senador Filinto Müller e a iniciativa do nobre Líder da Maioria, Senador Daniel Krieger, que parece proporcionar solução adequada ao assunto. (Muito bem! Muito bem!)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a mesa requerimento, de autoria do nobre Senador Daniel Krieger, de destaque para rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Finanças, e que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte

#### REQUERIMENTO

Nº 636, de 1965

Nos termos dos arts. 212, letra t e 310, letra c, do Regimento Interno, requiro destaque para rejeição da emenda nº 1-CC.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1965. — Daniel Krieger

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em consequência, está rejeitada a Emenda número 1, da Comissão de Finanças.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Vai-se passar à votação das Emendas nºs 2 a 10, salvo, evidentemente, as destacadas e rejeitadas.

Em votação.

Os Srs. Senadores que as aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Tão aprovadas.

#### O SR. PRESIDENTE:

Vai-se passar à votação das emendas de Plenário.

Não há emendas ao art. 1º.

Sobre o art. 2º, há várias emendas.

Portanto, será necessário ordenar-se a votação.

A Emenda nº 13 propõe nova redação ao art. 2º e seus parágrafos.

A Emenda nº 7 propõe modificação ao art. 2º.

A Emenda nº 6 propõe também modificação parcial, pela supressão de expressões, ao *caput* do art. 2º.

Assim sendo, nos termos do Regimento Interno a Presidência deverá submeter à votação a Emenda número 13, em primeiro lugar, porque substitutiva do art. 2º e seus §§. Em seguida, analisaremos as consequências da votação desta emenda, para verificarmos se foram prejudicadas ou não algumas das outras emendas oferecidas ao art. 2º.

Os Senhores Senadores que aprovam a Emenda nº 13, que dá nova redação ao art. 2º e seus parágrafos, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Está aprovada.

#### SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Emenda número 6.

A Emenda nº 6, refere-se ao Art. 2º.

Manda suprimir, no *caput* do artigo as seguintes palavras:

“ou associados de cooperativas”.

A Emenda nº 13 foi aprovada com as seguintes expressões:

“Fabricantes ou produtores para seus próprios estabelecimentos, agentes, representantes ou depositários em outros Estados”.

Consequentemente, não inclui a expressão “ou associados de cooperativas”. Logo, não há o que suprimir.

Está prejudicada a emenda.

A Emenda nº 7, ao *caput* do art. 2º, manda dar a seguinte redação:

(Lendo)

“Considerar-se-á lugar da operação de venda ou consignação, relativa a essa transferência, para os efeitos de cobrança do imposto no Estado de origem, aquele onde foram produzidos os produtos”.

A emenda está prejudicada.

A Emenda nº 9 manda dar outra redação ao § 3º do Art. 2º. A redação que sugere, é esta: (Lê)

§ 3º Se surgirem divergências entre os Estados quanto à classificação dos produtos referidos neste artigo, caberá ao Conselho Nacional de Economia dirimir a controvérsia, por iniciativa própria ou por solicitação de qualquer Estado ou de contribuinte, através de seu órgão de classe”.

A Emenda nº 9 não cogita absolutamente do assunto. Assim sendo, não está prejudicada.

Em votação a Emenda nº 9.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada.

A Emenda nº 9 passará a figurar como mais um parágrafo no texto aprovado através da Emenda nº 13.

Ainda ao Art. 2º, a Emenda número 8 manda acrescentar o seguinte parágrafo.

“Na hipótese deste artigo, fica sempre assegurada ao Estado de destino a incidência do imposto nas vendas efetuadas, ao varejo, diretamente aos consumidores”.

Em votação a emenda.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada.

A Emenda nº 14 também se refere ao Art. 2º. Manda acrescentar o seguinte parágrafo:

O disposto neste artigo não se aplica aos casos de transferência,

de um Estado para outro, de produtos efetuadas pela mesma pessoa física ou jurídica, para os seus próprios estabelecimentos, que se destinarem à industrialização, desde que o imposto de Vendas e Consumações tenha sido pago, no Estado produtor, pelo menos uma vez, por ocasião da anterior aquisição”.

Em face da emenda nº 13, a Presidência declara a Emenda nº 14 prejudicada.

A Emenda nº 11 tem a seguinte redação:

“Nos transferências para outro Estado, de produtos não compreendidos no Art. 2º, efetuadas diretamente pelo próprio produtor para formação de estoque em filial, sucursal, agência ou representante na posterior venda, o imposto será devido na proporção de 50% no ato da transferência ao Estado de origem e 50% no ato da venda ou consignação ao Estado de destino, à base das alíquotas vigentes respectivamente em cada Estado”.

Verifica-se que a Emenda nº 11 pressupõe duas hipóteses: primeiro, ela diz expressamente: “o produtor não compreendido no artigo 2º”; segundo, ela estabelece condições quanto à base de alíquotas vigerantes em cada Estado para efeito de cobrança.

Assim sendo, esta Presidência irá submeter a Emenda nº 11 à votação, cabendo à Comissão de Redação extirpar da Emenda nº 11 tudo quanto conflitar com a Emenda nº 13, de modo a que se mantenham os pontos fundamentais não compreendidos na Emenda nº 13, ou seja: regular a cobrança de impostos sobre produtos não compreendidos no art. 2º.

Em votação a emenda.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada.

Em votação a emenda nº 15, que recebeu parecer contrário das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Foi rejeitada a emenda.

#### O SR. PADRE CALAZANS:

Sr. Presidente, peço a palavra para uma declaração de voto.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador Padre Calazans para uma declaração de voto.

#### O SR. PADRE CALAZANS:

(Para declaração de voto) — Sr. Presidente de acordo com o que preceitua o Regimento desta Casa, envio à Mesa em nome dos Senadores Auro Moura Andrade, Lino de Mattos e em meu nome, a presente declaração de voto.

A bancada de São Paulo votou contra a presente mensagem governamental, pelos prejuízos que a mensagem transformada em lei imporá à arrecadação do Tesouro do Estado de São Paulo, que arca com graves encargos e responsabilidades administrativas, sociais, culturais e educacionais que lhe são impostos pela grande densidade de sua população.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1965. — Padre Calazans — Moura Andrade — Lino de Mattos.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A declaração de voto que acaba de ser lida pelo Sr. Senador Padre Calazans, representante do Estado de São Paulo, e tam-

bém subscrita pelos outros dois integrantes da Bancada paulista, Senadores Lino de Mattos e Auro Moura Andrade, constará da Ata dos trabalhos de hoje.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Presidência convoca os Srs. Senadores para nova sessão extraordinária, a realizar-se logo após a presente.

O Sr. 1º-Secretário vai proceder a leitura de Requerimentos sobre a mesa.

São lidos e aprovados os seguintes Requerimentos de Dispensa de Interstício

#### REQUERIMENTO

Nº 637, de 1965

Nos termos do art. 211, letra n, do Regimento Interno, requero dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Projeto de Lei da Câmara nº 170, de 1965 (nº 3.031-A-65, na Câmara), que retifica sem aumento de despesa, a Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 1965, a fim de que figure na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1965. — Guido Mondin.

#### REQUERIMENTO

Nº 638, de 1965

Nos termos do art. 211, letra n, do Regimento Interno, requero dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Projeto de Lei da Câmara nº 171, de 1965 (nº 3.023-A-65, na Câmara), que autoriza a abertura do crédito suplementar, pelo Ministério da Fazenda de Cr\$ 292.468.000 e torna inaplicável igual montante no Orçamento vigente, a fim de que figure na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1965. — Guido Mondin.

#### REQUERIMENTO

Nº 639, de 1965

Nos termos do art. 211, letra n, do Regimento Interno, requero dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 1965 (nº 2.999-B-65, na Câmara), que concede isenção de impostos para importação de bens destinados ao desenvolvimento da indústria mecânica de precisão, a fim de que figure na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1965. — Guido Mondin.

#### REQUERIMENTO

Nº 640, de 1965

Nos termos do artigo 211, letra “n” do Regimento Interno, requero dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Projeto de Lei da Câmara número 174, de 1965 (nº 3.054-B-65, na Câmara), que dispõe sobre o Serviço Nacional de Recenseamento e dá outras providências, a fim de que figure na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1965. — Guido Mondin.

#### REQUERIMENTO

Nº 641, de 1965

Nos termos do artigo 211, letra “n”, do Regimento Interno, requero dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Projeto de Lei da Câmara número 175, de 1965 (nº 3.055-B-65, na Câmara), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000 (cem milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes do reajustamento da contribuição brasileira ao Fundo Especial de Assistência para o Desenvolvimento, a fim de que figure na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1965. — Guido Mondin.

#### REQUERIMENTO

Nº 642, de 1965

Nos termos do artigo 211, letra “n”, do Regimento Interno, requero dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Projeto de Lei da Câmara número 176, de 1965 (nº 3.057-B-65, na Câmara), que concede isenção de licença de importação, tributos e emolumentos consulares para donativos destinados às obras de assistência social, mantidos pela Sociedade das Obras Sociais e Educativas — Estado da Bahia, a fim de que figure na Ordem do Dia da Sessão seguinte.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1965. — Guido Mondin.

#### REQUERIMENTO

Nº 643, de 1965

Nos termos do artigo 211, letra “n”, do Regimento Interno, requero dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Projeto de Lei da Câmara número 177, de 1965 (nº 3.057-B-65, na Câmara), que estenda à Comarca de São Vicente a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Santos, no Estado de São Paulo, a fim de que figure na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1965. — Guido Mondin.

#### REQUERIMENTO

Nº 644, de 1965

Nos termos do artigo 211, letra “n”, do Regimento Interno, requero dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Projeto de Lei da Câmara número 179, de 1965 (nº 3.059-B-65, na Câmara), que autoriza a abertura de crédito especial de Cr\$ 11.283.990.500 (onze bilhões, duzentos e oitenta e três milhões, novecentos e noventa mil e quinhentos cruzeiros) ao Ministério da Agricultura, para o fim que especifica, a fim de que figure na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1965. — Guido Mondin.

#### REQUERIMENTO

Nº 645, de 1965

Nos termos do artigo 211, letra “n”, do Regimento Interno, requero dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Projeto de Lei da Câmara número 180, de 1965 (nº 3.060-B-65, na Câmara), que autoriza a abertura ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores de crédito especial para o custeio dos vencimentos e vantagens dos servidores

da Fundação Brasil Central, a fim de que figure na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1965. — *Guido Mondin*.

### REQUERIMENTO

Nº 646, de 1965

Nos termos do artigo 211, letra "n" do Regimento Interno, requereio dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Projeto de Lei da Câmara número 181, de 1965, (nº 3.061-B-65, na Câmara), que autoriza a abertura de créditos especiais, no montante de Cr\$ 4.269.970.880 (quatro bilhões, duzentos e sessenta e nove milhões, novecentos e setenta mil, oitocentos e oitenta cruzeiros), a diversos Ministérios, ao Poder Judiciário e ao Tribunal de Contas da União, a fim de que figure na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1965. — *Guido Mondin*.

### O SR. PRESIDENTE:

(*Moura Andrade*) — Toda a matéria para que foi concedida dispensa de interstício é de iniciativa do Sr. Presidente da República, com prazo em curso, e constará da Ordem do Dia da sessão extraordinária já convocada.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a extraordinária, a ter início daqui a 10 minutos, a seguinte

### ORDEM DO DIA

1

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 170, DE 1965

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 170, de 1965 (nº 3.031-A-65 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que retifica, sem aumento de despesa, a Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 1965, tendo parecer sob nº 1.090, de 1965, da Comissão de Finanças, favorável.

2

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 171, DE 1965

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 171, de 1965

(nº 3.028-A-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza a abertura de crédito suplementar de Cr\$ 292.468.000, pelo Ministério da Fazenda e torna inaplicável igual montante do Orçamento vigente, em dotações que especifica, tendo Parecer, sob nº 1.081, da Comissão de Finanças, favorável.

3

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 174, DE 1965

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 174, de 1965 (nº 3.054-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre o Serviço Nacional do Recenseamento e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis, sob ns. 1.083 e 1.039, de 1965, das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

4

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 175, DE 1965

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 175, de 1965 (nº 3.055-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000, para atender às despesas decorrentes do reajustamento da contribuição brasileira ao Fundo Especial de Assistência para o Desenvolvimento, tendo Parecer favorável, sob nº 1.085, de 1965, da Comissão de Finanças.

5

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 177, DE 1965

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 177, de 1965 (nº 3.057-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que estende a Comarca de São Vicente a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Santos, no Estado de São Paulo, tendo Parecer favorável, sob nº 1.090, de 1965, da Comissão de Projetos do Executivo.

6

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 179, DE 1965

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 179, de 1965

(nº 3.059-B-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 11.232.990.500, ao Ministério da Agricultura, para o fim que especifica, tendo Parecer favorável, sob nº 1.084, de 1965, da Comissão de Finanças.

7

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 180, DE 1965

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 1965 (nº 3.060-B-65 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza a abertura, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de crédito especial para o custeio de vencimentos e vantagens dos servidores da Fundação Brasil Central, tendo Parecer favorável, sob nº 1.080, de 1965, da Comissão de Finanças.

8

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 181, DE 1965

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 181, de 1965 (nº 3.061-B-65 na Casa de origem), que autoriza a abertura de créditos especiais, no montante de Cr\$ 4.269.970.880, a diversos Ministérios, ao Poder Judiciário e ao Tribunal de Contas (projeto de iniciativa do Senhor Presidente da República), tendo Parecer favorável, sob nº 1.087, de 1965, da Comissão de Finanças.

9

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 168, DE 1965

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 1965 (número 3.037-B-65 na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que concede, pelo prazo de 2 (dois) anos, isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como das taxas de despacho aduaneiro, melhoramentos dos portos e de renovação da Marinha Mercante, aos materiais importados pelos Bancos estaduais, para uso próprio, tendo Pareceres favoráveis, sob números 1.076 e 1.077, de 1965, das Comissões de Projetos do Executivo, com emenda que oferece, sob número 1-CPE e de Finanças, com votos vencidos dos Senhores Senadores Aurélio Vianna, Adolfo Franca e Oscar Pas-

10

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 1965

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 173, de 1965 (número 2.999-B-65 na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que isenta de impostos para importação de bens destinados ao desenvolvimento da indústria mecânica de precisão, tendo Parecer favorável, sob número 1.080, da Comissão de Finanças.

11

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 176, DE 1965

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 176, de 1965 (número de origem 3.056-B, de 1965), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que concede isenção de licença de importação, tributos e emolumentos consulares para donativos destinados às obras de assistência social, mantidas pela Sociedade de Obras Sociais e Educativas do Estado da Bahia, tendo Parecer favorável, sob número 1.086, de 1965, da Comissão de Finanças.

12

#### ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMATICA

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem número 349, de 1965 (número de origem 658-65) pela qual o Senhor Presidente da República submete à aprovação do Senado o nome do Senhor Jorge de Oliveira Mala para Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Socialista da România.

#### ESCOLHA DE MEMBRO DO CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Economia sobre a Mensagem número 377-65 (número de origem 715-65), de 8 de setembro de 1965, pelo qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do Senhor Obregon de Carvalho para membro do Conselho Nacional de Economia.

Está encerrada a sessão.

(Levantar-se a sessão a zero hora e 20 minutos)

## COMISSÕES PERMANENTES

## MESA

Presidente	—	Aloura Andrade (PSD)
Vice	—	Nogueira da Gama (PTB)
1º Secretário	—	Dinarte Mariz (UDN)
2º Secretário	—	Guilberto Marinho (PSD)
3º Secretário	—	Adalberto Sena (PTB)
4º Secretário	—	Cattete Pinheiro (PTN)
1º Suplente	—	José Parente (UDN)
2º Suplente	—	Guilherme Viana (PSD)
3º Suplente	—	Vasconcelles Torres (PTB)
4º Suplente	—	Raul Gluberti (PSP)

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

## PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD) — 22 representantes

1. José Guionar — Acre	12. Antonio Balbino — Bahia
2. Lobão da Silveira — Pará	13. Jefferson de Aguiar — E. Santo
3. Eugênio Barros — Maranhão	14. Guicerto Marinho — Guanabara
4. Sebastião Arneri — Maranhão	15. ... — S. Catarina
5. Victorino Freire — Maranhão	17. Guido Mondin — R. G. Sul
6. Sigefredo Pacheco — Piauí	18. Benedito Valladares — Minas Gerais
7. Menezes Pimentel — Ceará	19. Filinto Müller — Mato Grosso
8. Wilson Gonçalves — Ceará	20. José Feliciano — Goiás
9. Walfredo Gurgel — R. G. Norte	21. Juscelino Kubitschek — Goiás
10. Ruy Carneiro — Paraíba	22. Pedro Ludovico — Goiás
11. José Leite — Sergipe	

## PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes

1. Adalberto Sena — Acre	9. Barros Carvalho — Pernambuco
2. Oscar Passos — Acre	10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco
3. Vivaldo Lima — Amazonas	11. José Ermirio — Pernambuco
4. ... — Amazonas	12. Silvestre Péricles — Alagoas
5. Arthur Virgílio — Amazonas	13. Vasconcelos Torres — R. Janeiro
6. Antônio Juca — Ceará	14. Nelson Maculian — Paraná
7. Dix-Hunt Rosado — R. G. Norte	15. Mello Braga — Paraná
8. Argemiro de Figueiredo, Paraíba	16. Nogueira da Gama — M. Gerais
	17. Bezerra Neto — Mato Grosso

## UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN) — 16 representantes

1. Zacharias de Assumpção — Pará	9. Afonso Arino — Guanabara
2. Joaquim Parente — Piauí	10. Padre Calazans — São Paulo
3. José Cândido — Piauí	11. Adolpho Franco — Paraná
4. Dinarte Mariz — R. G. Norte	12. Irineu Bornhausen — S. Catarina
5. João Agripino — Paraíba	13. Antônio Carlos — S. Catarina
6. Rui Palmeira — Alagoas	14. Daniel Krieger — R. G. Sul
7. Heribaldo Vieira — Sergipe	15. Milton Campos — Minas Gerais
8. Eurico Rezende — E. Santo	16. Lopes da Costa — Mato Grosso

## PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes

1. Aloysio de Carvalho — Bahia
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

## PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 2 representantes

1. Cattete Pinheiro — Pará
2. Lino de Mattos — São Paulo

## PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 2 representantes

1. Raul Gluberti — Espírito Santo
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro

## PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante

1. Aurélio Viana — Guanabara

## MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro

## PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante

1. Júlio Leite — Sergipe

## PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC) — 1 representante

1. Arnon de Mello — Alagoas

## SEM LEGENDA

1. Josephat Marinho — Bahia
2. Heribaldo Vieira — Sergipe

## RESUMO

Partido Social Democrático (PSD)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	17
União Democrática Nacional (UDN)	16
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	2
Partido Social Progressista (PSP)	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1
Partido Republicano (PR)	1
Partido Democrata Cristão (PDC)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
Sem legenda	65
	1
	66

## BLOCOS PARTIDÁRIOS

## BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

PSP	2 Senadores
PTN	2 Senadores
PSB	1 Senador
PR	1 Senador
MTR	1 Senador
PDC	1 Senador
Sem legenda	2 Senadores

## LIDERANÇAS

Líder do Governo	Vice-Líder
Daniel Krieger (UDN)	Mem de Sá

## BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

Líder	Josephat Marinho (sem legenda)
Lino de Mattos (PTN)	Aarão Steinbruch (MTR)
Vice-Líderes	Miguel Couto (PSP)
Aurélio Viana (PSB)	Arnon de Mello (PDC)
Júlio Leite (PR)	Dilton Costa (PR)

## II PARTIDOS

## PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

Líder	Filinto Müller
Vice-Líderes	Wilson Gonçalves
	Sigefredo Pacheco
	Walfredo Gurgel
	Victorino Freire

## PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

Líder	Barros Carvalho
Vice-Líderes	Bezerra Neto
	Oscar Passos
	Antônio Juca
	Edmundo Levi

## UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)

Líder	Daniel Krieger
Vice-Líderes	Eurico Rezende
	Adolpho Franco
	Padre Calazans
	Heribaldo Vieira

## PARTIDO LIBERTADOR (PL)

Líder	Mem de Sá
Vice-Líder	Aloysio de Carvalho

## PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder	Miguel Couto
Vice-Líder	Raul Gluberti

## PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

Líder	Lino de Mattos
Vice-Líder	Cattete Pinheiro

## III — PARTIDOS DE UM SO REPRESENTANTE

## MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

ante	Aarão Steinbruch
PR	Partido Democrata Cristão (PDC)

## PARTIDO REPUBLICANO (PR)

Representante	Júlio Leite
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)	Aurélio Viana

## AGRICULTURA

Presidente: José Ermirio  
Vice-Presidente: Eugênio Barros

## PSD

TITULARES	SUPLENTE
Eugênio Barros	1. José Leite
José Feliciano	2. Atílio Fontana
José Ermirio	PTB
Nelson Maculian	1. Dix-Hunt Rosado
Lopes da Costa	2. Antônio Juca
Antônio Carlos	UDN
Dilton Costa	1. Daniel Krieger
	2. João Agripino
	BPI
	1. Aurélio Viana

Secretário: J. Ney Passos Danças  
Reunidos: Quintas-feiras às 16 horas

## CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Afonso Arino  
Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

TITULARES	SUPLENTE
Jefferson de Aguiar	1. Menezes Pimentel
Antônio Balbino	2. José Feliciano
Wilson Gonçalves	3. Filinto Müller
Ruy Carneiro	4. Benedito Valladares

Edmundo Levi  
Benezer Neto  
Arthur Virgílio

1. Argemiro Figueiredo
2. Mello Braga
3. Oscar Passos

## UDN

Afonso Arinos  
Heribaldo Vieira  
Aloysio de Carvalho

1. Daniel Krieger
2. Eurico Rezende
2. João Agripino

## BPI

Josaphat Marinho

1. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena B. Brandão

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

## DISTRITO FEDERAL

Presidente: Aurélio Vianna

Vice-Presidente: Pedro Ludovico

## PSD

TITULARES  
Pedro Ludovico  
Walfredo Gurgel

1. José Feliciano
2. Benedicto Valladares

## PTB

Arthur Virgílio  
Mello Braga

1. Bezerra Neto
2. Antônio Jucá

## UDN

Eurico Rezende  
Heribaldo Vieira

1. Zacarias de Assunção
2. Lopes da Costa

## BPI

Aurélio Vianna

1. Lino de Mattos

Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

## ECONOMIA

Presidente: Atílio Fontana

Vice-Presidente: José Ermírio

## PSD

TITULARES  
Atílio Fontana  
José Feliciano  
José Leite

1. Jefferson de Aguiar
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer

## PTB

José Ermírio  
Nelson Maculan

1. Bezerra Neto
2. Mello Braga

## UDN

Adolpho Franco  
Lopes da Costa  
Irineu Bornhausen

1. Zacharias de Assunção
2. José Cândida
3. Mem de Sá

## BPI

Miguel Couto

1. Aurélio Vianna

Secretária: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 16.30 horas.

## EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Padre Calazans

## PSD

TITULARES  
Menezes Pimentel  
Walfredo Gurgel

1. Benedicto Valladares
2. Sigefredo Pacheco

## PTB

Antônio Jucá  
Arthur Virgílio

1. Edmundo Levi
2. Mello Braga

## UDN

Padre Calazans  
Mem de Sá

1. Afonso Arinos
2. Faria Tavares

## BPI

Arnon de Mello

1. Josaphat Marinho

Secretária: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 15.30 hs.

## FINANÇAS

Presidente: Argemiro de Figueiredo

Vice-Presidente: Irineu Bornhausen

## TITULARES

Victorino Freire  
Lobão da Silveira  
Sigefredo Pacheco  
Wilson Gonçalves  
Walfredo Gurgel

Argemiro Figueiredo  
Bezerra Neto  
Pessoa de Queiroz  
Antônio Jucá

Faria Tavares  
Irineu Bornhausen  
Eurico Rezende

Mem de Sá

Aurélio Vianna  
Lino de Mattos

## PSD

## SUPLENTE

1. Atílio Fontana
2. José Guilomard
3. Eugênio Barros
4. Menezes Pimentel
5. Pedro Ludovico

## PTB

1. José Ermírio
2. Edmundo Levi
3. Mello Braga
4. Oscar Passos

## UDN

1. João Agripino
2. Adolpho Franco
3. Daniel Krieger

## PL

1. Aloysio de Carvalho

## BPI

1. Josaphat Marinho
2. Miguel Couto

Secretário: Hugo Rodrigues de Figueiredo  
Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas.

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Nelson Maculan

## PSD

## SUPLENTE

TITULARES  
José Feliciano  
Atílio Fontana

1. Lobão da Silveira
2. Sebastião Archer

## PTB

Nelson Maculan  
Barros Carbalho

1. Vivaldo Lima
2. Oscar Passos

## UDN

Adolpho Franco  
Irineu Bornhausen

1. Lopes da Costa
2. Eurico Rezende

## BPI

Dilton Costa

1. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena B. Brandão

Reuniões: Quintas-feira às 16.30 horas

## LEGISLAÇÃO SOCIAL

Presidente: Vivaldo Lima

Vice-Presidente: Walfredo Gurgel

## PSD

## SUPLENTE

TITULARES  
Ruy Carneiro  
Walfredo Gurgel  
Atílio Fontana  
Eugênio Barros

1. José Guilomard
2. Sigefredo Pacheco
3. José Leite
4. Lobão da Silveira

## PTB

Vivaldo Lima  
Edmundo Levi

1. Antônio Jucá
2. Pessoa de Queiroz

## UDN

Eurico Rezende  
Heribaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Zacharias de Assunção

## BPI

Aarão Steinbruch

1. Dilton Costa

Secretário: Cláudio I. Carneiro Leal

Secretário Cláudio I. Carneiro Leal

## MINAS E ENERGIA

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: José Ermírio

## PSD

## SUPLENTE

TITULARES  
Benedicto Valladares  
Jefferson de Aguiar

1. Pedro Ludovico
2. Filinto Müller

## PTB

José Ermírio  
Argemiro Figueiredo

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá



**UDN**  
 João Agripino  
 Faria Favares  
 Josaphat Marinho  
 Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal  
 Reuniões: Quartas-feiras às 14.30 hs.

**POLIGONO DAS SECAS**

Presidente: Ruy Carneiro  
 Vice-Presidente: Aurélio Vianna

**TITULARES**  
 Ruy Carneiro  
 Sebastião Archer  
 Argemiro Figueiredo  
 Dix-Huit Rosado

**PSD**  
 1. Sigefredo Pacheco  
 2. José Leite

**PTB**  
 1. José Ermirio  
 2. Antônio Jucá

**UDN**  
 João Agripino  
 Heribaldo Vieira  
 Aurélio Vianna  
 Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal  
 Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas

**PROJETOS DO EXECUTIVO**

Presidente: João Agripino  
 Vice-Presidente: Jefferson de Aguiar

**TITULARES**  
 Wilson Gonçalves  
 José Guimard  
 Jefferson de Aguiar  
 José Ermirio  
 Bezerra Neto  
 João Agripino  
 Antônio Carlos  
 Lino de Matos  
 Mem de Sá  
 Secretário: José Soares  
 Reuniões: Terças-feiras às 15 horas

**PSD**  
 1. Walfredo Gurgel  
 2. José Feliciano  
 3. Ruy Carneiro

**PTB**  
 1. Mello Braga  
 2. Edmundo Levi

**UDN**  
 1. Daniel Krieger  
 2. Adolfo Franco

**BPI**  
 1. Aurélio Vianna

**PL**  
 1. Aloysio de Carvalho

**REDAÇÃO**

Presidente: Dix-Huit Rosado  
 Vice-Presidente: Antônio Carlos

**TITULARES**  
 Walfredo Gurgel  
 Sebastião Archer  
 Dix-Huit Rosado  
 Antônio Carlos  
 Josaphat Marinho  
 Secretária: Sarah Abraham  
 Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

**PSD**  
 1. Lobão da Silveira  
 2. José Feliciano

**PTB**  
 1. Edmundo Levi

**UDN**  
 1. Eurico Rezende

**BPI**  
 1. Dalton Costa

**RELAÇÕES EXTERIORES**

Presidente: Benedito Valladares  
 Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

**TITULARES**  
 Benedito Valladares  
 Filinto Muler  
 Menezes Pimentel  
 José Guimard

**PSD**  
 1. Ruy Carneiro  
 2. Victorino Freire  
 3. Wilson Gonçalves  
 4. José Leite

**PTB**  
 Pessoa de Queiroz  
 Vivaldo Lima  
 Oscar Passos  
 Antônio Carlos  
 José Cândido  
 Rui Palmeira

**UDN**  
 1. Padre Calazans  
 2. João Agripino  
 3. Mem de Sá

**BPI**  
 1. Arnon de Mello  
 Secretário: J. B. Castelon Branco  
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

**SAUDE**

Presidente: Sigefredo Pacheco  
 Vice-Presidente: José Cândido

**TITULARES**  
 Sigefredo Pacheco  
 Pedro Ludovico  
 Dix-Huit Rosado  
 José Cândido  
 Miguel Couto  
 Secretário: Alexandre Mello  
 Reuniões: Terças-feira, às 16 horas

**PSD**  
 1. Walfredo Gurgel  
 2. Eugênio Barros

**PTB**  
 1. Antônio Jucá

**UDN**  
 1. Lopes da Costa

**BPI**  
 1. Lino de Matos

**SEGURANÇA NACIONAL**

Presidente: Zacarias de Assunção  
 Vice-Presidente: José Guimard

**TITULARES**  
 José Guimard  
 Victorino Freire  
 Oscar Passos  
 Silvestre Pericles  
 Zacarias de Assunção  
 Irineu Bornhausen  
 Aarão Steinbruch  
 Secretário: Gerardo Lima de Aguiar  
 Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas

**PSD**  
 1. Ruy Carneiro  
 2. Atílio Fontana

**PTB**  
 1. Dix-Huit Rosado  
 2. José Ermirio

**UDN**  
 1. Adolpho Franco  
 2. Eurico Rezende

**BPI**  
 1. Josaphat Marinho

**SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**

Presidente: Padre Calazans  
 Vice-Presidente: Victorino Freire

**TITULARES**  
 Sigefredo Pacheco  
 Victorino Freire  
 Mello Braga  
 Silvestre Pericles  
 Padre Calazans  
 Aloysio de Carvalho  
 Aurélio Vianna  
 Secretário: J. Ney Passos Dantas  
 Reuniões: Terças-feiras às 15 horas

**PSD**  
 1. José Feliciano  
 2. Filinto Muler

**PTB**  
 1. Antônio Jucá  
 2. Dix-Huit Rosado

**UDN**  
 1. Antônio Carlos  
 2. Mem de Sá

**BPI**  
 1. Miguel Couto

**TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS**

Presidente: Lopes da Costa  
 Vice-Presidente: Mello Braga

**TITULARES**  
 Eugênio Barros  
 José Leite

**PSD**  
 1. Jefferson de Aguiar  
 2. José Guimard

**PTB**

Mello Braga

1. Bezerra Neto

**UDN**

Lopes da Costa

1. Irineu Bornhausen

**BPI**

Arnon de Mello

2. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

**COMISSÕES ESPECIAIS**

Para Revisão do Projeto que define e regula a **PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR.**

Membros (7) — Partidos

Gilberto Marinho — PSD.  
Menezes Pimentel — PSD.  
Heribaldo Vieira — UDN.  
Milton Campos — UDN.  
Vasconcelos Torres — PTB.  
Edmundo Levi — PTB.  
Aloysio de Carvalho — PL.

Para o estudo dos efeitos da **INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTARIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS.**

Membros (5) — Partidos

Attilio Fontana — Presidente — PSD.  
José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.  
José Ermirio — Relator — PTB.  
Adolpho Franco — UDN.  
Aurélio Vianna — PSD.

Para estudo das causas que dificultam a **PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA** e suas repercussões negativas na exportação.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.  
Sisefredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.  
José Ermirio (Presidente) — PTB.  
Lopes da Costa — UDN.  
Aurélio Vianna (Relator) — PSD.

Para efetuar o levantamento da **PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS** e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.

Membros (9) — Partidos

José Feliciano — PSD.  
Attilio Fontana — PSD.  
Eugênio Barros — PSD.  
José Ermirio (Relator) — PTB.  
Bezerra Neto — PTB.  
Melo Braga — PTB.  
Lopes da Costa — UDN.  
Milton Campos (Presidente) — UDN.  
Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.

Para estudar a situação dos Transportes Marítimos e Ferroviários.

Membros (5) — Partidos

Attilio Fontana — (Relator) — (Transportes Ferroviários) — PSD.  
Sisefredo Pacheco — PSD.  
José Ermirio — PTB.  
Irineu Bornhausen — (Relator) — (Transportes Marítimos) — UDN.  
Júlio Leite — (Presidente) — PR.

Para o estudo da situação do Centro Técnico de Aeronáutica e da Escola de Engenharia de Aeronáutica, de S. José dos Campos.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
Antonio Jucá — PTB.  
Padre Calazans — UDN.  
Josaphat Marinho — S/legenda.

Para proceder ao estudo das proposições que digam respeito à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

**MEMBROS**

Bezerra Neto — Presidente.  
Alonso Arinos — Vice-Presidente.  
Jefferson de Aguiar — Relator.  
Neite Neto  
Nelson Maculan  
Eurico Rezende  
Aurélio Vianna

Para o estudo e coordenação das medidas tendentes ao controle dos preços de exportação.

Membros — Partidos

Attilio Fontana — PSD  
Sisefredo Pacheco (Presidente) — PSD.  
Eugênio Barros — PSD  
Argemiro de Figueiredo — PTB  
José Ermirio (Relator) — PTB.  
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN  
Raul Giuberti — PSP.

Para examinar a crise Agro-Indústria Açucareira do Nordeste.

Membros — Partidos

José Leite — PSD  
Vaga — PSD  
Vasconcelos Torres — PTB  
Heribaldo Vieira — UDN  
Aurélio Vianna — PSB

**COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETO DE EMENDAS A CONSTITUIÇÃO**

Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS

Jefferson de Aguiar — PSD.  
Lobão da Silveira — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
Benedito Valladares — PSD.  
Wilson Gonçalves — PSD.

Daniel Krieger — UDN.  
Lopes da Costa — UDN.  
Milton Campos — UDN.  
Heribaldo Vieira — UDN.  
Rui Palmeira — UDN.  
Silvestre Péricles — PTB.  
Bezerra Neto — PTB.  
Nogueira da Gama — PTB.  
Barros Carvalho — PTB.  
Aloysio de Carvalho — (Presidente) — PL.  
Mem de Sá — PL.  
Josaphat Marinho — S/legenda.

Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

QUE DISPÕE SOBRE AS MATERIAS DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMATICA PERMANENTE

APROVAR O ESTABELECIMENTO, O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMATICAS COM PAISES ESTRANGEIROS).

Membros (16) — Partidos  
Menezes Pimentel — PSD.  
Wilson Gonçalves — Presidente — PSD.  
Lobão da Silveira — PSD  
Ruy Carneiro — PSD.  
Guido Mondim — PSD.  
Eurico Rezende — UDN.  
Daniel Krieger — UDN.  
Milton Campos — (Vice-Presidente) — UDN.  
Heribaldo Vieira — UDN.  
Lopes da Costa — UDN.  
Silvestre Péricles — PTB.  
Vivaldo Lima — PTB.  
... Vago — PTB.  
... Vago — PTB.  
Aloysio de Carvalho — PL.

Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

SOBRE EXONERAÇÃO POR POSTA DO SENADO DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMATICA DE CARÁTER PERMANENTE.

Membros (16) — Partidos

Menezes Pimentel — PSD.  
Ruy Carneiro — Presidente — PSD  
Lobão da Silveira — PSD.  
Jefferson de Aguiar — PSD.  
Guido Mondim — PSD.  
Daniel Krieger — UDN.  
Eurico Rezende — UDN.  
Milton Campos — UDN.  
Heribaldo Vieira (Presidente) — UDN  
Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB.  
Bezerra Neto — PTB.  
... Vago — PTB.  
Vivaldo Lima — PTB.  
Aloysio de Carvalho — PL.  
Lino de Matos — PTN.

Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.  
Menezes Pimentel — PSD.  
Flinto Muller — PSD.  
Guido Mondim — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
Daniel Krieger (Relator) — UDN.  
Milton Campos — UDN.  
Heribaldo Vieira — UDN.  
Rui Palmeira — UDN.  
... Vago (PTB)  
Barros Carvalho — PTB.  
Argemiro de Figueiredo — PTB.  
Bezerra Neto — PTB.  
Aloysio de Carvalho — PL.  
Lino de Matos — PTN.

Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Lobão da Silveira — PSD  
Guido Mondim — PSD  
Milton Campos — UDN  
Heribaldo Vieira — UDN  
Lopes da Costa — UDN  
João Agripino — UDN  
Eurico Rezende — UDN  
Silvestre Péricles — PTB  
Nogueira da Gama — PTB  
Barros Carvalho — PTB  
Josaphat Marinho — Sem legenda  
Aloysio de Carvalho — PL  
Lino de Matos — PTN

Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

CREAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Lobão da Silveira — PSD  
Guido Mondim — PSD  
Milton Campos — UDN  
Heribaldo Vieira — UDN  
Lopes da Costa — UDN  
João Agripino — UDN  
Eurico Rezende — UDN  
Silvestre Péricles — PTB  
Nogueira da Gama — PTB  
Barros Carvalho — PTB  
Aloysio de Carvalho — PL  
Miguel Couto — PSP  
Carmelo Pinheiro — PTN

Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
Ruy Carneiro — PSD.  
... vaga — PSD  
Menezes Pimentel — PSD  
Milton Campos — UDN  
Heribaldo Vieira — UDN  
Eurico Rezende — UDN  
João Agripino — Vice-Presidente — UDN  
Daniel Krieger — UDN  
Silvestre Péricles — PTB  
Nogueira da Gama — PTB  
Barros Carvalho — PTB  
Aloysio de Carvalho — PL  
Aurélio Vianna — Relator — PSB

Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

INSTITUI NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Lobão da Silveira — PSD  
... vaga — PSD  
Milton Campos — UDN  
Heribaldo Vieira — Vice-Presidente — UDN  
Menezes Pimentel — PSD  
Eurico Rezende — Relator — UDN  
Silvestre Péricles — Presidente — PTB  
João Agripino — UDN  
Nogueira da Gama — PTB  
Barros Carvalho — PTB  
Aloysio de Carvalho — PTB  
Lino de Matos — PTN

**Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62**

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECADADAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Lobão da Silveira — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD

... vaga — PSD

Menezes Pimentel — Presidente

Milton Campos — UDN

Heribaldo Vieira — UDN

Josaphat Marinho — Vice-Presidente — UDN

Daniel Krieger — UDN

... vaga — PTB

Eurico Rezende — UDN

Nozueira da C — PTB

Barros Carvalho — PTB

Mem de Sá — PL

Miguel Couto — PSP

**Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62**

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).

Membros — Partidos

Ruy Carneiro — PSD  
Lobão da Silveira — Relator — PSD

Wilson Gonçalves — PSD

Benedicto Valladares — PSD

Menezes Pimentel — PSD

Milton Campos — UDN

Heribaldo Vieira — UDN

Josaphat Marinho — UDN

Daniel Krieger — UDN

Eurico Rezende — Vice-Presidente — UDN

... vaga — PTB

Nogueira da Gama — PTB

Barros Carvalho — PTB

Mem de Sá — PL

Júlio Leite — PR

**Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63**

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDÚSTRIAS INSALUBRES).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Lobão da Silveira — PSD  
Wilson Gonçalves — Relator — PSD

Menezes Pimentel — PSD

... vaga — PSD

... vaga — PTB

Bezerra Neto — Vice-Presidente — PTB

... vaga — PTB

Silvestre Pérciles — PTB

Argemiro de Figueiredo — PTB

Eurico Rezende (23.4.64) — UDN

Milton Campos — UDN

Daniel Krieger — UDN

Josaphat Marinho — Sem Legenda

Aloysio de Carvalho — PL

**Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63**

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Ruy Carneiro — Presidente — PSD  
Lobão da Silveira — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
Menezes Pimentel — PSD  
Benedicto Valladares — PSD  
Heribaldo Vieira — Vice-Presidente — PSD

... vaga — PTB

Bezerra Neto — PTB

... vaga — PTB

Silvestre Pérciles — PTB

Arthur Virgílio — PTB

Eurico Rezende (23.4.63) — UDN

Milton Campos — Relator — UDN

João Agripino — UDN

Josaphat Marinho — Sem Legenda

Aloysio de Carvalho — PL

**Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63**

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL "MATERIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO").

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Lobão da Silveira — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
Menezes Pimentel — PSD

... vaga — PSD

... vaga — PTB

Bezerra Neto — PTB

... vaga — PTB

... vaga — PTB

Eurico Rezende — Presidente — UDN

Milton Campos — UDN

Daniel Krieger — UDN

Aloysio de Carvalho — PL

Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda

**Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63**

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Lobão da Silveira — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
Menezes Pimentel — PSD

... vaga — PSD

... vaga — PTB

Bezerra Neto — PTB

... vaga — PTB

Silvestre Pérciles — PTB

Adalberto Sena — PTB

Eurico Rezende — UDN

Milton Campos — UDN

Aloysio de Carvalho — PL

Josaphat Marinho — Sem Legenda

João Agripino — UDN

**Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63**

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
Wilson Gonçalves — PSD.  
Menezes Pimentel — PSD.  
Vaga — PSD.

Vaga — PTB.

Vaga — PTB.

Argemiro de Figueiredo — PTB.

Eurico Rezende — UDN.

Milton Campos — UDN.

Daniel Krieger — UDN.

Aloysio de Carvalho — PL.

Josaphat Marinho — Sem Legenda

**Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63**

(INELEGIBILIDADE)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.

Ruy Carneiro — PSD.

Wilson Gonçalves — PSD.

Jose Feliciano — PSD — Relator.

Walfredo Gurgel — PSD.

Bezerra Neto — PTB.

Argemiro de Figueiredo — PTB.

Silvestre Pérciles — PTB.

Edmundo Levi — PTB.

Eurico Rezende — UDN.

Milton Campos — UDN.

Aloysio de Carvalho — UDN.

Afonso Arinos — UDN.

Josaphat Marinho — Sem Legenda.

Raul Giuberti — PSP.

Júlio Leite — PR — Presidente.

**Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63**

(TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.

Ruy Carneiro — PSD.

Wilson Gonçalves — PSD — Presidente.

Jose Feliciano — PSD — Vice-Presidente.

Walfredo Gurgel — PSD.

Argemiro de Figueiredo — PTB — Relator.

Bezerra Neto — PTB.

Silvestre Pérciles — PTB.

Edmundo Levi — PTB.

Eurico Rezende — UDN.

Milton Campos — UDN.

Aloysio de Carvalho — PL.

Afonso Arinos — UDN.

Josaphat Marinho — Sem Legenda.

Júlio Leite — PR.

**Projeto de Emenda à Constituição nº 2-64**

(Da nova redação a alínea a, ao art. 101 e ao item IX do art. 124 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que sejam processados e julgados nos crimes comuns:

Os Membros do Congresso Nacional, pelo Supremo Tribunal Federal;

Os Membros das Assembleias Legislativas, pelos Tribunais de Justiça).

Jefferson de Aguiar — PSD.

Antônio Balbino — PSD.

Wilson Gonçalves — PSD.

Ruy Carneiro — PSD.

Menezes Pimentel — PSD — Presidente.

Edmundo Levi — PTB.

Bezerra Neto — PTB — Relator.

Arthur Virgílio — PTB.

Oscar Passos — PTB.

Afonso Arinos — UDN.

João Agripino — UDN — Vice-Presidente.

Eurico Rezende — UDN.

Aloysio de Carvalho — PL.

Josaphat Marinho — BPI.

Aurélio Vianna — BPI.

Aarão Steinbruch — BPI.

**Projeto de Emenda à Constituição nº 1/65**

(Da nova redação ao parágrafo primeiro do art. 153 da Constituição Federal, para assegurar aos brasileiros ou a sociedades organizadas no País, sob a direção de brasileiros, exclusividade para a exploração das minas e jazidas).

Membros — Partidos

José Guimard — PSD

Lobão da Silveira — PSD

Victorlac Freire — PSD

Sebastião Archer — PSD

José Leite — Presidente — PSD

Jefferson de Aguiar — PSD

Vasconcellos Torres — PTB

Mello Braga — Vice-Presidente — PTB

José Ermirio — PTB

Antônio Jucá — PTB

Antônio Carlos — UDN

Vaga — UDN

Eurico Rezende — UDN

Joaquim Parente — UDN

Aurélio Vianna — PSB

Josaphat Marinho — S/legenda

**Projeto de Emenda à Constituição nº 2/65**

(Da nova redação ao art. 139, I, letra "a" da Constituição, para permitir a reeleição do Presidente da República, por um período).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD

Antônio Balbino — PSD

Wilson Gonçalves — PSD

Ruy Carneiro — PSD

Menezes Pimentel — PSD

Eugênio Barros — PSD

Edmundo Levi — PTB

Bezerra Neto — PTB

Arthur Virgílio — PTB

Mello Braga — PTB

Afonso Arinos — UDN

Heribaldo Vieira — UDN

Aloysio de Carvalho — UDN

Irinçu Bornhausen — UDN

Aarão Steinbruch — BPI

Aurélio Vianna — BPI

**Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de-1965.**

(Da nova redação ao art. 90 da Constituição Federal, tornando necessária a aprovação do Senado para a nomeação de Ministros de Estado).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.

Antônio Balbino — PSD

Wilson Gonçalves — PSD

Ruy Carneiro — PSD

Jose Feliciano — PSD

José Leite — PSD

Edmundo Levi — PTB

Bezerra Neto — PTB

Arthur Virgílio — PTB

Mello Braga — PTB

Afonso Arinos — UDN

Heribaldo Vieira — UDN

Aloysio de Carvalho — UDN

Adolpho Franco — UDN

Josaphat Marinho — BPI

Júlio Leite — BPI